

4. Empresas — Registo comercial

AVEIRO

SANTA MARIA DA FEIRA

CORTICEIRA AMORIM — SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira. Matrícula n.º 554/630502; identificação de pessoa colectiva n.º 500077797.

Maria Irene Brandão Rodrigues Freitas, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira:

Certifica, que em 16 de Maio de 2000, foram depositados na pasta da sociedade em epígrafe, os documentos referentes à prestação de contas e contas consolidadas do ano de exercício de 1999.

Conferida, está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, 16 de Maio de 2000. — A Primeira-Ajudante, *Maria Irene Brandão Rodrigues Freitas*.

Relatório e contas de 1999

Relatório de gestão

Srs. Accionistas:

No cumprimento do artigo 65.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação, o relatório de gestão, as contas do exercício de 1999 e os demais documentos de prestação de contas previstos na lei.

I — Evolução macroeconómica em 1999

Economia global

A economia mundial caracterizou-se, em 1999, por uma dicotomia entre a 1.ª metade do ano, em que os receios de recessão a nível mundial, fruto da crise financeira iniciada em 1997, e agravada pelo *default* da Rússia em Agosto de 1998, se traduziram em crescimento lento e perspectivas económicas menos positivas; e um 2.º semestre em que começaram a surgir sinais claros de recuperação e de confiança. Notou-se uma expansão das economias asiáticas, com destaque para a Coreia do Sul, situação que gradualmente se transmitiu ao resto do mundo. O crescimento anual da economia mundial rondou os 3%.

Este enquadramento macroeconómico pode quantificar-se, para as economias da OCDE, por um crescimento do PIB de 2,8%, superior ao esperado, por uma estabilidade da inflação ao nível de 2,6%, por uma redução dos níveis desemprego (6,7%) e por uma diminuição do desequilíbrio ao nível do défice orçamental (— 0,8% do PIB).

Será ainda de salientar a subida continuada, ao longo do ano, do preço do crude, que se cifrou numa variação positiva de 140%, em perfeito contraste com o verificado no ano anterior.

Com o aproximar do final do ano e dos riscos do *bug* informático, verificou-se um agravamento das condições monetárias e da instabilidade nos mercados financeiros, consubstanciando, como corolário deste quadro, uma redução de liquidez. As taxas de juro para operações com maturidade em 2000, passaram, logo a partir de Outubro, a evidenciar um prémio de risco anormal, situação que se traduziu em subidas nos diversos indexantes mundiais.

Zona euro

O primeiro ano de vida do euro coincidiu com uma fase de abrandamento evidente da economia europeia, de desvalorização da moeda e de perda de confiança dos agentes económicos.

Evidente também foi a divergência entre a situação económica na Alemanha, França e Itália, por um lado, e nos países de menor dimensão, por outro. Os primeiros denotaram um abrandamento significativo da actividade económica, recuperando apenas no segundo semestre pela via da procura externa, enquanto os segundos denotaram taxas de crescimento mais elevadas, diminuição de desemprego e procura interna robusta.

O BCE — Banco Central Europeu iniciou a sua actividade cedendo fundos a 3%, tendo operado um corte substancial de 0,5% em Abril, em reacção ao forte abrandamento das economias europeia e mundial. A recuperação económica observada desde o final do 1.º semestre e as preocupações com a subida dos preços, permitiram que a 4 de Novembro o BCE anulasse o corte de Abril, repondo a taxa em 3%.

Esta evolução resultou, em termos europeus, num crescimento do PIB de 2,2%, numa redução da inflação para 1,1%, na ligeira correcção do desemprego para 10,1%, fruto do mau desempenho alemão, e ainda numa melhoria do *superavit* da conta corrente para 0,8% do PIB.

Estados Unidos

A economia norte-americana teve, em 1999, um crescimento significativo sem pressões inflacionistas.

O PIB registou uma variação positiva de perto de 4,0%. O antecipado abrandamento não se verificou e os Estados Unidos da América voltaram a assumir claramente o papel de motor da economia mundial. Contudo, a expansão verificada traduziu-se, em comparação com o ano anterior, num agravamento do desequilíbrio estrutural na vertente externa e numa maior dependência do consumo interno. O défice comercial atingiu o valor recorde de 350 biliões de dólares.

O consumo privado verificou um crescimento forte (5,2%), sustentado em ganhos bolsistas e no agravamento do endividamento dos particulares. A confiança de consumidores registou máximos próximos de 30 anos. O investimento em capital fixo evoluiu à taxa de 8,4%, testemunhando a continuada aposta em novas tecnologias e sistemas de informação.

A inflação subiu 2,7%, fruto, essencialmente, de custos mais elevados dos componentes energéticos.

A taxa de desemprego observou uma queda continuada durante o ano, terminando ao nível de 4,1%, próximo dos mínimos dos últimos 30 anos. A produtividade seguiu em alta, com ganhos próximos de 4%.

Japão

O Japão registou uma recuperação frágil.

Ainda assim, a evolução foi positiva (+ 1,4% de crescimento económico) e deveu-se à conjugação de políticas monetárias e orçamentais expansionistas, promovidas pelas autoridades nipónicas.

A procura interna manteve-se fragilizada, enquanto a externa evidenciou os efeitos da crise nos parceiros comerciais asiáticos e da forte valorização do JPY.

Portugal

A convergência real com a economia europeia voltou a ser patente, tendo o PIB crescido 3,1%. Apesar desta conjuntura positiva, foram evidentes os efeitos do abrandamento do ritmo de crescimento económico dos seus principais parceiros comerciais.

O défice da balança comercial e da balança de transacções correntes agravou-se significativamente, pelo facto do crescimento da economia ter sido impulsionado pela procura interna (+ 4,7%), especialmente pelo consumo privado (+ 4,6%).

O modelo de consolidação orçamental não garantiu a contenção da despesa pública, apenas alcançando uma melhoria ao nível do défice do sector público administrativo (SPA) (— 1,8% face a — 2,2% em 1998) pelos ganhos de execução fiscal, menor investimento público face ao planeado e estagnação das despesas de capital.

A inflação seguiu uma trajectória ascendente durante a primeira metade do ano, tendo observado uma diminuição no ritmo de crescimento a partir de então. Terminou o ano registando 2,3%, valor superior ao objectivo oficial. Por sua vez, o desemprego seguiu uma tendência de queda, registando 4,4%, o que compara favoravelmente com os 5% de 1998.

Por último, o mercado bolsista caracterizou-se por uma queda generalizada durante o ano, recuperando apenas nos dois últimos meses. O índice BVL-30 terminou com uma valorização a rondar os 10% em termos anuais.

II — Actividades operacionais

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., prosseguiu a sua actividade de gestão de participações sociais que se encontram estruturadas por unidades de negócios, com referências às quais se dá conta dos aspectos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 1999.

Unidade de negócios: naturais

A actividade da unidade de negócios dos naturais, no ano de 1999, acompanhou a tendência do mercado mundial para rolhas de natureza técnica ou industrial que, de facto, revelaram um forte crescimento ao longo do ano.

Essas rolhas, designadas por *Twin Top*, são uma resposta competitiva e de elevada *performance* destinada a um segmento de mercado de quantidades, quer dos países tradicionais, quer dos países emergentes do mundo do vinho.

De destacar o forte crescimento, cerca de 25%, no volume de negócios das rolhas de champanhe. Este crescimento ficou a dever-se não só à passagem do milénio, mas também à conquista de mercados importantes, sobretudo através da participada Interchampanhe — Fabricante de Rolhas de Champanhe, S. A. Por outro lado, também o segmento das rolhas naturais de alta qualidade contribuiu com um forte crescimento para a actividade desta unidade de negócios.

No seu conjunto, esta unidade cresceu em 10% a sua facturação, pese o facto de ainda não se terem feito sentir os efeitos das novas aquisições.

Continua a notar-se o crescimento do mercado mundial, sobretudo nos mercados emergentes, revelando os mercados mais tradicionais (europeus), de momento, uma certa estabilidade.

De realçar que 56% das exportações desta unidade de negócios já foram conduzidas de uma forma verticalizada através das empresas no exterior, o que de facto vem confirmar toda a estratégia de crescimento vertical que foi realizado.

Para além destes factos, há a destacar também a conclusão de mais um centro de preparação de matéria-prima em Ponte de Sor, cuja inauguração terá lugar no início do ano 2000. Trata-se de uma das seis unidades de aprovisionamento e preparação de matéria-prima que a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., detém, localizando-se duas na região do Magreb, duas em Espanha e futuramente com a unidade de Coruche, duas em Portugal.

Durante o exercício, foi inaugurada a primeira fábrica de rolhas *Twin Top* fora de Portugal. Conforme anunciado esta unidade de produção situa-se em Melbourne — Austrália, tem uma capacidade de cerca de 70 milhões de unidades, sendo este investimento bem significativo da importância que o mercado australiano tem para a Corticeira Amorim — SGPS, S. A.

Ainda durante 1999, foi adquirida a empresa Manuel Pereira de Sousa & Filhos, L.^{da}, unidade que se vai especializar na produção de rolhas técnicas, tendo ainda sido adquirida a maioria do capital da Pratlás, L.^{da}, empresa fornecedora de cápsulas para o segmento de rolhas com cápsula. No âmbito da distribuição foi adquirido 50% da principal distribuidora chilena — Indústria Corchera, S. A., cimentando assim uma privilegiada e longa relação com esta empresa.

Unidade de negócios: revestimentos

Nos últimos anos têm-se verificado alterações substanciais no ambiente, envolvente ao negócio de revestimentos de solos, das quais se destacam:

Pressão sobre os preços acompanhada por maior exigência qualitativa dos clientes;

Proliferação de produtos alternativos, fusões nas unidades produtoras e associações nas unidades de distribuição;

Aumento dos esforços de *marketing* e de promoção;

Rápida alteração dos padrões de distribuição e crescente influência dos meios de comunicação na decisão dos consumidores;

Redução do ciclo de vida dos produtos e consequente aumento dos custos fixos para acompanhar tecnologicamente esta evolução;

Ataques acrescidos aos nichos de mercado.

Nesta perspectiva a unidade de negócios de revestimentos continua a tentar prosseguir uma estratégia de diferenciação face às restantes alternativas que existem no mercado, baseada no domínio de uma matéria-prima que oferece soluções técnicas e estéticas únicas. Crê-se que este posicionamento permitirá um crescimento sustentado, sem no entanto procurar a massificação com crescimento a qualquer preço.

Os principais indicadores de actividade tiveram, em 1999, a seguinte evolução:

As vendas dos revestimentos de solo com cortiça cresceram cerca de 5%, com a manutenção generalizada dos preços de venda;

Os preços das principais matérias-primas tiveram um acréscimo de cerca de 5,4% quando comparados com 1998;

Cash-flow operacional manteve-se próximo dos valores de 1998, dado que a evolução das vendas não correspondeu, na totalidade, ao

aumento de recursos disponibilizados, existindo, por esse motivo, capacidade humana e técnica para fazer crescer os resultados com idêntica estrutura;

Capital investido no negócio manteve-se ao nível de 1998. A evolução favorável dos resultados financeiros que se tinha verificado em anos anteriores devido à descida das taxas de juro foi alterada pela inversão desta tendência, tendo o seu valor sido idêntico a 1998.

Manteve-se o *focus* desta actividade nos revestimentos de solos com cortiça, alargando a oferta de produtos auxiliares de instalação, orientando ainda mais a estratégia de produto para o revestimento/serviço em vez do tradicional revestimento/material.

O papel das unidades de distribuição como vector de presença física nos mercados continua a ser fortalecido, sendo o garante da adequação e desenvolvimento do negócio de acordo com as características do produto e segmentos alvo.

A aposta em mercados alternativos com dimensão e o poder de aquisição que permitam complementar a relativa estabilidade que existe nos mercados tradicionais, está ainda por ser atingida, o que impede um crescimento de vendas mais acentuado.

Deu-se início a um processo de unificação das designações sociais das unidades de distribuição de acordo com a imagem do Grupo. Este processo estará concluído durante o ano 2000 e permitirá uma associação mais forte ao nome Amorim, evidenciando ainda mais a integração vertical da cadeia de negócio.

Manter-se-ão, no entanto, as marcas existentes — *Wicanders* para o segmento comercial e *Ipcork* para o segmento residencial.

Enquadrado nestas preocupações, a unidade de negócios de revestimentos prosseguiu a estratégia definida anteriormente:

Reforço de competências nas áreas de suporte, assistência comercial e serviço ao cliente e focalização nos canais de distribuição e segmentos de aplicação eleitos como preferenciais;

Lançamento de projectos de design para aplicação do *know-how* e da tecnologia existentes a novas soluções estéticas;

Desenvolvimento de novos produtos em conjugação com entidades especializadas, de forma a fazer evoluir a oferta no mercado;

Obtenção (em Fevereiro do corrente ano) da certificação ISO 9001, como forma de reforçar os princípios de qualidade total, enfatizando a importância da gestão do produto desde a concepção até à instalação;

Implementação de um sistema informático ERP na Amorim Revestimentos, S. A.

Garantindo a satisfação das necessidades colocadas pelo ano 2000, enquadrado num processo mais lato de integração logístico/informatizacional em todas as unidades de distribuição desta unidade de negócios no exterior, cujo impacto em termos de comunicação, acesso/partilha e disponibilização de informação será evidente no curto prazo;

Reorganização industrial numa lógica de recentragem dos processos por linhas de produtos com o objectivo de especializar as unidades industriais de acordo com as suas características tecnológicas, de forma a aumentar a produtividade e a melhorar o serviço de resposta de acordo com as tendências de mercado;

Aumento do investimento em formação;

Investimentos orientados para o aumento da eficiência no tratamento da matéria-prima, melhoria do ambiente/condições de trabalho/segurança, rejuvenescimento dos produtos actuais e alteração de *layouts* industriais.

Unidade de negócios: granulados, aglomerados brancos e gifts

Durante o ano de 1999, a actividade desta unidade de negócios, nas suas áreas de granulados, aglomerados e *gifts*, caracterizou-se pelos seguintes aspectos:

Crescimento contínuo e sustentado nas vendas de aglomerados brancos nas suas diversas aplicações, com forte relevância para as aplicações de calçado e de construção civil;

Continuação do desenvolvimento de novas aplicações finais para os granulados técnicos de cortiça (granos) o que permitiu melhorar o respectivo posicionamento no mercado;

O reposicionamento estratégico e as dificuldades concorrenciais sentidas em algumas linhas de produtos não permitiram atingir totalmente os objectivos preconizados para 1999 na área *gifts*. Foram, no entanto, garantidos os necessários ritmos de crescimento face a 1998;

Para o conjunto da famílias de produtos desta unidade de negócios, as vendas atingiram os valores planeados, apresentando um crescimento de 6,2% relativamente ao observado no ano transacto.

A efectivação da presença comercial através da implementação de unidades de comercialização especializadas em vários mercados alvo,

nomeadamente Alemanha, Reino Unido e Benelux, utilizando estruturas comerciais existentes no Grupo, permitiu um correcto posicionamento e abordagem nos mercados consumidores, tendo-se reflectido, em 1999, na realização de dois *Composition Cork Meeting* com integração total dos vários elementos que compõem a referida rede de distribuição.

O mercado abastecedor de desperdícios de cortiça, principal matéria-prima desta unidade de negócios, manteve-se instável durante todo ano, o que influenciou negativamente quer o nível de preços praticado quer as quantidades disponíveis.

Na prossecução da estratégia definida nesta área, foram realizados, durante o ano, acordos preferenciais de compra de matérias-primas que garantiram a estabilidade qualitativa e quantitativa do aprovisionamento das mesmas, assegurando-se assim os índices de produção e de produtividade consentâneos com os objectivos anuais pré-estabelecidos.

Proseguindo na implementação da estratégia de verticalização industrial a montante, associada a uma presença nos mercados abastecedores de matérias-primas, foram realizados, em 1999, investimentos no mercado espanhol com a compra da empresa granuladora Salco Industrial Corchera, SL.

Com a atribuição, em Março de 1999, da Certificação pela Norma ISO 9001, a Corticeira Amorim — Indústria, S. A., tornou-se na primeira empresa do sector da cortiça a obter tal reconhecimento.

Durante o ano transacto, deu-se ainda especial atenção ao estudo do impacto ambiental da actividade desenvolvida por esta unidade de negócios, tendo em conta, por um lado, o integral cumprimento das normas ambientais vigentes, tanto ao nível da legislação existente nesta matéria como ao nível das obrigações decorrentes do Contrato de Adaptação Ambiental, subscrito no âmbito do protocolo entre a ANIEC e as Direcções-Gerais de Ambiente e Indústria formalizado em 1998, e, por outro lado, a definição e a implementação de medidas que permitam prevenir contra efeitos indesejáveis, ainda que não regulamentados.

A política de investimentos seguida durante 1999, orientou o esforço financeiro para o reforço de ganhos de produtividade, correcção do balanceamento de capacidades produtivas, renovação tecnológica, política ambiental e melhoria das condições de higiene e segurança.

Foi dada especial atenção a investimentos relacionados com a maior recuperação e aproveitamento de desperdícios internos de produção, e aumento de produtividade no tratamento de matérias-primas primárias, reduzindo, desta forma, o impacto da turbulência verificada no mercado abastecedor de matérias-primas nesta unidade de negócios. Foi também finalizado o investimento nas novas instalações sociais as quais proporcionam um melhor nível de conforto, higiene e segurança.

Foi levada a cabo, em 1999, a política de parcerias estratégicas com centros de investigação de reconhecida competência, na elaboração de projectos de desenvolvimento de novas aplicações para os produtos existentes e inovação de novos produtos e serviços.

Unidade de negócios: cortiça com borracha

O volume de vendas registado em 1999 foi 10% inferior ao volume de vendas de 1998 e 5% superior ao do ano de 1997. Esta quebra, face a 1998, deve-se ao facto de não se terem efectivado negócios previstos, relacionados com projectos de condicionamento acústico e vibratório, dado que estes se realizarão em 2000.

Proseguiu-se com a implementação da estratégia de diversificação geográfica e de aplicações, salientando-se o incremento da quota de mercado no segmento automóvel na Europa.

De destacar a aquisição do negócio de CorkRubber da Southland Technologies Inc., um dos históricos e principais concorrentes nos Estados Unidos da América. Como resultado desta aquisição, estabeleceu-se uma cooperação entre as duas empresas para o fornecimento do Original Equipment Market (OEM), tendo sido aprovada uma nova junta de CorkRubber para utilização na Chrysler.

Na continuidade de implementação da estratégia de desenvolvimento de novos produtos, foram homologadas novas juntas em CorkRubber para utilização na Perkins e Skoda (segmento automóvel) e na Alston Power (segmento de transformadores eléctricos).

Ainda nesta linha estratégica, mas no segmento de produtos para aplicações industriais, encetaram-se projectos de desenvolvimento de novos produtos, destinados essencialmente a fabricantes de equipamentos, que deverão ser homologados em meados do ano 2000. De igual forma, iniciou-se o desenvolvimento de um novo sistema de condicionamento acústico e vibratório para vias férreas — comboios ligeiros e eléctricos.

No que diz respeito a processos de fabrico, continuou-se a implementação gradual da utilização de tecnologias de automação em diversas áreas da unidade de negócios.

Em resultado da intensa actividade de pesquisa de novas tecnologias iniciada em 1998, foram adquiridos equipamentos de acabamento de produtos inovadores no segmento da cortiça, que suportarão a fabricação de novos produtos.

Inserida na implementação da estratégia da unidade de negócios, foi lançada em 1999 uma nova imagem que consistiu na mudança do nome da unidade de negócios e das empresas detidas a 100%, que passaram a utilizar a designação Amorim Industrial Solutions, com o objectivo de contribuir para uma identidade comum, reconhecida pelos colaboradores, clientes e fornecedores e aproximando-a da identidade corporativa do Grupo Amorim.

Esta nova identidade suporta também a estratégia de comunicação, associada ao lançamento de novos produtos e à afirmação do CorkRubber como uma tecnologia actual, inovadora e capaz de ser a solução — Solutions — adequada à satisfação das necessidades da indústria — Industrial — que servimos.

De realçar o sucesso da primeira presença desta unidade de negócios na Equip'Auto 99, uma importante mostra internacional de equipamentos, tecnologias e serviços para a indústria automóvel, que se realizou em Paris.

Deu-se continuidade ao desenvolvimento do sistema de qualidade nas empresas desta unidade de negócios, como ferramenta de gestão, salientando-se o reforço da certificação pelas Normas QS9000 na Amorim Industrial Solutions, Inc. (EUA) e a decisão de certificar as empresas portuguesas pelas Normas ISO9001 durante o 1.º semestre de 2000.

Unidade de negócios: isolamentos

O ano de 1999, representou, para a unidade de negócios dos isolamentos, a manutenção de um bom desempenho ao nível dos resultados, mostrando assim que a estratégia definida se revelou a mais adequada, assegurando perspectivas promissoras no que concerne à evolução pretendida.

O valor das vendas registou um aumento de 12% em relação ao ano transacto, com um reflexo bastante positivo em termos de resultados.

Fruto da implementação da estratégia comercial definida para a unidade de negócios, este aumento de vendas e de resultados beneficiou particularmente da procura de novos mercados e da comercialização de produtos de maior valor acrescentado, nomeadamente através da introdução de especialidades não *standard*.

A estagnação já verificada no ano transacto nos mercados tradicionais de venda do aglomerado de cortiça expandido, bem como a agressiva, mas salutar, acção da concorrência, conduziram à busca de mercados alternativos, em que as características diferenciadoras dos produtos desta unidade de negócios são particularmente apreciadas, nomeadamente a sua vertente ecológica.

No seguimento da estratégia de comercialização de produtos de isolamento naturais e ecológicos, assistiu-se em 1999 à introdução efectiva de uma nova linha de produtos — isolamentos em fibra de coco. Apesar de este ter sido um ano de aprendizagem, pode-se afirmar que os objectivos previamente definidos foram atingidos.

III — O mercado accionista

A) Mercado accionista:

O ano de 1999 teve um início excepcional, tendo o mercado accionista português registado uma subida superior a 5% durante a primeira semana, facto a que não foi alheia a estreia eufórica do euro.

O agravamento da crise brasileira veio arrefecer o entusiasmo inicial dos investidores, nomeadamente no nosso país, dada a exposição das principais empresas nacionais no Brasil, que resultaram penalizadas. Só no último trimestre do ano se verificou um regresso em força dos investidores ao mercado, com a consequente recuperação dos índices bolsistas e a liquidez a registar os valores máximos do ano.

De salientar alguns factores que contribuíram para que o desempenho do mercado português em 1999 ficasse aquém do esperado:

Os principais gestores de fundos passam a reger-se por critérios sectoriais e não de país, como até então;

Os principais títulos portugueses deixaram de fazer parte dos índices seguidos pelos gestores internacionais, como o Euro Stoxx 50;

Aumento da concorrência em mercados até então regulados; Crise no Brasil.

Esta *performance* menos boa é clara quando se repara no aumento do peso de acções internacionais em fundos de acções portuguesas, chegando este *ratio* a ultrapassar os 50% em Outubro.

A atenuar esta situação, assistiu-se a várias operações de fusões e aquisições, especialmente nos sectores bancário e da construção, que também em Portugal vieram estimular o mercado.

O índice BVL Geral fechou o ano de 1999 a 2732,36, o que se traduz numa variação homóloga de 12,57%. O índice PSI-20 registou uma valorização de 8,74% no ano de 1999, tendo registado 11 960,51 no final do ano.

O volume transaccionado foi também responsável pela fraca *performance* do mercado português. O volume médio transaccionado em 1999 ficou mais de 10% abaixo do verificado em 1998.

B) Comportamento bolsista das acções da Corticeira Amorim — SGPS, S. A.:

Conforme deliberação tomada em assembleia geral de 1 de Abril de 1999, a sociedade procedeu, em 12 de Agosto de 1999 à redenominação das acções representativas do seu capital social e à alteração da denominação do capital social para euros, mediante o aumento do capital social por incorporação de reservas, fixando-se o capital social em 71 357 000 euros.

O aumento do capital social por incorporação de reservas decorreu da alteração da denominação do capital social para euros e da redenominação das acções mediante a aplicação da taxa de conversão (200\$482), com arredondamento ao cêntimo, fixando-se o valor nominal de cada acção em 4,99 euros e o capital social em 71 357 000 euros, representado em 14 300 000 acções ordinárias que conferem direito a dividendos.

As acções da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., representativas do capital social de 71 357 000 euros, encontram-se cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa desde o início do ano de 1991, integrando o sistema de negociação em contínuo nacional desde 11 de Dezembro de 1991.

No final de 1999, as acções da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., foram transaccionadas a 9,76 euros, o que representou um decréscimo de 20,13% em relação à cotação do fim de 1998.

A cotação máxima atingida durante o referido ano foi de 12,85 euros por acção.

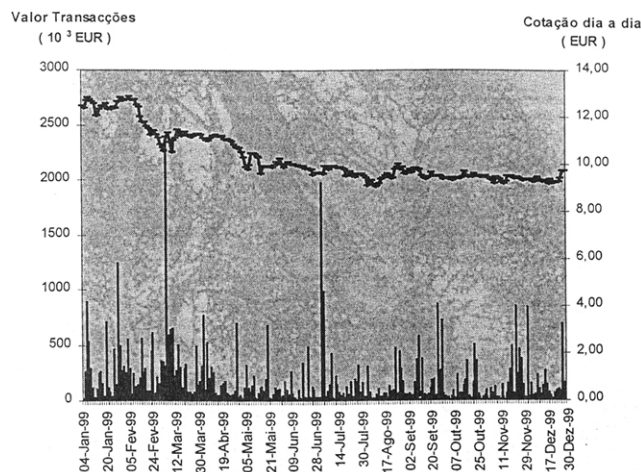
O gráfico abaixo mostra a evolução das cotações e das quantidades transaccionadas da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., ao longo do ano de 1999:

Descrição	1995	1996	1997	1998	1999
Número de acções	5 363 916	13 500 108	8 835 382	11 221 342	4 937 744
Cotações em euros:					
Máxima	13,82	10,85	12,47	20,45	12,85
Média	10,23	8,82	9,83	14,59	10,30
Mínima	7,23	7,73	7,33	9,48	9,05
Frequência negocial (percentagem)	96,00	96,00	100,00	100,00	100,00

Fonte. — 9 de Agosto de 1997: BVL.

Nota. — Os valores relativos ao período 1995-1998 foram convertidos dos valores históricos em escudos para valores em euros.

Corticeira Amorim no Mercado de Valores Mobiliários



IV — Conta de resultados

Os resultados líquidos do exercício elevaram-se a 3 000 000 de contos, com o seguinte detalhe:

(Em milhares de contos)		
Descrição	1999	1998
Custos operacionais	— 227	— 79
Resultados financeiros	3 077	1 301
Resultados extraordinários	150	686
Resultados líquidos	3 000	1 908

Como se pode observar, os resultados foram influenciados por um aumento dos resultados financeiros, dos quais há a destacar cerca de 2,1 milhões de contos de dividendos recebidos das suas participadas.

V — Estrutura financeira

O activo líquido atingiu, no final do exercício, o valor de 68 milhões de contos, ou seja, um crescimento de 11,7 milhões de contos face a 1998.

Esta alteração deveu-se, essencialmente, ao acréscimo no valor dos suprimentos e prestações suplementares concedidos às empresas participadas.

(Em milhares de contos)		
Descrição	1999	1998
Imobilizado financeiro	49 491	40 712
Dívidas de terceiros	18 435	15 541
Outras contas do activo	50	32
	67 976	56 285

Do excedente resultante da actividade das aplicações referidas anteriormente, e após o pagamento de dividendos, resultou um acréscimo do passivo de cerca de 9,59 milhões de contos, com particular incidência no endividamento bancário.

(Em milhares de contos)		
Descrição	1999	1998
Empréstimo obrigacionista	14 291	11 000
Empréstimo bancário	10 967	3 014
Dívidas a terceiros	495	2149
Provisões	100	240
Diferimentos	149	54
	26 002	16 457

Do valor total de dívidas a terceiros, destaca-se o montante de 845 000 contos resultante da aplicação de excedentes de tesouraria de uma empresa participada junto da Corticeira Amorim.

Os capitais próprios atingiram, no final do exercício, o montante de 42,08 milhões de contos, após distribuição de dividendos relativos ao exercício de 1998, no valor de 0,858 milhões de contos.

VI — Recursos humanos

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., levou a cabo, durante 1999, a concretização do seu projecto estratégico nesta área. Este projecto visa reforçar a política de recursos humanos, através da implementação de um avançado sistema integrado de *software*, que permite a gestão e partilha de informação entre as diversas empresas. Este sistema está preparado para responder às necessidades específicas em áreas tão diferentes como processamento de salários, planeamento e coordenação de acções de formação, criação de registos individualizados com toda a informação relativa ao recrutamento de pessoal e gestão de sistemas de avaliação de forma integrada e dinâmica.

Foi continuado o processo de recrutamento, sendo de realçar a participação de 12 jovens quadros na formação para a internacionalização, através do programa contacto do ICEP. Realce para a constante aposta na estruturação da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., através da contratação de novas competências para as áreas de comunicação, sistemas de informação, logística, mercado internacional e recursos humanos, as quais enquadraram 19 novos quadros.

Durante 1999, observou-se a estabilização dos indicadores, com a taxa de absentismo a situar-se nos 3,4% e o índice etário a sofrer um desagravamento de 0,3% face ao ano transacto.

No decorrer de 1999, foram ainda dinamizadas as seguintes iniciativas:

- a) Certificação das empresas;
- b) Realização das semanas de qualidade da Corticeira Amorim — Indústria, S. A., e da Amorim Revestimentos, S. A.;
- c) Contínuo processo de formação, que envolveu, ao longo do ano, a participação de 3408 colaboradores em 45 333 horas de formação, com particular atenção para as áreas de gestão, secretariado, sistemas de informação e comunicação;
- d) Elaboração de dois programas especiais para chefias intermédias;
- e) Realização de seminários anuais subordinados a temas de âmbito jurídico-fiscal, de secretariado, entre outros;
- f) Realização de dois módulos de acolhimento e integração para jovens quadros que envolveram a visita às diversas unidades de produção;
- g) Aposta em metodologias de aperfeiçoamento de competências em zonas de suporte da organização.

VII — Perspectivas para 2000

Envolvente da economia mundial

Perspectiva-se para 2000 a aceleração do ritmo de crescimento económico global. As estimativas do FMI apontam para um crescimento mundial de 3,5%. Nos países industrializados, a evolução será de 2,5%, o que demonstra a perspectiva de estabilidade face ao observado em 1999.

A convergência de ritmo de crescimento económico entre os três maiores blocos permitindo que uma aceleração do crescimento na zona euro e a retoma no Japão compensem o eventual abrandamento na economia norte-americana, deverá caracterizar a conjuntura económica de 2000.

A crise global que teve origem nas economias emergentes foi ultrapassada. Contudo, em 2000, deverá verificar-se uma consolidação da recuperação das economias asiáticas, assumindo o Japão o papel de motor, e a continuidade de implementação de reformas na América Latina.

As economias emergentes apresentam perspectivas muito promissoras. A recuperação económica mundial traduzir-se-á no aumento da procura de mercadorias, parte importante das exportações de muitos destes países.

A Europa de Leste deve beneficiar directamente da recuperação económica da zona euro.

Zona euro

As perspectivas apontam para um crescimento sustentado da economia da euro em 2000 em redor de 3% — a Europa estará prestes a gozar um período de crescimento forte talvez o mais alto desde a reunificação alemã, com reduzidas pressões sobre os preços. A procura externa contribuirá positivamente para esta evolução.

Os diferentes países deverão registar agora uma maior sincronização ao nível do ciclo económico, permitindo uma melhor aderência das políticas e processos comuns.

A inflação deverá observar um aumento nos primeiros meses de 2000, aproximando-se do limite do BCE de 2%, para descer de seguida

pelo efeito resultante da subida de taxas operada em Novembro de 1999 e pela recuperação da moeda europeia. Esta variável deverá registar valores mais altos nos países periféricos do que no núcleo central. As condições monetárias tornar-se-ão mais restritivas.

Assistir-se-á à consolidação orçamental (— 1,2% face a — 1,6% em 1999) e à diminuição do peso da dívida pública no PIB.

Estados Unidos

A economia americana deverá evidenciar um abrandamento ligeiro (3,3%) em 2000, permitindo, contudo, garantir a continuidade da expansão económica pelo 10.º ano consecutivo. Este contexto decorrerá necessariamente de uma procura interna sustentada, de um crescimento das exportações, fruto da recuperação da economia mundial e da desvalorização do dólar, e ainda de uma actuação restritiva, mas prudente, da Reserva Federal Americana.

As condições monetárias deverão tornar-se mais restritivas, permitindo a estabilidade de preços almejada. A inflação deverá atingir 2,5%, valor ligeiramente superior ao registado em 1999, com o desemprego a verificar um ligeiro aumento para 4,4%.

A consolidação orçamental verificada em 1998 e 1999 deverá ter continuidade no ano 2000, sendo que do resultado das eleições presidenciais de Setembro dependerá a condução da política orçamental.

Não obstante estas perspectivas, a economia dos EUA não deverá observar uma correcção rápida dos seus desequilíbrios internos e externos.

Japão

As perspectivas para a economia japonesa apontam para uma recuperação económica frágil com o PIB a crescer 1,5% em 2000. As exportações nipónicas têm vindo a beneficiar da recuperação mundial e especialmente dos seus parceiros comerciais do sudeste asiático, situação que se prevê venha a manter, e a reforçar, em 2000. Contudo, se a procura interna não recuperar, a expansão económica será posta em causa.

É essencial que se verifique a recuperação da rentabilidade empresarial, o que permitirá a retoma da confiança dos empresários e a inversão da tendência de diminuição do investimento.

Acresce que, ao contrário do que se verificou em 1998 e 1999, as autoridades nipónicas terão maior dificuldade em injectar fundos na economia em volume significativo, e as condições monetárias não poderão manter-se tão expansionistas. O esforço despendido traduz-se já num défice orçamental de 10% do PIB e o risco de revisão em baixa da notação de *rating* para sobre o Japão.

Portugal

Quer a OCDE, quer a Comissão Europeia projectam um incremento na actividade económica em Portugal (+ 3,3%) face à situação vivida em 1999.

A expansão deverá resultar de uma reanimação da procura externa, o que decorre dos sinais evidentes de recuperação dos nossos principais parceiros económicos, apoiado num abrandamento moderado do crescimento da procura interna (4% em 2000 face a 4,7% em 1999) — o crescimento do consumo privado deverá retrair-se ligeiramente (3,5%). A política monetária que se espera venha a verificar-se em 2000, traduzir-se-á em taxas de juros mais elevadas, sem contudo impedir o acesso ao crédito por parte das famílias.

O rendimento disponível deverá registar ganhos em termos reais e não se antecipa a deterioração das expectativas dos consumidores, até porque o desemprego deverá manter-se aos níveis baixos de 1999 (4,5%).

Perspectiva-se que o investimento apresente melhor evolução do que em 1999 (6,8% face a 6,5%), sendo que um contributo decisivo será dado pelo início da implementação do QCA III e pela organização do Euro 2004. O volume de investimentos em obras públicas registará um acréscimo substancial.

As autoridades mantêm-se vinculadas às metas do pacto de estabilidade e convergência, o que se traduz num défice orçamental para 2000 ao nível de — 1,5% e numa diminuição do peso da dívida pública para 55,8% do PIB. Da tomada de medidas estruturais urgentes, nomeadamente ao nível do controlo das despesas públicas correntes, dependerá a consistência destes objectivos. O processo de consolidação orçamental seguido até 1999 esgotou-se, face à subida das taxas de juro e ao esforço de cobrança fiscal obtido.

Essencial ao cumprimento destas metas, a inflação deverá registar uma aproximação à média europeia. Depois de ter registado 2,3% em 1999, aponta-se um ligeiro incremento para 2,5% em 2000, sendo

certo que a manutenção do preço dos combustíveis face à subida do crude a nível internacional não deverá ter continuidade em 2000.

Actividades operacionais

Unidade de negócios: naturais

É objectivo da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., reforçar a sua presença junto da floresta fornecedora de matéria-prima e, com recurso a tecnologia inovadora, permitir avançar no desenvolvimento técnico do seu produto.

Nesse sentido, foi organizada uma equipa de investigação e desenvolvimento com a missão de melhorar a *performance* e desenvolver tecnicamente as características do produto, afecta exclusivamente à área das rolhas.

A unidade fabril em Melbourne, na Austrália, está a funcionar em plena actividade, verificando-se, neste momento, uma receptividade bastante positiva do mercado consumidor, relativamente às rolhas *Twin Top* produzidas localmente.

Os mercados do Leste Europeu ainda não mostraram sinais evidentes de recuperação da crise observada em Agosto de 1998, esperando-se que tal facto ocorra ao longo do ano 2000.

No que concerne ao segmento de rolhas capsuladas, espera-se a plena autonomia da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., na produção deste produto, principalmente com a aquisição, em finais de 1999, da empresa de cápsulas Prataplás — Indústria de Plásticos, L.^{da}

Na vertente distribuição, a aquisição de 50% da empresa Indústria Corchera, S. A., no Chile, vem reforçar a estrutura comercial no exterior, dando assim seguimento à política de aproximação aos clientes finais.

O mercado mundial de produção de vinhos apresenta uma tendência crescente em todos os mercados, o que perspectiva um crescimento natural dos negócios desta unidade de negócios.

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., e particularmente a unidade de negócios dos naturais, vê com satisfação as recentes, iniciativas no âmbito da promoção e fomento da actividade corticeira em toda a sua fileira que se têm vindo a consubstanciar em acções concertadas de várias entidades.

Entende-se de realçar, pelo impacto mundial que se perspectiva nas respectivas acções, as seguintes iniciativas:

A discussão ao mais alto nível, aquando da Cimeira Ibérica (Janeiro 2000), do *dossier* sobre a promoção conjunta da rolha de cortiça, de onde se espera a definição e desenvolvimento de acções comuns a Portugal e Espanha para promoção dos produtos de cortiça e de para protecção do montado de sobreiro;

Projecto CORK 2000 desenvolvido pela Associação Portuguesa de Cortiça (APCOR) e que pretende promover o segmento rolheiro em duas vertentes: a interna, com implementação do Código Internacional das Práticas Rolheiras, e a externa, com a criação de uma nova imagem da rolha de cortiça nos mercados internacionais.

Unidade de negócios: revestimentos

Para o ano 2000 perspectiva-se o crescimento regular do volume de negócios verificado nos anos recentes, bem como do *cash-flow*.

Todas as medidas desenvolvidas recentemente concorrerão para ajudar a realizar o crescimento referido. As linhas de orientação que pautaram a actividade da unidade de negócios ao longo de 1999, já referidas, serão seguidas dado revelarem os instrumentos que melhor se adequam aos objectivos que se pretende atingir.

A estrutura existente não necessitará de ser reforçada para fazer face ao crescimento de vendas.

Esperam-se acréscimos no preço das principais matérias-primas, sentidos principalmente na cortiça e no petróleo. Por esse facto, o desvio de preço será tendencialmente superior ao verificado em anos anteriores.

Ao nível do segmento residencial, espera-se um significativo ganho de quota de mercado, fruto da liderança indiscutível detida em termos de utilização da matéria-prima e que, face ao aumento de preço das matérias-primas para os principais concorrentes, se tornará uma vantagem competitiva desta unidade de negócios.

Unidade de negócios: granulados, aglomerados brancos e *gifts*

Perspectivas para 2000:

Continuação da *performance* de vendas verificada durante 1999 nas diversas áreas de actividade desta unidade de negócios, reforçada com

a concretização da implementação de unidades especializadas de comercialização num conjunto de mercados considerados estratégicos.

Após a finalização dos investimentos enquadrados no primeiro plano estratégico, será realizado, durante o ano 2000, um novo diagnóstico estratégico que conduzirá a uma política directora de investimentos capaz de suportar o desenvolvimento perspectivado do negócio nos próximos cinco anos.

Continuação da política de formação que pretende atingir todos os níveis da unidade de negócios.

Será dada especial relevância a acções de formação que garantam a continuação da mudança organizacional e cultural necessária à efectivação da missão e dos valores da unidade de negócios, assim como a contínua melhoria na adequação do colaborador ao respectivo posto de trabalho, visando quer ganhos de produtividade, quer maior segurança e higiene na realização das tarefas.

Na linha de continuidade da política de qualidade da empresa e dos esforços realizados na área ambiental serão encetados os necessários esforços para a obtenção da Certificação ISO 14001.

Unidade de negócios: cortiça com borracha

Perspectiva-se para o ano 2000 um forte crescimento de vendas, resultado das homologações de produtos conseguidas em 1999 e da realização de projectos transferidos para 2000.

Ir-se-á implementar e consolidar a reestruturação interna da unidade de negócios, reforçando a estrutura humana em áreas críticas e vitais, como são os casos das áreas comerciais, técnica e desenvolvimento de novos produtos. Destaca-se também a decisão de implementar, durante 2000, uma reestruturação interna, fundamental à estratégia de crescimento futuro.

Ao nível dos investimentos, salientamos a perspectiva de compra de um imóvel que permitirá a expansão industrial e a criação do Centro de Investigação & Desenvolvimento da Amorim Industrial Solutions.

Unidade de negócios: isolamentos

São positivas as expectativas da unidade de negócios dos isolamentos para o ano 2000.

A continuação da implementação da estratégia comercial, fortemente baseada em produtos de elevado valor acrescentado, permite encarar o ano 2000 com optimismo, posicionando a unidade de negócios numa linha ascensional em termos de rentabilidade.

Decorrido o período de aprendizagem nos produtos de isolamento em fibra de coco, crê-se que o ano 2000 representará a afirmação definitiva deste produto como uma alternativa no segmento de produtos de isolamento naturais, permitindo que se atinja, assim, o equilíbrio financeiro neste segmento da actividade da unidade de negócios.

Resultados

Não se prevêem alterações significativas na actividade social da Corticeira Amorim — SGPS, S. A.

Os resultados líquidos deverão ser influenciados pelo aumento dos proveitos financeiros gerados pelo maior nível de suprimentos às empresas participadas, havendo a considerar a contrapartida relativa ao aumento dos custos financeiros, provocado pelo maior endividamento.

O resultado final ficará dependente do montante de dividendos a receber das suas participadas.

VIII — Proposta de aplicação de resultados

O conselho de administração propõe que o resultado líquido apurado segundo as contas sociais referentes ao ano de 1999, no valor de 3 000 036 005\$50, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal	150 001 800\$00
Para reservas livres	1 992 034 205\$50
Para dividendos	858 000 000\$00

IX — Recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas

Em 27 de Outubro de 1999, o conselho directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários aprovou um conjunto de recomendações relativas ao governo das sociedades cotadas, que visa o aperfeiçoamento dos mecanismos de tutela dos investidores nos mercados de valores mobiliários.

Tendo a emissão deste conjunto de recomendações da CMVM sido antecedida de um questionário sobre a administração das sociedades e de um processo de apreciação pública do projecto de recomendações, a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., procurou, desde logo, proceder a um diagnóstico da sua situação específica nas matérias abordadas.

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., acolhe, portanto, estas recomendações como um contributo oportuno e pertinente cuja observância favorecerá todas as entidades, particulares ou colectivas, cujos interesses estão envolvidos na actividade societária, pelo que, neste momento, analisa o seu posicionamento em matéria de governo da sociedade à luz destas recomendações, ponderando as vantagens efectivas da sua total implementação e a realidade em que opera.

A análise já efectuada permite afirmar que os interesses que estas recomendações visam proteger, têm já um tratamento muito similar ao preconizado pelas mesmas recomendações, facto que coloca a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., num bom grau de adopção das mesmas, conforme se pode inferir da fundamentação apresentada na nota anexa ao balanço e demonstração dos resultados n.º 49.

X — Eventos posteriores

Posteriormente a 31 de Dezembro de 1999 e até à data do presente relatório, não ocorreram factos relevantes que venham a afectar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., e do conjunto das empresas filiais incluídas na consolidação.

XI — Fecho do relatório

O conselho de administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

Aos accionistas e investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;

As instituições de crédito, pela importante colaboração prestada;

Ao fiscal único pelo rigor e qualidade da sua actuação.

A todos os colaboradores, cuja disponibilidade e empenho tanto têm contribuído para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela Corticeira Amorim — SGPS, S. A., aqui lhes manifestamos o nosso sentido apreço.

Mozelos, 29 de Fevereiro de 2000. — A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Anexo ao relatório do conselho de administração

1 — Acções detidas pelos órgãos sociais da empresa, à data de 31 de Dezembro de 1999, em cumprimento do estabelecido no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais:

Conselho de administração	Quantidade de acções detidas em 31 Dez. de 1998	Acções adquiridas no exercício de 1999		Acções vendidas no exercício de 1999		Quantidade de acções detidas em 31 Dez. de 1999
		Quantidade	Valor (contos)	Quantidade	Valor (contos)	
Américo Ferreira de Amorim	6 493	—	—	—	—	6 493
José Américo Amorim Coelho	—	—	—	—	—	—
António Rios de Amorim	—	—	—	—	—	—
Joaquim Ferreira de Amorim	—	—	—	—	—	—
Rui Miguel Duarte Alegre	100	—	—	—	—	100
Jorge Manuel Ferreira dos Santos	—	—	—	—	—	—
Jorge Alberto Guedes Peixoto	—	—	—	—	—	—

2 — Accionistas titulares de mais de um décimo do capital social da empresa, à data de 31 de Dezembro de 1999, em cumprimento do estabelecido no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais:

Amorim Capital — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A — 52,42%.

Mozelos, 29 de Fevereiro de 2000. — A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Balanço em 31 de Dezembro de 1999

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1999			1998
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	2 275	1 641	634	1 292
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transporte	5 400	1 350	4 050	—
Equipamento administrativo	881	211	670	—
	6 281	1 561	4 720	—
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do Grupo	26 111 037	—	26 111 037	18 301 380
Empréstimos a empresas do Grupo	23 379 916	—	23 379 916	22 410 927
	49 490 953	—	49 490 953	40 712 307

(Em milhares de escudos)

	1999			1998
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Circulante:				
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Empresas do Grupo	18 424 000	—	18 424 000	15 503 631
Estado e outros entes públicos	1 494	—	1 494	711
Outros devedores	9 213	—	9 213	36 858
	<u>18 434 707</u>	<u>—</u>	<u>18 434 707</u>	<u>15 541 200</u>
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	1 606		1 606	2 948
Custos diferidos	50		50	50
	<u>1 656</u>		<u>1 656</u>	<u>2 998</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	23		23	3 685
Custos diferidos	39 831		39 831	23 646
	<u>39 854</u>		<u>39 854</u>	<u>27 331</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>3 202</u>		
<i>Total do activo</i>	67 975 726	3 202	67 972 524	56 285 128

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	1999	1998
Capital próprio:		
Capital	14 305 794	14 300 000
Prémios de emissão de acções	12 604 206	12 610 000
Reservas de reavaliação	812 347	812 347
Reservas:		
Reservas legais	1 027 062	931 688
Outras reservas	10 220 592	9 266 097
<i>Subtotal</i>	<u>38 970 001</u>	<u>37 920 112</u>
Resultado líquido do exercício	<u>3 000 036</u>	<u>1 907 889</u>
<i>Total do capital próprio</i>	<u>41 970 037</u>	<u>39 828 001</u>
Passivo:		
Provisões para riscos e encargos:		
Outras provisões para riscos e encargos	<u>100 000</u>	<u>100 000</u>
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis	14 291 136	11 000 000
Dívidas a instituições de crédito	<u>6 677 881</u>	<u>3 000 000</u>
	<u>20 969 017</u>	<u>14 000 000</u>
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	4 289 173	14 210
Fornecedores — c/c	5 053	1 126
Empresas do grupo	485 000	1 034 000
Outros accionistas	612	570
Outros empréstimos obtidos	—	6 525
Estado e outros entes públicos	4 711	15 984
Outros credores	8	1 090 338
	<u>4 784 557</u>	<u>2 162 753</u>

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	129 771	54 724
Proveitos diferidos	19 142	—
	<u>148 913</u>	<u>54 724</u>
Total do passivo	<u>26 002 487</u>	<u>16 457 127</u>
Total do capital próprio e passivo	<u>67 972 524</u>	<u>56 285 128</u>

A Administração: Américo Ferreira de Amorim, presidente — José Américo Amorim Coelho, vice-presidente — António Rios de Amorim, vice-presidente — Joaquim Ferreira de Amorim, vogal — Rui Miguel Duarte Alegre, vogal — Jorge Manuel Ferreira dos Santos, vogal — Jorge Alberto Guedes Peixoto, vogal.

Demonstração dos resultados por natureza em 31 de Dezembro de 1999

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Fornecimentos e serviços externos	116 984	36 834
Custos com o pessoal:		
Remunerações	66 197	—
Encargos sociais:		
Outros	<u>10 492</u>	<u>—</u>
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	2 219	658
Provisões do exercício	<u>—</u>	<u>25 000</u>
Impostos	30 798	16 940
Outros custos e perdas operacionais	<u>2</u>	<u>—</u>
(A)	<u>226 692</u>	<u>79 432</u>
Juros e custos similares:		
Relativos a empresas do grupo	12 754	22 021
Outros	<u>679 337</u>	<u>563 003</u>
(C)	<u>918 783</u>	<u>664 456</u>
Custos e perdas extraordinários	<u>4 500</u>	<u>54</u>
(E)	<u>923 283</u>	<u>664 510</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	<u>—</u>	<u>—</u>
(G)	<u>923 283</u>	<u>664 510</u>
Resultado líquido do exercício	<u>3 000 036</u>	<u>1 907 889</u>
	<u>3 923 319</u>	<u>2 572 399</u>

PROVEITOS E GANHOS

	1999	1998
Proveitos suplementares	—	—
(B)	—	—
Rendimentos de participações de capital	2 125 638	—
Outros juros e proveitos similares:		
Relativos a empresas do grupo	1 636 874	1 875 115
Outros	<u>7 049</u>	<u>10 868</u>
(D)	<u>3 769 561</u>	<u>1 885 983</u>
Proveitos e ganhos extraordinários	<u>153 758</u>	<u>686 416</u>
(F)	<u>3 923 319</u>	<u>2 572 399</u>

Resumo:

Resultados operacionais (B)–(A) =	— 226 692	— 79 432
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	3 077 470	1 300 959
Resultados correntes (D)–(C) =	2 850 778	1 221 527
Resultados antes de impostos (F)–(E) =	3 000 036	1 907 889
Resultado líquido do exercício (F)–(G) =	3 000 036	1 907 889

A Administração: Américo Ferreira de Amorim, presidente — José Américo Amorim Coelho, vice-presidente — António Rios de Amorim, vice-presidente — Joaquim Ferreira de Amorim, vogal — Rui Miguel Duarte Alegre, vogal — Jorge Manuel Ferreira dos Santos, vogal — Jorge Alberto Guedes Peixoto, vogal.

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 1999

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Vendas e prestações de serviços	—	—
Custo das vendas e prestações de serviços	—	—
Resultados brutos	—	—
Outros proveitos e ganhos operacionais	—	539
Custos de distribuição	—	—
Custos administrativos	— 185 563	— 32 059
Outros custos e perdas operacionais	— 986	— 25 667
Resultados operacionais	— 186 549	— 57 187
Custo líquido de financiamento	911 189	1 279 252
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	2 125 638	—
Ganhos (perdas) em outros investimentos	—	—
Resultados não usuais ou não frequentes	149 758	685 824
Resultados correntes	3 000 036	1 907 889
Imposto sobre os resultados correntes	—	—
Resultados correntes após impostos	3 000 036	1 907 889
Resultados de operações em descontinuação	—	—
Resultados extraordinários	—	—
Imposto sobre os resultados extraordinários	—	—
Resultados de alterações políticas contabilísticas	—	—
Resultados líquidos	3 000 036	1 907 889
Resultados por acção (escudos)	210	133

A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1999

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Actividades operacionais:		
Recebimento de clientes	—	—
Pagamentos a fornecedores	— 100 689	— 30 213
Pagamentos ao pessoal	— 63 742	—
Fluxo gerado pelas operações	— 164 431	— 30 213
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	511	1 734
Outros recebimentos/pagam. relativos à actividade operacional	— 7 487	— 4 303
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	— 171 407	— 32 782
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	—	—
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	—	—
<i>Fluxos das actividades operacionais</i>	<u>— 171 907</u>	<u>— 32 782</u>
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	28 213 218	—
Imobilizações corpóreas	—	—
Imobilizações incorpóreas	—	—
Subsídios de investimento	—	—
Juros e proveitos similares	1 496 200	1 344 926
Dividendos	2 125 638	—
	<u>31 835 056</u>	<u>33 290 861</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	— 40 793 850	— 38 567 423
Imobilizações corpóreas	—	—
Imobilizações incorpóreas	—	38 567 423
<i>Fluxos das actividades de investimento</i>	<u>— 8 958 794</u>	<u>— 5 276 562</u>

(Em milhares de escudos)

Actividades de financiamento:

Recebimentos provenientes de:

Empréstimos obtidos	57 644 209	75 823 813
Aumentos de capital, prestações supl. e prémios de emissão	—	—
Subsídios e doações	—	—
Vendas de acções (quotas) próprias	—	—
Cobertura de prejuízos	—	—
	57 644 209	75 823 813

Pagamentos respeitantes a:

Empréstimos obtidos	— 47 003 010	— 69 104 698
Amortizações de contratos de locação financeira	—	—
Juros e custos similares	— 709 778	— 548 858
Dividendos	— 802 062	— 858 936
Reduções de capital e prestações suplementares	—	—
Aquisições de acções (quotas) próprias	—	—
	— 48 514 850	— 70 512 492

Fluxos das actividades de financiamento 9 129 359 5 311 321

Variação de caixa e seus equivalentes	— 1 342	1 977
Efeito das diferenças de câmbio	—	—
Caixa e seus equivalentes no início do período	2 998	1 021
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 656	2 998

A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1999

1 — Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:

Alíneas a), b) e c):

(Em milhares de escudos)

Rubrica	Preço total	Valor pago/recebido	Caixa e eq. de caixa existentes
Aquisições	—	—	—
Alienações	120 621	120 621	2 906

d) Quantias de outros activos e passivos adquiridos (alienados):

(Em milhares de escudos)

Rubrica	Aquisições	Alienações
Trespasse	—	—
Imobilizações	—	344 185
Existências	—	503 107
Dívidas a receber	—	794 271
Dívidas a pagar	—	1 295 986

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

(Em milhares de escudos)

Rubrica	1999	1998
Numerário	50	50
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	1 606	2 948
Equivalentes a caixa	—	—
Caixa e seus equivalentes	1 656	2 998
Depósitos à ordem (saldo credor)	—	—
Disponibilidades constantes do balanço	1 656	2 998

A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1999

(Valores expressos em contos)

Introdução:

Por imposição legal decorrente da transformação da empresa numa sociedade gestora de participações sociais, ocorrida por escritura pública de 3 de Dezembro de 1990, foi transferido todo o seu património industrial, bem como as demais rubricas do seu balanço directamente relacionadas com a sua actividade industrial, para uma sociedade para o efeito constituída, por domínio total inicial, denominada Corticeira Amorim — Indústria, S. A.

As notas que se seguem encontram-se organizadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

1 — Disposições do POC derrogadas:

A empresa derogou o estabelecido na directriz contabilística n.º 9/92, em virtude de já apresentar desde 1991 contas consolidadas, as quais apresentam, de um modo mais verdadeiro e apropriado, a situação da empresa e do seu Grupo.

A relevação dos investimentos financeiros relativos a partes de capital em filiais e associadas pelo método da equivalência patrimonial, afectaria o resultado líquido do exercício em 468 024 contos, elevando-o de 3 000 036 contos para 3 468 000 contos, e, os capitais próprios em 7 699 487, reduzindo-os de 41 970 037 contos para 34 270 550 contos.

2 — Valores comparativos:

Nada a referir.

3 — Critérios valorimétricos:

a) *Transacções em moeda estrangeira*. — As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação, salvo se o câmbio estiver fixado pelas partes ou garantido por uma terceira entidade.

b) *Imobilizações corpóreas*. — As imobilizações corpóreas são contabilizadas pelo respectivo valor histórico de aquisição.

As reintegrações do imobilizado corpóreo são calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas

no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

c) *Imobilizações incorpóreas*. — Incluem gastos com registo de marcas, os quais são amortizados pelo método das quotas constantes no período de tempo em que vigorar a utilização exclusiva das referidas marcas.

d) *Investimentos financeiros*. — São expressos pelo respectivo custo histórico de aquisição, incluindo eventuais despesas directamente relacionadas com a compra, observando-se, quando aplicável, a norma interpretativa n.º 8/87 da Comissão de Normalização Contabilística.

Os rendimentos das participações de capital só são reconhecidos quando efectivamente recebidos. Os proveitos relativos a aplicações de tesouraria foram periodizados e reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

As perdas potenciais de natureza não temporária são provisoriadas.

Relativamente a 31 de Dezembro de 1999, considera-se não existirem situações que requeiram a constituição de provisões.

4 — Taxas de câmbio utilizadas nas demonstrações financeiras:

A empresa actualizou os valores activos e passivos, originariamente em moeda estrangeira, ao câmbio de 31 de Dezembro de 1999.

5 — Efeito da utilização de critérios de base fiscal:

Não foram adoptados critérios que afectem o resultado do exercício, com vista a obter vantagens fiscais.

6 — Situações que afectem impostos futuros:

Os prejuízos fiscais de 1996, e o remanescente de 1995, no valor, respectivamente, de 1 641 049 contos e 5 198 616 contos, sujeitos à confirmação pelas autoridades fiscais, poderão ser compensados com lucros tributáveis apurados até 2002 e 2000, respectivamente.

7 — Volume de emprego:

Em 1999 a empresa teve três empregados ao seu serviço (em 1998 nenhum).

8 — Imobilizações incorpóreas:

Nada a referir.

9 — Trespases:

Não existem situações relativas a trespases.

10 — Movimentos no activo imobilizado:

Activo bruto:

Rubrica	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Propriedade industrial e outros direitos	2 275	—	—	—	2 275
Imobilizações corpóreas:					
Equipamento de transporte	—	5 400	—	—	5 400
Equipamento administrativo	—	881	—	—	881
	—	6 281	—	—	6 281
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	18 301 380	8 819 200	110 513	— 899 030	26 111 037
Empréstimos a empresas do grupo	22 410 927	968 989	—	—	23 379 916
	40 712 307	9 788 189	110 513	— 899 030	49 490 953

Os aumentos de partes de capital em empresas do grupo incluem 8 812 183 contos de prestações suplementares à Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.

O valor constante da coluna relativa a transferências e abates corresponde a reembolsos de prestações suplementares/acessórias.

Amortizações e provisões:

Rubrica	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	983	658	—	1 641
Imobilizações corpóreas:				
Equipamento de transporte	—	1 350	—	1 350
Equipamento administrativo	—	211	—	211
	—	1 561	—	1 561

11 — Custos financeiros capitalizados:

Não aplicável.

12 — Critérios de reavaliação do imobilizado:

Não aplicável.

13 — Efeito das reavaliações no imobilizado:

Não aplicável.

14 — Outras informações relativas ao activo imobilizado:

Não existem imobilizações em poder de terceiros, implantadas em propriedade alheia ou localizadas no estrangeiro.

15 — Valor contabilístico dos bens utilizados ou adquiridos em locação financeira:

Não foram utilizados ou adquiridos bens em regime de locação financeira.

16 — Informação relativa a empresas do grupo, empresas associadas e empresas participadas:

Empresas	Sede	Capital social	Ações/quotas	Percent. do capital social	Últimas contas aprovadas		
					Capitais próprios	Resultado	Exercício
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	S. M. Lamas	500 000	500 000	100,00	8 343 383	666 348	1998
Amorim Industrial Solutions — SGPS, S. A.	Mozelos	205 000	205 000	100,00	1 377 343	1 172 343	1998
Amorim Industrial Solutions — I. C. B. II, S. A.	Mozelos	58 070	58 070	100,00	1 337 764	240 740	1998
Amorim Isolamentos, S. A.	Mozelos	20 000	16 000	80,00	393 142	29 150	1998
Amorim Revestimentos, S. A.	S. P. Oleiros	300 000	79 440	26,48	4 853 809	— 566 514	1998
Amorona — Sociedade de Investimentos, S. A.	Funchal	5 000	4 860	97,20	1 765 019	1 024 583	1998
Comp. M. Transf. de Liège — Comatral, S. A.	Marrocos	MAD 4 800 000	(c) 4 800	20,00	(b) 6 730	(b) — 370	1998
Corticeira Amorim-Indústria, S. A.	Mozelos	2 000 000	2 000 000	100,00	3 188 927	13 094	1998
General Invest. & Participations Ginpar, S. A.	Marrocos	MAD 2 450 000	(d) 24 440	99,76	(b) 2 219	(b) — 14	1998
Labcork — Lab. Central Grupo Amorim, S. A.	Mozelos	5 000	5 000	100,00	74 279	257	1998
Moraga — Com. e Serviços, S. A.	Funchal	5 000	4 996	99,92	1 610 203	1 605 267	1998
OSI — Organização e Sist. Informáticos, L.ª	Mozelos	5 000	5 000	100,00	— 19 810	— 49 817	1997
Praemium Cork Holding, GmbH	Áustria	EUR 35 000	35 000	100,00	(a)	(a)	(a)

(a) Empresas constituídas em 1999.

(b) Milhares de mad.

(c) Ações de 200 mad.

(d) Ações de 100 mad.

A empresa é consolidada na Amorim — Investimentos e Participações, SGPS, S. A., com sede em Meladas, Mozelos, concelho de Santa Maria da Feira.

17 — Títulos negociáveis:

Nada a referir.

18 — Investimentos financeiros em fundos de tesouraria:

Nada a referir.

19 — Valores de mercado dos elementos do activo circulante:

Não se considera existirem diferenças materialmente relevantes entre o valor contabilístico e o valor de mercado dos elementos que integram o activo circulante.

20 — Outras informações relativas ao activo circulante:

Não aplicável.

21 — Provisões extraordinárias relativas ao activo circulante:

Não aplicável.

22 — Valor das existências fora da empresa:

Não aplicável.

23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

Nada a referir.

24 — Adiantamentos e empréstimos aos membros dos corpos sociais:

Não foram concedidos empréstimos ou adiantamentos aos órgãos sociais.

25 — Saldos com o pessoal:

Nada a referir.

26 — Dívidas tituladas:

Não existem dívidas tituladas para além das que se encontram evidenciadas no balanço.

27 — Obrigações convertíveis, títulos de participação e outros títulos ou direitos similares:

1 — Papel comercial:

A empresa contratou, em Maio de 1994, um programa de emissões de papel comercial no montante de 7 500 000 contos por subscrição particular. O prazo do programa é de um ano, prorrogável para a totalidade ou parte do montante, por acordo entre as partes, o que aconteceu em 22 de Junho de 1999, para a totalidade do programa, redenominando-o para euros e arredondando-o para o montante de 37 750 000 euros.

A duração média das emissões efectuadas em 1999 foi de 43 dias (em 1998: 33 dias).

As emissões de papel comercial poderão ser realizadas por colocação directa ou em leilão (usufruindo esta última de garantia de subscrição), sendo os respectivos reembolsos totalmente garantidos por um sindicato de instituições financeiras.

Em 31 de Dezembro de 1999, o programa estava utilizado em 21 550 000 euros.

2 — Obrigações:

Em Novembro de 1998, foram emitidas 5 500 000 obrigações não convertíveis, com o valor nominal de 1000\$ cada, por subscrição particular e com uma maturidade máxima de cinco anos. Os juros contar-se-ão e vencer-se-ão semestralmente e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 10 de Maio e 10 de Novembro de cada ano. O cálculo dos juros é feito numa base de 360 dias, correspondentes a 12 meses de 30 dias cada (ou seja, na convenção 30/360). A taxa de juro, fixada no segundo dia útil imediatamente anterior à data de início de contagem de juros), será igual à média das taxas Lisbor a seis meses dos cinco dias úteis anteriores, adicionada de 0,2 pontos percentuais e arredondada para um dezasseis avos de ponto percentual igual ou imediatamente superior.

A amortização será efectuada ao par, de uma só vez no final do prazo da emissão, ou seja, a 10 de Novembro de 2003, salvo se se verificar o reembolso antecipado que poderá ser total ou parcial. O reembolso antecipado poderá ser efectuado, sem qualquer penalização, a partir do 4.º cupão, inclusive, por redução ao valor nominal.

Em Abril de 1999, foram emitidas 8 770 000 obrigações não convertíveis, com o valor nominal de cinco euros cada, por subscrição particular e com uma maturidade máxima de cinco anos. Os juros contar-se-ão diariamente e vencer-se-ão semestralmente e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 30 de Abril e 30 de Outubro de cada ano. O cálculo dos juros é feito na base actual/actual. A taxa de juro

nominal, fixada no segundo dia útil anterior à data de início de cada período de contagem de juros, será igual à média das taxas Euribor a seis meses, cotadas nos cinco dias úteis *target* imediatamente anteriores, adicionada de 0,3 pontos percentuais e arredondada para um trinta e dois avos de ponto percentual igual ou imediatamente superior.

A amortização será efectuada ao par, de uma só vez no final do prazo da emissão, ou seja; a 30 de Abril de 2004, salvo se se verificar o reembolso antecipado que poderá ser total ou parcial, neste último caso por redução ao valor nominal. O reembolso antecipado poderá ser efectuada, sem qualquer penalização, em qualquer data de pagamento dos juros a partir do 4.º cupão (inclusive).

28 — Dívidas em mora ao Estado:

Não existem dívidas em situação de mora ao Estado e outros entes públicos.

29 — Passivo vencível a mais de cinco anos:

As dívidas vencíveis a mais de cinco anos, a instituições de crédito, ascendem a 3 000 000 de contos.

30 — Garantias reais prestadas:

Não foram prestadas garantias reais para cobertura de dívidas a terceiros.

31 — Compromissos financeiros:

Não existem compromissos financeiros que não figurem no balanço.

32 — Responsabilidades da empresa por garantias prestadas:

À data de 31 de Dezembro de 1999, encontram-se prestadas as seguintes garantias:

Beneficiário	Entidade	Natureza	Valor	Moeda
2.ª Repartição de Finanças da Feira Tribunal do Trabalho	BES	Garantia bancária	1 485	PTE 1000
	BCP	Garantia bancária	6 968	PTE 1000
	BPSM	Garantia bancária	9 885	PTE 1000
Empresas interligadas	ABN Amro	Carta conforto	4 050 000	PTE 1000
	BBV	Carta conforto	20 000 000	ESP
	BBV	Aval	500 000	PTE 1000
	BCI	Carta conforto	400 000	PTE 1000
	BCP	Carta conforto	2 500 000	EUR
	BES	Carta conforto	150 000	PTE 1000
	BFE	Carta conforto	400 000	PTE 1000
	BLI	Carta conforto	3 000 000	ZAR
	B. L'Aquitene	Carta conforto	10 000 000	FRF
	B. Mello	Carta conforto	550 000	PTE 1000
	BNP	Carta conforto	460 000	EUR
	BPA	Carta conforto	50 000	PTE 1000
	BPA	Carta conforto	9 000 000	USD
	B. Santander	Carta conforto	7 700 000	EUR
	B. Santander	Carta conforto	400 000	PTE 1000
	BTA	Garantia bancária	2 000 000	MAD
	BTA	Carta conforto	55 000	PTE
	CGD	Carta conforto	1 500 000	DKK
	CGD	Carta conforto	5 000 000	FRF
	CGD	Carta conforto	4 161 665	PTE 1000
	Citibank	Carta conforto	800 000	USD
	Credit Anstalt	Carta conforto	18 500 000	ATS
	Deutsche Bank	Carta conforto	7 600 000	DEM
	General Bank	Carta conforto	650 000	PTE 1000
	Joaq. J. Figueras	Carta conforto	150 000	PTE 1000
	Unibank	Carta conforto	3 000 000	DKK
	Unibank	Carta conforto	5 600 000	MAD

A empresa domina totalmente as sociedades a seguir indicadas, pelo que assume, relativamente a essas sociedades, as responsabilidades previstas no código das sociedades comerciais:

Amorim & Irmãos — SGPS, S. A., Amorim Industrial Solutions — SGPS, S. A., Amorim Industrial Solutions — Indústria de Cortiça e Borracha II, S. A., Corticeira Amorim — Indústria, S. A., Labcork — Laboratório Central do Grupo Amorim, S. A., OSI — Organização e Sistemas Informáticos, L.ª e Praemium Cork Holsding, GmbH.

As garantias reais prestadas, consubstanciam-se em 40 000 acções Corticeira Amorim — Indústria, S. A., depositadas, a título de caução em processo litigioso.

33 — Diferenças entre a importância das dívidas a pagar e as quantias arrecadadas:

Não aplicável.

34 — Movimentos das provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
29 — Provisões para riscos e encargos:				
Processos judiciais em curso	239 650	—	139 650	100 000

35 — Movimentos no capital social:

Sob a égide do estipulado no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de Novembro, e nos termos da deliberação tomada em assembleia geral de accionistas de 1 de Abril de 1999, a sociedade procedeu, em 12 de Agosto de 1999, à redenominação das acções representativas do seu capital e à alteração da denominação do capital social para euros, mediante o aumento do capital social por incorporação de reservas, fixando-se o capital social em 71 357 000 euros (v. notas n.ºs 36 e 40).

36 — Decomposição do capital social:

No final do exercício, o capital social está representado por 14 300 000 acções ordinárias que conferem direito a dividendos, como valor nominal unitário de 4,99 euros (v. nota n.º 35).

37 — Pessoas colectivas com participação superior a 20% no capital da empresa:

Amorim Capital — SGPS, S. A — 52,42%.

38 — Subscrições de capital realizadas no exercício:

Durante o exercício não foram efectuadas subscrições de capital.

39 — Reservas de reavaliação:

Não houve movimentos nas contas de reservas de reavaliação.

40 — Movimentos nos capitais próprios:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital social	14 300 000	5 794	—	14 305 794
Prémios de emissão	12 610 000	—	— 5 794	12 604 206
Reservas reavaliação	812 347	—	—	812 347
Reservas legais	931 668	95 394	—	1 027 062
Reservas especiais	2 420	—	—	2 420
Reservas livres	9 263 677	954 495	—	10 218 172
Resultado líquido do exercício	1 907 889	3 000 036	— 1 907 889	3 000 036
	39 828 001	4 055 719	— 1 913 683	41 970 037

O aumento do capital social por incorporação de reservas decorreu da alteração da denominação do capital social para euros e redenominação das acções mediante a aplicação da taxa de conversão (200\$482), com arredondamento ao cêntimo, fixando-se o valor nominal de cada acção em 4,99 euros e o capital social em 71 357 000 euros, representado em 14 300 000 acções.

Em 1999, o montante dos dividendos colocados à disposição dos accionistas, foi de 858 000 contos, conforme deliberação da assembleia geral de 1 de Abril de 1999.

41 — Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Não aplicável.

42 — Variação da produção:

Não aplicável.

43 — Remunerações atribuídas aos órgãos sociais:

Conselho de administração — 46 900 contos;
Revisor oficial de contas — 10 050 contos.

44 — Distribuição das vendas por mercados e segmentos de actividade:

Não aplicável.

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

CUSTOS E PERDAS

	1999	1998
681 — Juros suportados	656 335	523 874
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	942	25 616
686 — Descontos de pronto pagamento concedidos	1	—
688 — Outros custos e perdas financeiros	34 813	35 534
Resultados financeiros	3 077 470	1 300 959
	3 769 561	1 885 983

PROVEITOS E GANHOS

	1999	1998
781 — Juros obtidos	1 643 913	1 884 591
784 — Rendimentos de participação de capital	2 125 638	—
785 — Diferenças de câmbio favorável	—	1 386
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	10	6
	3 769 561	1 885 983

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	1999	1998
691 — Donativos	500	—
694 — Perdas em imobilizações	4 000	54
Resultados extraordinários	149 258	686 362
	153 758	686 416

PROVEITOS E GANHOS

	1999	1998
794 — Ganhos em imobilizações	14 108	685 878
796 — Redução de amortizações e provisões	139 650	—
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	—	28
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários	—	510
	<u>153 758</u>	<u>686 416</u>

47 — Outras informações requeridas por diplomas legais:

Informação relativa ao n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 318/94, de 24 de Dezembro.

Relação dos suprimentos do exercício de 1999 e respectivas posições devedoras à data de 31 de Dezembro de 1999:

Participada	Valores	Data	Saldos devedores a 31 de Dezembro de 1999
Amorim Industrial Solutions — Ind. de Cortiça e Borracha I, S. A.	130 000 300 000 400 000	30-7-2000 10-12-1999 22-12-1999	1 100 000
Amorim Industrial Solutions — Ind. de Cortiça e Borracha II, S. A.	27 000 13 676	25-1-1999 30-9-2000	107 176
Amorim Industrial Solutions — SGPS, S. A.	546 609 22 000 16 874 9 105	28-2-1999 31-5-1999 30-9-1999 30-12-1999	594 588
Amorim & Irmãos II — Ind. e Comercialização de Cortiça, S. A.	650 000	19-11-1999	470 000
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	502 300 150 000 300 000 100 000 316 000	16-7-1999 28-7-1999 5-8-1999 13-10-1999 15-12-1999	9 482 923
Amorim & Irmãos, S. A.	7 615 000 1 385 000	19-11-1999 22-12-1999	9 000 000
Amorim Cork Internacional, S. A.	6 700	15-12-1999	2 413 538
Amorim Ibérica — Decoração, S. A.	40 000	29-7-1999	668 500
Amorim Isolamentos, S. A.	70 000 353 277	21-5-1999 23-3-1999	1 319 262
Amorim Plus — Aglomerados de Cortiça, S. A.	150 000 400 000	31-3-1999 19-11-1999	400 000
Amorim Revestimentos, S. A.	100 000 600 000 300 000 260 000	12-3-1999 31-3-1999 31-5-1999 20-10-1999	5 819 916
Amorim (U. K.), Ltd.	—	—	161 237
Aplifin — Aplicações Financeiras, S. A.	8 490 000 1 300 000 450 000	26-5-1999 16-7-1999 30-9-1999	—
Champcork — Rolhas de Champanhe, S. A.	200 000	28-7-1999	200 000
Compagnie Marocaine de Transf. de Liège — Comatral, S. A.	—	—	500 000
Corticeira Amorim — Indústria, S. A.	100 000 537 000 14 000 515 000 17 000 100 000 200 000	31-3-1999 25-6-1999 30-6-1999 27-9-1999 10-12-1999 16-12-1999 30-12-1999	6 744 670
Espe — Empresa de Engenharia Electrónica, L.ª	6 000	27-9-1999	6 000

Participada	Valores	Data	Saldos devedores a 31 de Dezembro de 1999
Labcork — Laboratório Central do Grupo Amorim, S. A.	8 000	6-8-1999	8 000
Moraga — Comércio e Serviços, S. A.	—	—	1 000 000
Portocork Internacional, S. A.	750 000	19-11-1999	750 000
Praemium Cork Holding, GmbH	30 768 2 005 501	4-10-1999 22-12-1999 28-12-1999	33 106
Raro — Indústria e Comercialização de Cortiça, S. A.	400 000 100 000	19-11-1999 16-12-1999	500 000
Vasconcelos & Lyncke, S. A.	50 000 70 000 50 000 425 000 100 000	18-3-1999 12-4-1999 30-4-1999 19-11-1999 27-12-1999	525 000
<i>Total</i>			41 803 916

48 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

Para elaboração da demonstração dos resultados por funções procedeu-se às seguintes reclassificações:

	Demonstração dos resultados por natureza	Reclassificações	Demonstração dos resultados por funções
Resultados operacionais	— 226 692	40 143	— 186 549
Resultados correntes	2 850 778	149 258	3 000 036

O detalhe das reclassificações é o seguinte (em contos):

De fornecimentos e serviços externos para custo líquido de financiamento	9 999
De impostos para custo líquido de financiamento	30 798
De custos e perdas financeiros para outros custos e e perdas operacionais	— 154
De custos e perdas extraordinários para custos administrativos	— 500
<i>Total</i>	40 143

De proveitos e ganhos extraordinários:

Para custos administrativos	— 500
Para resultados não usuais ou não frequentes	— 4 000

De proveitos e ganhos extraordinários para resultados não usuais ou não frequentes	153 758
	149 258

49 — Recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas:

Conforme preconizado pelas recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas, dá-se, nesta nota, conta do grau de adopção e respectiva fundamentação dessas recomendações.

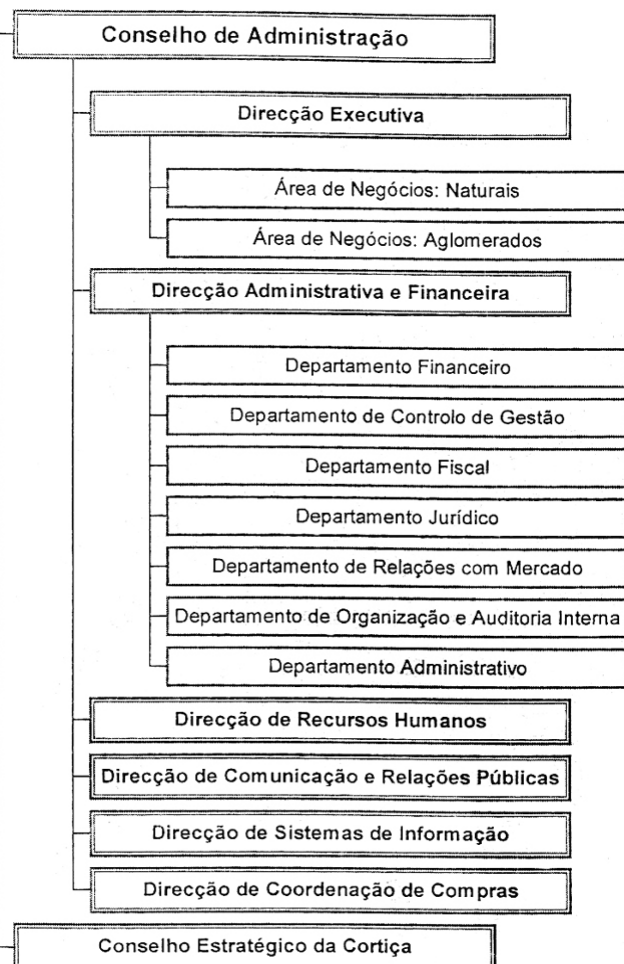
I — Divulgação de informação:

I — Informação relativa à repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos ou divisões da sociedade:

Cabe ao conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., o controlo efectivo na orientação da actividade da sociedade, sendo o órgão competente para a tomada de decisões em todas as matérias consideradas relevantes, nomeadamente as de natureza estratégica.

Na dependência do conselho de administração encontram-se várias direcções com competências específicas, conforme se pode observar no mapa funcional (sintético) que ao lado se apresenta.

Mapa funcional (sintético)



2 — Informação sobre as funções efectivamente desempenhadas por cada um dos membros do órgão de administração e directores da sociedade e sobre cargos que os mesmos desempenham em outras sociedades:

a) Funções efectivamente desempenhadas:

Não aplicável. O modelo adoptado é o do exercício conjunto da administração da sociedade.

b) Cargos desempenhados em outras sociedades:

Os membros do conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., exercem os seguintes cargos em outras sociedades (mencionam-se apenas as empresas mais importantes e ou relevantes):

Empresa	Cargo
Américo Ferreira de Amorim (presidente):	
Amorim Investimentos e Participações — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Revestimentos, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Industrial Solutions — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Corticeira Amorim Indústria, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Isolamentos, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Imobiliária — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Turismo — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Sociedade Figueira Praia, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Hotéis e Serviços — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Desenvolvimento — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Têxtil — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Broking — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
José Américo Amorim Coelho (vice-presidente):	
Amorim Investimentos e Participações — SGPS, S. A.	Vice-presidente do conselho de administração.
Amorim Revestimentos, S. A.	Vice-presidente do conselho de administração.
Corticeira Amorim — Indústria, S. A.	Vice-presidente do conselho de administração.
Amorim Industrial Solutions — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim — Participações Mobiliárias — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Isolamentos, S. A.	Vogal do conselho de administração.
António Rios de Amorim (vice-presidente):	
Amorim Investimentos e Participações — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Corticeira Amorim Indústria, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Imobiliária — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Sociedade Figueira Praia, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Hotéis e Serviços — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Têxtil — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Desenvolvimento — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Joaquim Ferreira de Amorim (vogal):	
Amorim Investimentos e Participações — SGPS, S. A.	1.º vice-presidente do conselho de administração.
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	Vice-presidente do conselho de administração.
Amorim & Irmãos, S. A.	Vice-presidente do conselho de administração.
Champcork — Rolhas de Champanhe, S. A.	Vice-presidente do conselho de administração.
Amorim — Participações Mobiliárias, SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Rui Miguel Duarte Alegre (vogal):	
Sociedade Figueira Praia, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Imobiliária — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Broking — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Desenvolvimento — SGPS, S. A.	1.º vice-presidente do conselho de administração.
Amorim Têxtil — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Jorge Manuel Ferreira dos Santos (vogal):	
Amorim Revestimentos, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Jorge Alberto Guedes Peixoto (vogal):	
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.

3 — Descrição do comportamento bolsista:

Descrito no ponto III, alínea b), do relatório de gestão.

4 — Informação sobre a política de distribuição de dividendos correntemente adoptada pela sociedade:

Em cada exercício económico, a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., pondera, face à envolvente da sua actividade, a proposta de aplicação de resultados do exercício a submeter à aprovação da assembleia geral.

Nos últimos exercícios, a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., tem atribuído um dividendo ilíquido de 60\$/acção, o que corresponde à cotação de 31 de Dezembro de 1999, a uma taxa ilíquida de remuneração de 3,1%.

5 — Informação sobre acordos parassociais relativos ao exercício de direitos sociais ou relativos à transmissibilidade de acções:

Não aplicável.

6 — Utilização das novas tecnologias de informação para a divulgação de informação:

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., tem vindo a utilizar as tecnologias de informação de que dispõe para divulgação periódica de informação económico-financeira, nomeadamente dos relatórios de análise da evolução da actividade e dos resultados obtidos, bem como na resposta a questões específicas levantadas pelos investidores.

Com o lançamento de site próprio na Internet prevê-se a disponibilização *on-line* quer dessas informações, quer dos documentos preparatórios das reuniões das assembleias gerais, com a necessária gestão dos *timings* dessa disponibilização, de forma a cumprir os prazos estabelecidos legalmente por um lado, e a não criar situações de instabilidade nos mercados de valores mobiliários por outro.

Neste momento, é disponibilizado, a título experimental, o relatório e contas de 1998 no site *www.amorim-group.pt*.

7 — Relações com o mercado e apoio ao investidor:

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., procura assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade de accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso a informação por parte dos investidores.

Assim, o departamento de relações com o mercado, supervisionado pelo representante de relações com o mercado da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., exerce, designadamente, as seguintes funções:

Divulgação periódica de análise da evolução da actividade da sociedade e dos resultados obtidos, incluindo a coordenação e preparação da sua apresentação pública semestral realizado na sede da sociedade;

Divulgação de factos relevantes;

Recepção e centralização todas as questões formuladas pelos investidores e esclarecimentos conferidos.

II — Exercício do direito de voto e representação de accionistas:

8 — Exercício activo pelos accionistas do direito de voto nas assembleias gerais:

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., incentiva o exercício do direito de voto dos accionistas nas assembleias gerais da sociedade, seja por voto directo, seja por representação, nomeadamente esclarecendo a tramitação legal necessária ao exercício do voto por representação.

9 — Apresentação de pedido de representação para votar em assembleia geral e disponibilização da informação necessária à estipulação do sentido de voto:

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., estimula a participação dos accionistas nas assembleias gerais da sociedade, nomeadamente disponibilizando, conforme estipulado no código das sociedades comerciais, a informação legalmente prevista para consulta prévia à realização da assembleia geral, visando permitir que o accionista disponha da informação necessária à sua tomada de decisão nas matérias agendadas para cada assembleia geral, quer seja essa decisão expressa por si próprio ou por seu representante.

Relativamente ao processo de representação, a mesa da assembleia geral confere a validade e a conformidade dos documentos de representação apresentados, face ao estipulado na lei e nos estatutos da sociedade.

III — Investidores institucionais:

10 — Responsabilidades dos investidores institucionais:

Não aplicável.

11 — Informação a prestar pelos investidores institucionais relativamente ao exercício do direito de voto por representação:

Não aplicável.

IV — Regras societárias:

12 — Existência, ao nível da organização interna, de regras específicas vocacionadas para regularem situações de conflito de interesses entre os membros do órgão de administração e a sociedade:

Embora não existam códigos de conduta e regulamentos internos formais no sentido desta nota, considera a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., que os princípios de boa prática empresarial fazem parte

dos valores empresariais salvaguardados tanto pelos membros dos órgãos societários como pelos restantes colaboradores.

13 — Medidas adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição:

Não existem disposições que visem impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

V — Estrutura e funcionamento do órgão de administração:

14 — Composição e exercício de funções pelo órgão de administração da sociedade:

Cabe ao conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., o controlo efectivo na orientação da actividade da sociedade, sendo o órgão competente para a tomada de decisões em todas as matérias consideradas relevantes.

Este órgão reúne-se com uma periodicidade mínima mensal, geralmente com a presença da totalidade dos seus membros, sendo a ordem de trabalhos e documentação de apoio aos pontos nela agendados facultada com antecedência, de forma a possibilitar uma tomada de decisão clara e fundamentada.

15 — Existência de membros independentes em relação aos accionistas dominantes no órgão de administração da sociedade:

O conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., é composto pelo presidente, dois vice-presidentes e quatro vogais, sendo o cargo de dois vogais ocupado por membros independentes, que exercem uma influência significativa na tomada de decisões colegiais e contribuem para desenvolvimento da estratégia da sociedade, em prol da prossecução dos interesses da sociedade.

A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Certificação legal das contas e relatório do auditor externo

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras anexas da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de 67 972 524 contos e um total de capital próprio de 41 970 037 contos, incluindo um resultado líquido de 3 000 036 contos), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da empresa a preparação do relatório de gestão e de demonstrações financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente no que respeita aos princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito.* — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, a referida auditoria incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizados na prepa-

ração das demonstrações financeiras; (ii) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; e (iii) a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda o relatório de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Reserva.* — Conforme mencionado na nota n.º 1 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, a empresa apresenta as partes de capital em filiais e associadas pelo método do custo.

De referir, no entanto, que a aplicação do método da equivalência patrimonial preconizado na directriz contabilística n.º 9 levaria a capitais próprios e resultado do exercício similares aos obtidos através das demonstrações financeiras consolidadas. Deste modo, caso este método tivesse sido aplicado, os capitais próprios viriam reduzidos em 7 699 487 contos e o resultado do exercício viria acrescido em 468 024 contos.

8 — *Opinião.* — Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da situação referida no ponto 7 acima, a informação financeira constante dos mencionados documentos apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Porto, 29 de Fevereiro de 2000. — Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Heleno Sismeiro*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo conselho de administração Corticeira Amorim — SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

i) O balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, excepto no aspecto mencionado na certificação legal das contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;

ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados, excepto quanto ao aspecto mencionado na certificação legal das contas;

iii) O relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;

iv) A proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente formulada.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o relatório de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Porto, 29 de Fevereiro de 2000. — O Fiscal Único: Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Heleno Sismeiro*, revisor oficial de contas.

Relatório e contas consolidadas de 1999

Relatório consolidado de gestão

Srs. Accionistas:

No cumprimento do artigo 508.º-A do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação, o relatório consolidado de gestão, as contas consolidadas do exercício de 2000 e os demais documentos de prestação de contas previstos na lei relativos à sociedade Corticeira Amorim — SGPS, S. A. (adiante designada apenas por Corticeira Amorim).

I — Evolução macroeconómica em 1999

Economia global

A economia mundial caracterizou-se, em 1999, por uma dicotomia entre a primeira metade do ano, em que os receios de recessão a nível mundial, fruto da crise financeira iniciada em 1997, e agravada pelo *default* da Rússia em Agosto de 1998, se traduziram em crescimento lento e perspectivas económicas menos positivas; e um 2.º semestre em que começaram a surgir sinais claros da recuperação e de confiança. Notou-se uma expansão das economias asiáticas, com destaque para a Coreia do Sul, situação que gradualmente se transmitiu ao resto do mundo. O crescimento anual da economia mundial rondou os 3%.

Este enquadramento macroeconómico pode quantificar-se, para as economias da OCDE, por um crescimento do PIB de 2,8%, superior ao esperado, por uma estabilidade da inflação ao nível de 2,6%, por uma redução dos níveis de desemprego (6,7%) e por uma diminuição do desequilíbrio ao nível do défice orçamental (– 0,8% do PIB).

Será ainda de salientar a subida continuada, ao longo do ano, do preço do crude, que se cifrou numa variação positiva de 140%, em perfeito contraste com o verificado no ano anterior.

Com o aproximar do final do ano e dos riscos do *bug* informático, verificou-se um agravamento das condições monetárias e da instabilidade nos mercados financeiros, consubstanciando, como corolário deste quadro, uma redução de liquidez. As taxas de juro para operações com maturidade em 2000, passaram, logo a partir de Outubro, a evidenciar um prémio de risco anormal, situação que se traduziu em subidas nos diversos indexantes mundiais.

Zona euro

O primeiro ano de vida do euro coincidiu com uma fase de abrandamento evidente da economia europeia, de desvalorização da moeda e de perda de confiança dos agentes económicos.

Evidente também foi a divergência entre a situação económica na Alemanha, França e Itália, por um lado, e nos países de menor dimensão, por outro. Os primeiros denotaram um abrandamento significativo da actividade económica, recuperando apenas no segundo semestre pela via da procura externa, enquanto os segundos denotaram taxas de crescimento mais elevadas, diminuição de desemprego e procura interna robusta.

O BCE — Banco Central Europeu iniciou a sua actividade cedendo fundos a 3%, tendo operado um corte substancial de 0,5% em Abril, em reacção ao forte abrandamento das economias europeia e mundial. A recuperação económica observada desde o final do 1.º semestre e as preocupações com a subida dos preços, permitiram que a 4 de Novembro o BCE anulasse o corte de Abril, repondo a taxa em 3%.

Esta evolução resultou, em termos europeus, num crescimento do PIB de 2,2%, numa redução da inflação para 1,1%, na ligeira correcção do desemprego para 10,1%, fruto do mau desempenho alemão, e ainda numa melhoria do *superavit* da conta corrente para 0,8% do PIB.

Estados Unidos

A economia norte-americana teve, em 1999, um crescimento significativo sem pressões inflacionistas.

O PIB registou uma variação positiva de perto de 4,0%. O antecipado abrandamento não se verificou e os Estados Unidos da América voltaram a assumir claramente o papel de motor da economia mundial. Contudo, a expansão verificada traduziu-se, em comparação com o ano anterior, num agravamento do, desequilíbrio estrutural na vertente externa e numa maior dependência do consumo interno. O défice comercial atingiu o valor recorde de 350 biliões de dólares.

O consumo privado verificou um crescimento forte (5,2%), sustentado em ganhos bolsistas e no agravamento do endividamento dos particulares. A confiança de consumidores registou máximos próximos de 30 anos. O investimento em capital fixo evoluiu à taxa de 8,4%, testemunhando a continuada aposta em novas tecnologias e sistemas de informação.

A inflação subiu 2,7%, fruto, essencialmente, de custos mais elevados dos componentes energéticos.

A taxa de desemprego observou uma queda continuada durante o ano, terminando ao nível de 4,1%, próximo dos mínimos dos últimos 30 anos. A produtividade seguiu em alta, com ganhos próximos de 4%.

Japão

O Japão registou uma recuperação frágil. Ainda assim, a evolução foi positiva (+ 1,4% de crescimento económico) e deveu-se à conjugação de políticas monetárias orçamentais expansionistas, promovidas pelas autoridades nipónicas.

A procura interna manteve-se fragilizada, enquanto a externa evidenciou os efeitos da crise nos parceiros comerciais asiáticos e da forte valorização do JPY.

Portugal

A convergência real com a economia europeia voltou a ser patente, tendo o PIB crescido 3,1%.

Apesar desta conjuntura positiva, foram evidentes os efeitos do abrandamento do ritmo de crescimento económico dos seus principais parceiros comerciais.

O défice da balança comercial e da balança de transacções correntes agravou-se significativamente, pelo facto do crescimento da economia ter sido impulsionado pela procura interna (+ 4,7%), especialmente pelo consumo privado (+ 4,6%).

O modelo de consolidação orçamental não garantiu a contenção da despesa pública, apenas alcançando uma melhoria ao nível do défice do sector público administrativo (SPA) (— 1,8% face a — 2,2% em 1998) pelos ganhos de execução fiscal, menor investimento público face ao planeado e estagnação das despesas de capital.

A inflação seguiu uma trajectória ascendente durante a primeira metade do ano, tendo observado uma diminuição no ritmo de crescimento a partir de então. Terminou o ano registando 2,3%, valor superior ao objectivo oficial. Por sua vez, o desemprego seguiu uma tendência de queda, registando 4,4%, o que compara favoravelmente com os 5% de 1998.

Por último, o mercado bolsista caracterizou-se uma queda generalizada durante o ano, recuperando apenas nos dois últimos meses. O índice BVL-30 terminou com uma valorização a rondar os 10% em termos anuais.

II — Actividades operacionais

As empresas que integram o perímetro da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., encontram-se estruturadas por unidades de negócios, com referências às quais se dá conta dos aspectos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 1999.

Unidade de negócios: naturais

A actividade da unidade de negócios dos naturais, no ano de 1999, acompanhou a tendência do mercado mundial para rolhas de natureza técnica ou industrial que, de facto, revelaram um forte crescimento ao longo do ano.

Essas rolhas, designadas por *Twin Top*, são uma resposta competitiva e de elevada *performance* destinada a um segmento de mercado de quantidades, quer dos países tradicionais, quer dos países emergentes do mundo do vinho.

De destacar o forte crescimento, cerca de 25%, no volume de negócios das rolhas de champanhe. Este crescimento ficou a dever-se não só à passagem do milénio, mas também à conquista de mercados importantes, sobretudo através da participada Interchampanhe — Fabricante de Rolhas de Champanhe, S. A. Por outro lado, também o segmento das rolhas naturais de alta qualidade contribuiu com um forte crescimento para a actividade desta unidade de negócios.

No seu conjunto, esta unidade cresceu em 10% a sua facturação, pese o facto de ainda não se terem feito sentir os efeitos das novas aquisições.

Continua a notar-se o crescimento do mercado mundial, sobretudo nos mercados emergentes, revelando os mercados mais tradicionais (europeus), de momento, uma certa estabilidade.

De realçar que 56% das exportações desta unidade de negócios já foram conduzidas de uma forma verticalizada através das empresas no exterior, o que de facto vem confirmar toda a estratégia de crescimento vertical que foi realizado.

Para além destes factos, há a destacar também a conclusão de mais um centro de preparação de matéria-prima em Ponte de Sor, cuja inauguração terá lugar no início do ano 2000. Trata-se de uma das seis unidades de aprovisionamento e preparação de matéria-prima que a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., detém, localizando-se duas na região do Magreb, duas em Espanha e futuramente com a unidade de Coruche, duas em Portugal.

Durante o exercício, foi inaugurada a primeira fábrica de rolhas *Twin Top* fora de Portugal. Conforme anunciado esta unidade de produção situa-se em Melbourne, Austrália, tem uma capacidade de cerca de 70 milhões de unidades, sendo este investimento bem significativo da importância que o mercado australiano tem para a Corticeira Amorim — SGPS, S. A.

Ainda durante 1999, foi adquirida a empresa Manuel Pereira de Sousa & Filhos, L.da, unidade que se vai especializar na produção de rolhas técnicas, tendo ainda sido adquirida a maioria do capital da Prataplás, L.da, empresa fornecedora de cápsulas para o segmento de rolhas com cápsula. No âmbito da distribuição foi adquirido 50% da principal distribuidora chilena — Indústria Corchera, S. A., cimentando assim uma privilegiada e longa relação com esta empresa.

Unidade de negócios: revestimentos

Nos últimos anos têm-se verificado alterações substanciais no ambiente, envolvente ao negócio de revestimentos de solos, das quais se destacam:

Pressão sobre os preços acompanhada por maior exigência qualitativa dos clientes;

Proliferação de produtos alternativos, fusões nas unidades produtoras e associações nas unidades de distribuição;

Aumento dos esforços de *marketing* e de promoção;

Rápida alteração dos padrões de distribuição e crescente influência dos meios de comunicação na decisão dos consumidores;

Redução do ciclo de vida dos produtos e consequente aumento dos custos fixos para acompanhar tecnologicamente esta evolução;

Ataques acrescidos aos nichos de mercado.

Nesta perspectiva a unidade de negócios de revestimentos continua a tentar prosseguir uma estratégia de diferenciação face às restantes alternativas que existem no mercado, baseada no domínio de uma matéria-prima que oferece soluções técnicas e estéticas únicas.

Crê-se que este posicionamento permitirá um crescimento sustentado, sem no entanto procurar a massificação com crescimento a qualquer preço.

Os principais indicadores de actividade tiveram, em 1999, a seguinte evolução:

As vendas dos revestimentos de solo com cortiça cresceram cerca de 5%, com a manutenção generalizada dos preços de venda;

Os preços das principais matérias-primas tiveram um acréscimo de cerca de 5,4% quando comparados com 1998;

Cash-flow operacional manteve-se próximo dos valores de 1998, dado que a evolução das vendas não correspondeu, na totalidade, ao aumento de recursos disponibilizados, existindo, por esse motivo, capacidade humana e técnica para fazer crescer os resultados com idêntica estrutura;

Capital investido no negócio manteve-se ao nível de 1998. A evolução favorável dos resultados financeiros que se tinha verificado em anos anteriores devido à descida das taxas de juro foi alterada pela inversão desta tendência, tendo o seu valor sido idêntico a 1998.

Manteve-se o *focus* desta actividade nos revestimentos de solos com cortiça, alargando a oferta de produtos auxiliares de instalação, orientando ainda mais a estratégia de produto para o revestimento/serviço em vez do tradicional revestimento/material.

O papel das unidades de distribuição como vector de presença física nos mercados continua a ser fortalecido, sendo o garante da adequação e desenvolvimento do negócio de acordo com as características do produto e segmentos alvo.

A aposta em mercados alternativos com dimensão e o poder de aquisição que permitam complementar a relativa estabilidade que existe nos mercados, tradicionais, está ainda por ser atingida, o que impede um crescimento de vendas mais acentuado.

Deu-se início a um processo de unificação das designações sociais das unidades de distribuição de acordo com a imagem do Grupo. Este processo estará concluído durante o ano 2000 e permitirá uma associação mais forte ao nome Amorim, evidenciando ainda mais a integração vertical da cadeia de negócio.

Manter-se-ão, no entanto, as marcas existentes — *Wicanders* para o segmento comercial e *Ipocork* para o segmento residencial.

Enquadrado nestas preocupações, a unidade de negócios de revestimentos prosseguiu a estratégia definida anteriormente:

Reforço de competências nas áreas de suporte, assistência comercial e serviço ao cliente e focalização nos canais de distribuição e segmentos de aplicação eleitos como preferenciais;

Lançamento de projectos de design para aplicação do *know-how* e da tecnologia existentes a novas soluções estéticas;

Desenvolvimento de novos produtos em conjugação com entidades especializadas, de forma a fazer evoluir a oferta no mercado;

Obtenção (em Fevereiro do corrente ano) da certificação ISO 9001, como forma de reforçar os princípios de qualidade total, enfatizando a importância da gestão do produto desde a concepção até à instalação;

Implementação de um sistema informático ERP na Amorim Revestimentos, S. A.

Garantindo a satisfação das necessidades colocadas pelo ano 2000, enquadrado num processo mais lato de integração logístico/informatizacional em todas as unidades de distribuição desta unidade de negócios no exterior, cujo impacto em termos de comunicação, acesso/partilha e disponibilização de informação será evidente no curto prazo;

Reorganização industrial numa lógica de recentragem dos processos por linhas de produtos com o objectivo de especializar as unidades industriais de acordo com as suas características tecnológicas, de forma a aumentar a produtividade e a melhorar o serviço de resposta de acordo com as tendências de mercado;

Aumento do investimento em formação;

Investimentos orientados para o aumento da eficiência no tratamento da matéria-prima, melhoria do ambiente/condições de trabalho/segurança, rejuvenescimento dos produtos actuais e alteração de *layouts* industriais.

Unidade de negócios: granulados, aglomerados brancos e *gifts*

Durante o ano de 1999, a actividade desta unidade de negócios, nas suas áreas de granulados, aglomerados e *gifts*, caracterizou-se pelos seguintes aspectos:

Crescimento contínuo e sustentado nas vendas de aglomerados brancos nas suas diversas aplicações, com forte relevância para as aplicações de calçado e de construção civil;

Continuação do desenvolvimento de novas aplicações finais para os granulados técnicos de cortiça (granos) o que permitiu melhorar o respectivo posicionamento no mercado;

O reposicionamento estratégico e as dificuldades concorrenciais sentidas em algumas linhas de produtos não permitiram atingir totalmente os objectivos preconizados para 1999 na área *gifts*. Foram, no entanto, garantidos os necessários ritmos de crescimento face ao ano de 1998;

Para o conjunto das famílias de produtos desta unidade de negócios, as vendas atingiram os valores planeados, apresentando um crescimento de 6,2% relativamente ao observado no ano transacto.

A efectivação da presença comercial através da implementação de unidades de comercialização especializadas em vários mercados alvo, nomeadamente Alemanha, Reino Unido e Benelux, utilizando estruturas comerciais existentes no Grupo, permitiu um correcto posicionamento e abordagem nos mercados consumidores, tendo-se reflectido,

em 1999, na realização de dois Composition Cork Meeting com integração total dos vários elementos que compõem a referida rede de distribuição.

O mercado abastecedor de desperdícios de cortiça, principal matéria-prima desta unidade de negócios, manteve-se instável durante todo ano, o que influenciou negativamente quer o nível de preços praticado quer as quantidades disponíveis.

Na prossecução da estratégia definida nesta área, foram realizados, durante o ano, acordos preferenciais de compra de matérias-primas que garantiram a estabilidade qualitativa e quantitativa do aprovisionamento das mesmas, assegurando-se assim os índices de produção e de produtividade consentâneos com os objectivos anuais pré-estabelecidos.

Prosseguindo na implementação da estratégia de verticalização industrial a montante, associada a uma presença nos mercados abastecedores de matérias-primas, foram realizados, em 1999, investimentos no mercado espanhol com a compra da empresa granuladora Salco Industrial Corchera, SL.

Com a atribuição, em Março de 1999, da certificação pela Norma ISO 9001, a Corticeira Amorim — Indústria, S. A., tornou-se na primeira empresa do sector da cortiça a obter tal reconhecimento.

Durante o ano transacto, deu-se ainda especial atenção ao estudo do impacto ambiental da actividade desenvolvida por esta unidade de negócios, tendo em conta, por um lado, o integral cumprimento das normas ambientais vigentes, tanto ao nível da legislação existente nesta matéria como ao nível das obrigações decorrentes do Contrato de Adaptação Ambiental, subscrito no âmbito do protocolo entre a ANIEC e as Direcções-Gerais de Ambiente e Indústria formalizado em 1998, e, por outro lado, a definição e a implementação de medidas que permitam prevenir contra efeitos indesejáveis, ainda que não regulamentados.

A política de investimentos seguida durante 1999, orientou o esforço financeiro para o reforço de ganhos de produtividade, correcção do balanceamento de capacidades produtivas, renovação tecnológica, política ambiental e melhoria das condições de higiene e segurança.

Foi dada especial atenção a investimentos relacionados com a maior recuperação e aproveitamento de desperdícios internos de produção, e aumento de produtividade no tratamento de matérias-primas primárias, reduzindo, desta forma, o impacto da turbulência verificada no mercado abastecedor de matérias-primas nesta unidade de negócios. Foi também finalizado o investimento nas novas instalações sociais as quais proporcionam um melhor nível de conforto, higiene e segurança.

Foi levada a cabo, em 1999, a política de parcerias estratégicas com centros de investigação de reconhecida competência, na elaboração de projectos de desenvolvimento de novas aplicações para os produtos existentes e inovação de novos produtos e serviços.

Unidade de negócios: cortiça com borracha

O volume de vendas registado em 1999 foi 10% inferior ao volume de vendas de 1998 e 5% superior ao do ano de 1997. Esta quebra, face a 1998, deve-se ao facto de não se terem efectivado negócios previstos, relacionados com projectos de condicionamento acústico e vibrático, dado que estes se realizarão em 2000.

Prosseguiu-se com a implementação da estratégia de diversificação geográfica e de aplicações, salientando-se o incremento da quota de mercado no segmento automóvel na Europa.

De destacar a aquisição do negócio de CorkRubber da Southland Technologies Inc., um dos históricos e principais concorrentes nos Estados Unidos da América. Como resultado desta aquisição, estabeleceu-se uma cooperação entre as duas empresas para o fornecimento do Original Equipment Market (OEM), tendo sido aprovada uma nova junta de CorkRubber para utilização na Chrysler.

Na continuidade de implementação da estratégia de desenvolvimento de novos produtos, foram homologadas novas juntas em CorkRubber para utilização na Perkins e Skoda (segmento automóvel) e na Alston Power (segmento de transformadores eléctricos).

Ainda nesta linha estratégica, mas no segmento de produtos para aplicações industriais, encetaram-se projectos de desenvolvimento de novos produtos, destinados essencialmente a fabricantes de equipamentos, que deverão ser homologados em meados do ano 2000. De igual forma, iniciou-se o desenvolvimento de um novo sistema de condicionamento acústico e vibrático para vias férreas — comboios ligeiros e eléctricos.

No que diz respeito a processos de fabrico, continuou-se a implementação gradual da utilização de tecnologias de automação em diversas áreas da unidade de negócios.

Em resultado da intensa actividade de pesquisa de novas tecnologias iniciada em 1998, foram adquiridos equipamentos de acabamento de produtos inovadores no segmento da cortiça, que suportarão a fabricação de novos produtos.

Inserida na implementação da estratégia da unidade de negócios, foi lançada em 1999 uma nova imagem que consistiu na mudança do nome da unidade de negócios e das empresas detidas a 100%, que passaram a utilizar a designação Amorim Industrial Solutions, com o objectivo de contribuir para uma identidade comum, reconhecida pelos colaboradores, clientes e fornecedores e aproximando-a da identidade corporativa do Grupo Amorim.

Esta nova identidade suporta também a estratégia de comunicação, associada ao lançamento de novos produtos e à afirmação do CorkRubber como uma tecnologia actual, inovadora e capaz de ser a solução — Solutions — adequada à satisfação das necessidades da indústria — Industrial — que servimos.

De realçar o sucesso da primeira presença desta unidade de negócios na Equip'Auto 99, uma importante mostra internacional de equipamentos, tecnologias e serviços para a indústria automóvel, que se realizou em Paris.

Deu-se continuidade ao desenvolvimento do sistema de qualidade nas empresas desta unidade de negócios, como ferramenta de gestão, salientando-se o reforço da certificação pelas Normas QS9000 na Amorim Industrial Solutions, Inc. (EUA) e a decisão de certificar as empresas portuguesas pelas Normas ISO9001 durante o 1.º semestre de 2000.

Unidade de negócios: isolamentos

O ano de 1999, representou, para a unidade de negócios dos isolamentos, a manutenção de um bom desempenho ao nível dos resultados, mostrando assim que a estratégia definida se revelou a mais adequada, assegurando perspectivas promissoras no que concerne à evolução pretendida.

O valor das vendas registou um aumento de 12% em relação ao ano transacto, com um reflexo bastante positivo em termos de resultados. Fruto da implementação da estratégia comercial definida para a unidade de negócios, este aumento de vendas e de resultados beneficiou particularmente da procura de novos mercados e da comercialização de produtos de maior valor acrescentado, nomeadamente através da introdução de especialidades não *standard*.

A estagnação já verificada no ano transacto nos mercados tradicionais de venda do aglomerado de cortiça expandido, bem como a agressiva, mas salutar, acção da concorrência, conduziram à busca de mercados alternativos, em que as características diferenciadoras dos produtos desta unidade de negócios são particularmente apreciadas, nomeadamente a sua vertente ecológica.

No seguimento da estratégia de comercialização de produtos de isolamento naturais e ecológicos, assistiu-se em 1999 à introdução efectiva de uma nova linha de produtos — isolamentos em fibra de coco. Apesar de este ter sido um ano de aprendizagem, pode-se afirmar que os objectivos previamente definidos foram atingidos.

III — O mercado accionista

A) Mercado accionista:

O ano de 1999 teve um início excepcional, tendo o mercado accionista português registado uma subida superior a 5% durante a primeira semana, facto a que não foi alheia a estreia eufórica do euro.

O agravamento da crise brasileira veio arrefecer o entusiasmo inicial dos investidores, nomeadamente no nosso país, dada a exposição das principais empresas nacionais no Brasil, que resultaram penalizadas.

Só no último trimestre do ano se verificou um regresso em força dos investidores ao mercado, com a consequente recuperação dos índices bolsistas e a liquidez a registar os valores máximos do ano.

De salientar alguns factores que contribuíram para que o desempenho do mercado português em 1999 ficasse aquém do esperado:

Os principais gestores de fundos passam a reger-se por critérios sectoriais e não de país, como até então;

Os principais títulos portugueses deixaram de fazer parte dos índices seguidos pelos gestores internacionais, como o Euro Stoxx 50;

Aumento da concorrência em mercados até então regulados;

Crise no Brasil.

Esta *performance* menos boa é clara quando se repara no aumento do peso de acções internacionais em fundos de acções portuguesas, chegando este *ratio* a ultrapassar os 50% em Outubro.

A atenuar esta situação, assistiu-se a várias operações de fusões e aquisições, especialmente nos sectores bancário e da construção, que também em Portugal vieram estimular o mercado.

O índice BVL Geral fechou o ano de 1999 a 2732,36, o que se traduz numa variação homóloga de 12,57%. O índice PSI-20 registou uma valorização de 8,74% no ano de 1999, tendo registado 11 960,51 no final do ano.

O volume transaccionado foi também responsável pela fraca *performance* do mercado português.

O volume médio transaccionado em 1999 ficou mais de 10% abaixo do verificado em 1998.

B) Comportamento bolsista das acções da Corticeira Amorim — SGPS, S. A.:

Conforme deliberação tomada em assembleia geral de 1 de Abril de 1999, a sociedade procedeu, em 12 de Agosto de 1999 à redenominação das acções representativas do seu capital social e à alteração da denominação do capital social para euros, mediante o aumento do capital social por incorporação de reservas, fixando-se o capital social em 71 357 000 euros.

O aumento do capital social por incorporação de reservas decorreu da alteração da denominação do capital social para euros e da redenominação das acções mediante a aplicação da taxa de conversão (200\$482), com arredondamento ao cêntimo, fixando-se o valor nominal de cada acção em 4,99 euros e o capital social em 71 357 000 euros, representado em 14 300 000 acções ordinárias que conferem direito a dividendos.

As acções da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., representativas do capital social de 71 357 000 euros, encontram-se cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa desde o início de 1991, integrando o sistema de negociação em contínuo nacional desde 11 de Dezembro de 1991.

No final de 1999, as acções da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., foram transaccionadas a 9,76 euros, o que representou um decréscimo de 20,13% em relação à cotação do fim de 1998.

A cotação máxima atingida durante o referido ano foi de 12,85 euros por acção.

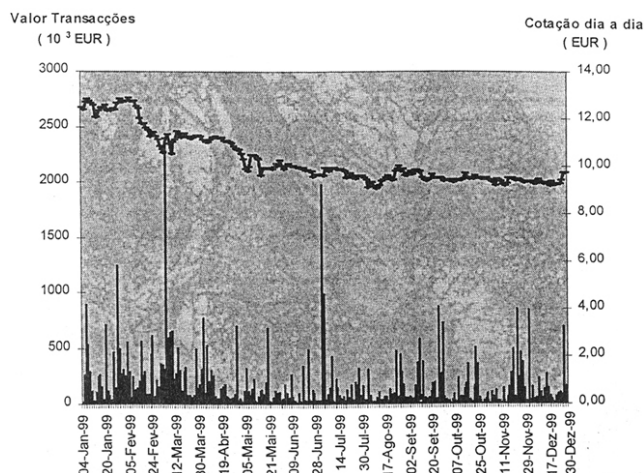
O gráfico abaixo mostra a evolução das cotações e das quantidades transaccionadas da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., ao longo do ano de 1999:

Descrição	1995	1996	1997	1998	1999
Número de acções	5 363 916	13 500 108	8 835 382	11 221 342	4 937 744
Cotações em euros:					
Máxima	13,82	10,85	12,47	20,45	12,85
Média	10,23	8,82	9,83	14,59	10,30
Mínima	7,23	7,73	7,33	9,48	9,05
Frequência negocial (percentagem)	96,00	96,00	100,00	100,00	100,00

Fonte. — 9 de Agosto de 1997: BVL.

Nota. — Os valores relativos ao período 1995-1998 foram convertidos dos valores históricos em escudos para valores em euros.

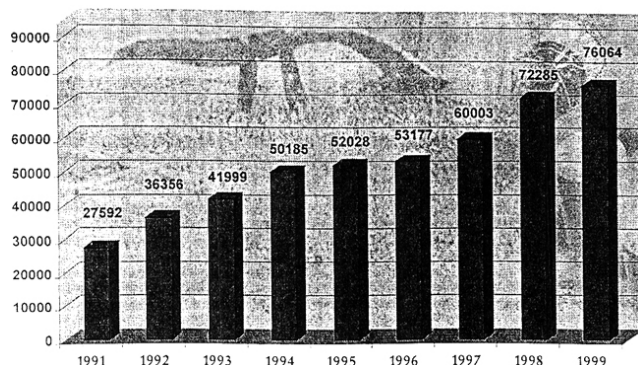
Corticeira Amorim no Mercado de Valores Mobiliários



IV — Conta de resultados consolidados

No exercício referente ao ano de 1999, a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., consolidou os resultados e o nível de actividade bastante positivos observados nos últimos exercícios.

O volume de negócios ultrapassou os 76 milhões de contos, um crescimento superior a 5%, justificado inteiramente pelo crescimento orgânico (volume e preço), com especial referência para o desempenho dos sectores de rolhas técnicas, rolhas de champanhe, aglomerados brancos e granulados.



Por unidade de negócios, foram os seguintes os crescimentos apresentados (em percentagem):

Naturais	+ 10
Revestimentos	+ 1
Granulados/aglomerados/gifts	+ 12
Cortiça com borracha	— 10
Isolamentos	+ 12

A unidade de negócios dos naturais continuou a demonstrar o maior dinamismo para o qual contribuiu, conforme referido, o crescimento assinalável das vendas de rolhas técnicas e de rolhas de champanhe. Os mercados francês, australiano e dos Estados Unidos, foram os que mais contribuíram para aquele crescimento. Os mercados do leste, europeu ainda não deram sinais claros de terem saído da crise ocorrida no Verão de 1998.

Após um crescimento assinalável no exercício anterior, os revestimentos foram afectados novamente por uma conjuntura menos positiva no que se refere ao mercado da construção na Alemanha, pelo que as vendas tiveram um crescimento marginal. Observou-se, contudo, a melhoria do *mix* de vendas, factor determinante na libertação de margens mais compensadoras para o negócio, já que, conforme referido, se assistiu a um aumento de 5% nas vendas de revestimentos com cortiça.

A cortiça com borracha foi prejudicada pela comparação com o exercício anterior, dado o elevado crescimento de vendas verificado em 1998 e o facto de vários contratos previstos para o corrente exercício terem sido transferidos para o ano 2000. Estão asseguradas, no entanto, as condições para um crescimento sustentado a médio e longo prazos, em resultado do sucesso das novas aplicações desenvolvidas neste sector.

A unidade de negócios de granulados, aglomerados e *gifts* beneficiou de um bom desempenho dos aglomerados brancos e dos granulados, mantendo-se uma posição de estabilidade na área dos *gifts*. No conjunto das quatro famílias de produtos mais importantes desta unidade de negócios, o crescimento atingiu os 6,2%.

Os isolamentos continuaram a mostrar uma assinalável taxa de crescimento, pese o facto de actuarem num nicho altamente especializado, embora maduro.

O peso da nova linha de produtos (isolamentos em fibra de coco) ainda é pequeno, mas a tendência é para a sua importância crescer ao longo dos próximos anos.

A margem bruta atingiu os 36,8 milhões de contos e apresenta um crescimento inferior ao das vendas, fruto do impacto do aumento de preço das matérias-primas. Este aumento atingiu também, este ano, os desperdícios de cortiça, em especial no 4.º trimestre. O aumento do peso nas vendas totais de produtos como as rolhas técnicas e rolhas de champanhe, a estratégia de integração vertical do negócio através do reforço da área de aprovisionamento e preparação da matéria-prima, as melhorias técnicas introduzidas no processo produtivo, permitiram, mesmo assim, preservar uma margem bruta que, em percentagem do valor da produção, se aproxima dos níveis históricos da Corticeira Amorim — SGPS, S. A.

Os custos operacionais líquidos de outros proveitos, atingiram os 31,2 milhões de contos, observando-se um crescimento de apenas 3%, contribuindo também para a recuperação do impacto do referido aumento das matérias-primas de cortiça. Durante o exercício, foi mantido o esforço promocional da imagem da cortiça e seus produtos.

Os resultados operacionais cresceram 7,8% atingindo os 5,6 milhões de contos.

Os resultados financeiros atingiram os — 2,2 milhões de contos o que representa um agravamento de 0,6 milhões de contos relativamente ao ano anterior. O principal contribuinte para esta variação são as diferenças de câmbio desfavoráveis resultantes da política de cobertura cambial das encomendas denominadas em divisa, em especial o dólar.

Faça à continuada apreciação desta divisa observada durante todo o exercício, e por força da contabilização da factura ao câmbio *spot* da data da expedição, necessariamente posterior à data da encomenda, a diferença entre aquelas duas taxas de câmbio foi registada na rubrica de resultados financeiros.

A taxa de juro estabilizou, tendo dado sinais de retoma de tendência de subida já no final do exercício.

Os resultados líquidos atingiram os 3,5 milhões de contos, valor que deverá ser comparado com os 3,1 milhões de contos de resultados líquidos comparáveis de 1998. Como foi referido no relatório relativo ao ano anterior, o resultado líquido foi beneficiado extraordinariamente pela contabilização de cerca de 0,4 milhões de contos de impostos diferidos activos, pelo que em termos comparativos, dever-se-á ter em conta esta situação. Assim, os resultados líquidos de 1999 apresentam um crescimento de 11% face aos comparáveis do exercício anterior.

(Em milhares de contos)

Indicadores de actividade	1998	1999	Variação de valor	Variação (percentagem)
Volume de negócios	72 285	76 064	+ 3 779	+ 5,2
Resultado operacional (antes da amortização <i>goodwill</i>)	6 680	6 661	— 19	— 0,3
Amortização do <i>goodwill</i>	1 442	1 014	— 428	— 29,7
Resultado operacional	5 238	5 647	+ 409	+ 7,8
<i>Cash-flow</i> operacional	10 611	10 692	+ 81	+ 0,8
Resultado financeiro	— 1 615	— 2 247	— 632	— 39,1

(Em milhares de contos)

Indicadores de actividade	1998	1999	Variação de valor	Variação (percentagem)
Resultado corrente	3 623	3 400	— 223	— 6,2
Resultado extraordinário	295	451	+ 156	+ 52,9
Resultado antes de impostos (após minoritários)	3 902	3 829	— 73	— 1,9
Resultado líquido	3 514	3 468	— 46	— 1,3
Resultado líquido comparável	3 123	3 468	+ 345	+ 11,0

V — Estrutura financeira do balanço

O balanço da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., atingiu os 100 milhões de contos a 31 de Dezembro de 1999. O crescimento de cerca de 14 milhões de contos face ao final de 1998 resultou do continuado esforço de investimento, o qual ultrapassou os 9 milhões de contos.

A parte significativa deste valor refere-se a investimento corpóreo, materializado na expansão e modernização da capacidade produtiva e na construção das novas unidades de aprovisionamento e preparação de matéria-prima. O remanescente refere-se às aquisições de empresas conforme divulgado oportunamente. O aumento das existências provocado pelo

aumento da actividade, a que acresce os valores aportados pelo balanço das empresas adquiridas, justificam a quase totalidade daquela variação.

De notar a estabilização da conta clientes, se excluídos os valores das novas empresas, e o aumento da conta Estado, fruto do atraso de um mês no reembolso do IVA, facto observado na generalidade das subsidiárias nacionais exportadoras.

Do lado do passivo assistiu-se, consequentemente, ao aumento de 13 milhões de contos no endividamento bancário, o qual também é explicado pelo pagamento de investimentos financeiros de 1998. Após o esforço financeiro efectuado durante o exercício, o ratio de autonomia financeira situa-se nos 34,2%.

(Em milhares de contos)

Descrição	1998	1999	Variação de valor	Variação (percentagem)
Activo total	86 026	100 091	+ 14 065	+ 16,3
Capitais próprios	31 488	34 271	+ 2 783	+ 8,8
Autonomia financeira (percentagem)	36,6	34,2	— 2,4	n/a
Endividamento bancário líquido (incl. obrig.)	33 630	47 373	+ 13 743	+ 40,9
Fundo de maneo (existências + clientes – fornecedores)	37 398	44 388	+ 6 990	+ 18,7
Cash-flow	8 887	8 513	— 374	— 4,2
Investimentos	12 587	9 765	+ 2 822	+ 28,9

VI — Recursos humanos

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., levou a cabo, durante 1999, a concretização do seu projecto estratégico nesta área.

Este projecto visa reforçar a política de recursos humanos, através da implementação de um avançado sistema integrado de *software*, que permite a gestão e partilha de informação entre as diversas empresas. Este sistema está preparado para responder às necessidades específicas em áreas tão diferentes como processamento de salários, planeamento e coordenação de acções de formação, criação de registos individualizados com toda a informação relativa ao recrutamento de pessoal e gestão de sistemas de avaliação de forma integrada e dinâmica.

Foi continuado o processo de recrutamento, sendo de realçar a participação de 12 jovens quadros na formação para a internacionalização, através do programa contacto do ICEP. Realce para a constante aposta na estruturação da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., através da contratação de novas competências para as áreas de comunicação, sistemas de informação, logística, mercado internacional e recursos humanos, as quais enquadraram 19 novos quadros.

Durante 1999, observou-se a estabilização dos indicadores, com a taxa de absentismo a situar-se nos 3,4% e o índice etário a sofrer um agravamento de 0,3% face ao ano transacto.

No decorrer de 1999, foram ainda dinamizadas as seguintes iniciativas:

- Certificação das empresas;
- Realização das semanas de qualidade da Corticeira Amorim — Indústria, S. A., e da Amorim Revestimentos, S. A.;
- Contínuo processo de formação, que envolveu, ao longo do ano, a participação de 3408 colaboradores em 45 333 horas de formação, com particular atenção para as áreas de gestão, secretariado, sistemas de informação e comunicação;
- Elaboração de dois programas especiais para chefias intermédias;
- Realização de seminários anuais subordinados a temas de âmbito jurídico-fiscal, de secretariado, entre outros;
- Realização de dois módulos de acolhimento e integração para jovens quadros que envolveram a visita às diversas unidades de produção;
- Aposta em metodologias de aperfeiçoamento de competências em zonas de suporte da organização.

VII — Perspectivas para 2000

Envolvente da economia mundial

Perspectiva-se para 2000 a aceleração do ritmo de crescimento económico global. As estimativas do FMI apontam para um crescimento mundial de 3,5%. Nos países industrializados, a evolução será de 2,5%, o que demonstra a perspectiva de estabilidade face ao observado em 1999.

A convergência de ritmo de crescimento económico entre os três maiores blocos permitindo que uma aceleração do crescimento na zona euro e a retoma no Japão compensem o eventual abrandamento na economia norte-americana, deverá caracterizar a conjuntura económica de 2000.

A crise global que teve origem nas economias emergentes foi ultrapassada. Contudo, em 2000, deverá verificar-se uma consolidação da recuperação das economias asiáticas, assumindo o Japão o papel de motor, e a continuidade de implementação de reformas na América Latina.

As economias emergentes apresentam perspectivas muito promissoras. A recuperação económica mundial traduzir-se-á no aumento da procura de mercadorias, parte importante das exportações de muitos destes países.

A Europa de Leste deve beneficiar directamente da recuperação económica da zona euro.

O ano de 2000 deverá ser ainda marcado pelo aperto das condições monetárias a nível global, o que constituirá um teste à sustentabilidade das economias emergentes.

Zona euro

As perspectivas apontam para um crescimento sustentado da economia da euro em 2000 em redor de 3% — a Europa estará prestes a gozar um período de crescimento forte talvez o mais alto desde a reunificação alemã, com reduzidas pressões sobre os preços. A procura externa contribuirá positivamente para esta evolução.

Os diferentes países deverão registar agora uma maior sincronização ao nível do ciclo económico, permitindo uma melhor aderência das políticas e processos comuns.

A inflação deverá observar um aumento nos primeiros meses de 2000, aproximando-se do limite do BCE de 2%, para descer de seguida

pelo efeito resultante da subida de taxas operada em Novembro de 1999 e pela recuperação da moeda europeia. Esta variável deverá registar valores mais altos nos países periféricos do que no núcleo central. As condições monetárias tornar-se-ão mais restritivas.

Assistir-se-á à consolidação orçamental (— 1,2% face a — 1,6% em 1999) e à diminuição do peso da dívida pública no PIB.

Estados Unidos

A economia americana deverá evidenciar um abrandamento ligeiro (3,3%) em 2000, permitindo, contudo, garantir a continuidade da expansão económica pelo 10.º ano consecutivo. Este contexto decorrerá necessariamente de uma procura interna sustentada, de um crescimento das exportações, fruto da recuperação da economia mundial e da desvalorização do dólar, e ainda de uma actuação restritiva, mas prudente, da Reserva Federal Americana.

As condições monetárias deverão tornar-se mais restritivas, permitindo a estabilidade de preços almejada. A inflação deverá atingir 2,5%, valor ligeiramente superior ao registado em 1999, com o desemprego a verificar um ligeiro aumento para 4,4%.

A consolidação orçamental verificada em 1998 e 1999 deverá ter continuidade no ano 2000, sendo que do resultado das eleições presidenciais de Setembro dependerá a condução da política orçamental.

Não obstante estas perspectivas, a economia dos EUA não deverá observar uma correcção rápida dos seus desequilíbrios internos e externos.

Japão

As perspectivas para a economia japonesa apontam para uma recuperação económica frágil com o PIB a crescer 1,5% em 2000. As exportações nipónicas têm vindo a beneficiar da recuperação mundial e especialmente dos seus parceiros comerciais do sudeste asiático, situação que se prevê venha a manter, e a reforçar, em 2000. Contudo, se a procura interna não recuperar, a expansão económica será posta em causa.

É essencial que se verifique a recuperação da rentabilidade empresarial, o que permitirá a retoma da confiança dos empresários e a inversão da tendência de diminuição do investimento.

Acresce que, ao contrário do que se verificou em 1998 e 1999, as autoridades nipónicas terão maior dificuldade em injectar fundos na economia em volume significativo, e as condições monetárias não poderão manter-se tão expansionistas. O esforço despendido traduz-se já num défice orçamental de 10% do PIB e o risco de revisão em baixa da notação de *rating* para sobre o Japão.

Portugal

Quer a OCDE, quer a Comissão Europeia projectam um incremento na actividade económica em Portugal (+ 3,3%) face à situação vivida em 1999.

A expansão deverá resultar de uma reanimação da procura externa, o que decorre dos sinais evidentes de recuperação dos nossos principais parceiros económicos, apoiado num abrandamento moderado do crescimento da procura interna (4% em 2000 face a 4,7% em 1999) — o crescimento do consumo privado deverá retrair-se ligeiramente (3,5%). A política monetária que se espera venha a verificar-se em 2000, traduzir-se-á em taxas de juros mais elevadas, sem contudo impedir o acesso ao crédito por parte das famílias.

O rendimento disponível deverá registar ganhos em termos reais e não se antecipa a deterioração das expectativas dos consumidores, até porque o desemprego deverá manter-se aos níveis baixos de 1999 (4,5%).

Perspectiva-se que o investimento apresente melhor evolução do que em 1999 (6,8% face a 6,5%), sendo que um contributo decisivo será dado pelo início da implementação do QCA III e pela organização do Euro 2004.

O volume de investimentos em obras públicas registará um acréscimo substancial.

As autoridades mantêm-se vinculadas às metas do pacto de estabilidade e convergência, o que se traduz num défice orçamental para 2000 ao nível de — 1,5% e numa diminuição do peso da dívida pública para 55,8% do PIB.

Da tomada de medidas estruturais urgentes, nomeadamente ao nível do controlo das despesas públicas correntes, dependerá a consistência destes objectivos. O processo de consolidação orçamental seguido até ao ano de 1999 esgotou-se, face à subida das taxas de juro e ao esforço de cobrança fiscal obtido.

Essencial ao cumprimento destas metas, a inflação deverá registar uma aproximação à média europeia.

Depois de ter registado 2,3% em 1999, aponta-se um ligeiro incremento para 2,5% em 2000, sendo certo que a manutenção do preço dos combustíveis face à subida do crude a nível internacional não deverá ter continuidade em 2000.

Actividades operacionais

Unidade de negócios: naturais

É objectivo da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., reforçar a sua presença junto da floresta fornecedora de matéria-prima e, com recurso a tecnologia inovadora, permitir avançar no desenvolvimento técnico do seu produto. Nesse sentido, foi organizada uma equipa de investigação e desenvolvimento com a missão de melhorar a *performance* e desenvolver tecnicamente as características do produto, afecta exclusivamente à área das rolhas.

A unidade fabril em Melbourne, na Austrália, está a funcionar em plena actividade, verificando-se, neste momento, uma receptividade bastante positiva do mercado consumidor, relativamente às rolhas *Twin Top* produzidas localmente.

Os mercados do Leste Europeu ainda não mostraram sinais evidentes de recuperação da crise observada em Agosto de 1998, esperando-se que tal facto ocorra ao longo do ano 2000.

No que concerne ao segmento de rolhas capsuladas, espera-se a plena autonomia da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., na produção deste produto, principalmente com a aquisição, em finais de 1999, da empresa de cápsulas Prataplás — Indústria de Plásticos, L.^{da}

Na vertente distribuição, a aquisição de 50% da empresa Indústria Corchera, S. A., no Chile, vem reforçar a estrutura comercial no exterior, dando assim seguimento à política de aproximação aos clientes finais.

O mercado mundial de produção de vinhos apresenta uma tendência crescente em todos os mercados, o que perspectiva um crescimento natural dos negócios desta unidade de negócios.

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., e particularmente a unidade de negócios dos naturais, vê com satisfação as recentes, iniciativas no âmbito da promoção e fomento da actividade corticeira em toda a sua fileira que se têm vindo a consubstanciar em acções concertadas de várias entidades.

Entende-se de realçar, pelo impacto mundial que se perspectiva nas respectivas acções, as seguintes iniciativas:

A discussão ao mais alto nível, aquando da Cimeira Ibérica (Janeiro de 2000), do *dossier* sobre a promoção conjunta da rolha de cortiça, de onde se espera a definição e desenvolvimento de acções comuns a Portugal e Espanha para promoção dos produtos de cortiça e de para protecção do montado de sobreiro;

Projecto CORK 2000 desenvolvido pela Associação Portuguesa de Cortiça (APCOR) e que pretende promover o segmento rolheiro em duas vertentes: a interna, com implementação do Código Internacional das Práticas Rolheiras, e a externa, com a criação de uma nova imagem da rolha de cortiça nos mercados internacionais.

Unidade de negócios: revestimentos

Para o ano 2000 perspectiva-se o crescimento regular do volume de negócios verificado nos anos recentes, bem como do *cash-flow*.

Todas as medidas desenvolvidas recentemente concorrerão para ajudar a realizar o crescimento referido. As linhas de orientação que pautaram a actividade da unidade de negócios ao longo de 1999, já referidas, serão seguidas dado revelarem os instrumentos que melhor se adequam aos objectivos que se pretende atingir.

A estrutura existente não necessitará de ser reforçada para fazer face ao crescimento de vendas.

Esperam-se acréscimos no preço das principais matérias-primas, sentidos principalmente na cortiça e no petróleo. Por esse facto, o desvio de preço será tendencialmente superior ao verificado em anos anteriores.

Ao nível do segmento residencial, espera-se um significativo ganho de quota de mercado, fruto da liderança indiscutível detida em termos de utilização da matéria-prima e que, face ao aumento de preço das matérias-primas para os principais concorrentes, se tornará uma vantagem competitiva desta unidade de negócios.

Unidade de negócios: granulados, aglomerados brancos e gifts

Perspectivas para 2000:

Continuação da *performance* de vendas verificada durante 1999 nas diversas áreas de actividade desta unidade de negócios, reforçada com a concretização da implementação de unidades especializadas de comercialização num conjunto de mercados considerados estratégicos.

Após a finalização dos investimentos enquadrados no primeiro plano estratégico, será realizado, durante o ano 2000, um novo diagnóstico estratégico que conduzirá a uma política directora de investimentos capaz de suportar o desenvolvimento perspectivado do negócio nos próximos cinco anos.

Continuação da política de formação que pretende atingir todos os níveis da unidade de negócios.

Será dada especial relevância a acções de formação que garantam a continuação da mudança organizacional e cultural necessária à efectivação da missão e dos valores da unidade de negócios, assim como a contínua melhoria na adequação do colaborador ao respectivo posto de trabalho, visando quer ganhos de produtividade, quer maior segurança e higiene na realização das tarefas.

Na linha de continuidade da política de qualidade da empresa e dos esforços realizados na área ambiental serão encetados os necessários esforços para a obtenção da Certificação ISO 14001.

Unidade de negócios: cortiça com borracha

Perspectiva-se para o ano 2000 um forte crescimento de vendas, resultado das homologações de produtos conseguidas em 1999 e da realização de projectos transferidos para 2000.

Ir-se-á implementar e consolidar a reestruturação interna da unidade de negócios, reforçando a estrutura humana em áreas críticas e vitais, como são os casos das áreas comerciais, técnica e desenvolvimento de novos produtos. Destaca-se também a decisão de implementar, durante 2000, uma reestruturação interna, fundamental à estratégia de crescimento futuro.

Ao nível dos investimentos, salientamos a perspectiva de compra de um imóvel que permitirá a expansão industrial e a criação do Centro de Investigação & Desenvolvimento da Amorim Industrial Solutions.

Unidade de negócios: isolamentos

São positivas as expectativas da unidade de negócios dos isolamentos para o ano 2000.

A continuação da implementação da estratégia comercial, fortemente baseada em produtos de elevado valor acrescentado, permite encarar o ano 2000 com optimismo, posicionando a unidade de negócios numa linha ascensional em termos de rentabilidade.

Decorrido o período de aprendizagem nos produtos de isolamento em fibra de coco, crê-se que o ano 2000 representará a afirmação definitiva deste produto como uma alternativa no segmento de produtos de isolamento naturais, permitindo que se atinja, assim, o equilíbrio financeiro neste segmento da actividade da unidade de negócios.

Resultados

Conforme se depreende das perspectivas apresentadas pelas unidades de negócios, prevê-se um crescimento da actividade para 2000. Este crescimento é baseado na expectativa de uma envolvente económica positiva conforme apontam as mais recentes previsões dos organismos internacionais. Espera-se ver reflectir no ano de 2000, na quase totalidade, o impacto positivo dos investimentos realizados nos últimos três anos e que se prendeu com a estratégia de verticalização integral do negócio, de cortiça e a melhoria tecnológica associada ao processo produtivo.

VIII — Recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas

Em 27 de Outubro de 1999, o conselho directivo da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários aprovou um conjunto de recomenda-

ções relativas ao governo das sociedades cotadas, que visa o aperfeiçoamento dos mecanismos de tutela dos investidores nos mercados de valores mobiliários.

Tendo a emissão deste conjunto de recomendações da CMVM sido antecedida de um questionário sobre a administração das sociedades e de um processo de apreciação pública do projecto de recomendações, a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., procurou, desde logo, proceder a um diagnóstico da sua situação específica nas matérias abordadas.

A Corticeira Amortim — SGPS, S. A., acolhe, portanto, estas recomendações como um contributo oportuno e pertinente cuja observância favorecerá todas as entidades, particulares ou colectivas, cujos interesses estão envolvidos na actividade societária, pelo que, neste momento, analisa o seu posicionamento em matéria de governo da sociedade à luz destas recomendações, ponderando as vantagens efectivas da sua total implementação e a realidade em que opera.

A análise já efectuada permite afirmar que os interesses que estas recomendações visam proteger, têm já um tratamento muito similar ao preconizado pelas mesmas recomendações, facto que coloca a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., num bom grau de adopção das mesmas, conforme se pode inferir da fundamentação apresentada na nota anexa ao balanço e demonstração dos resultados n.º 51.

IX — Dividendos

O conselho de administração irá propor na assembleia geral de aprovação de contas da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., referente ao ano de 1999, a atribuição de dividendos no valor de 858 000 contos, a que vai corresponder um dividendo ilíquido por acção de 60\$.

X — Eventos posteriores

Posteriormente a 31 de Dezembro de 1999 e até à data do presente relatório, não ocorreram factos relevantes que venham a afectar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., e do conjunto das empresas filiais incluídas na consolidação.

XI — Fecho do relatório

O conselho de administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

Aos accionistas e investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;

As instituições de crédito, pela importante colaboração prestada;

Ao fiscal único pelo rigor e qualidade da sua actuação.

A todos os colaboradores, cuja disponibilidade e empenho tanto têm contribuído para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela Corticeira Amorim — SGPS, S. A., aqui lhes manifestamos o nosso sentido apreço.

Mozelos, 29 de Fevereiro de 2000. — A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	1999		1998	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	237 348	215 438	21 910	28 344
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 153 609	978 977	174 632	145 317
Propriedade industrial e outros direitos	256 105	118 634	137 471	133 339
Trespases	350 872	64 374	286 498	223 266
Imobilizações em curso	79 974	—	79 974	139 264
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	550	—	550	—
Diferenças de consolidação	10 865 568	3 412 009	7 453 559	7 103 084
	<u>12 944 026</u>	<u>4 789 432</u>	<u>8 154 594</u>	<u>7 772 614</u>

(Em milhares de escudos)

	1999		1998	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e outros recursos naturais	5 241 247	—	5 241 247	4 878 084
Edifícios e outras construções	24 824 255	15 802 556	9 021 699	9 096 900
Equipamento básico	32 042 148	23 153 425	8 888 723	7 765 616
Equipamento de transporte	2 561 403	1 778 401	783 002	811 675
Ferramentas e utensílios	431 328	330 773	100 555	74 494
Equipamento administrativo	3 468 002	2 463 244	1 004 758	570 206
Taras e vasilhame	115 821	52 704	63 117	56 371
Outras imobilizações corpóreas	587 669	421 539	166 130	156 240
Imobilizações em curso	4 762 073	—	4 762 073	2 312 541
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	201 254	—	201 254	224 770
	<u>74 235 200</u>	<u>44 002 642</u>	<u>30 232 558</u>	<u>25 946 877</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	515 490	21 558	493 932	—
Empréstimos a empresas do grupo	43 465	—	43 465	—
Partes de capital em empresas associadas	120 173	34 998	85 175	327 241
Empréstimos a empresas associadas	459 695	—	459 695	230 494
Partes de capital em empresas participadas	134 060	10 132	123 928	—
Empréstimos a empresas participadas	707 990	204 314	503 676	485 958
Títulos e outras aplicações financeiras	—	—	—	50 587
Imobilizações em curso	515	—	515	65 200
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	5 076	—	5 076	5 076
	<u>1 986 464</u>	<u>271 002</u>	<u>1 715 462</u>	<u>1 164 556</u>
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	12 844 223	56 437	12 787 786	11 641 633
Produtos e trabalhos em curso	2 021 468	—	2 021 468	1 800 603
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	64 050	7 930	56 120	9 545
Produtos acabados e intermédios	14 316 237	255 982	14 060 255	10 671 616
Mercadorias	4 903 701	160 414	4 743 287	3 909 637
	<u>34 149 679</u>	<u>480 763</u>	<u>33 668 916</u>	<u>28 033 034</u>
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	16 981 274	593 332	16 387 942	16 727 948
Clientes — títulos a receber	1 689 103	—	1 689 103	84 596
Clientes de cobrança duvidosa	1 099 091	885 585	213 506	3 151
Empresas do grupo	144 331	49 930	94 401	—
Empresas associadas	111 371	16 289	95 082	177 896
Adiantamentos a fornecedores	145 928	—	145 928	154 661
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	1 151	—	1 151	1 485
Estado e outros entes públicos	3 363 569	—	3 363 569	2 273 486
Outros devedores	2 302 008	144 131	2 157 877	1 501 517
	<u>25 837 826</u>	<u>1 689 267</u>	<u>24 148 559</u>	<u>20 924 740</u>
Títulos negociáveis:				
Outras aplicações de tesouraria	3 055	—	3 055	28 541
Depósitos bancários e caixa:				
Depósitos bancários	274 996	—	274 996	1 034 285
Caixa	35 105	—	35 105	44 688
	<u>310 101</u>	<u>—</u>	<u>310 101</u>	<u>1 078 973</u>
Acréscimos e diferimentos:				
Acréscimos de proveitos	93 939	—	93 939	133 061
Custos diferidos	1 227 509	—	1 227 509	472 604
Ajustes diferidos — contratos futuros	—	—	—	1 684
Impostos diferidos	536 271	—	536 271	469 477
	<u>1 857 719</u>	<u>—</u>	<u>1 857 719</u>	<u>1 076 826</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>48 792 074</u>		
<i>Total de provisões</i>		<u>2 441 032</u>		
<i>Total do activo</i>	<u>151 324 070</u>	<u>51 233 106</u>	<u>100 090 964</u>	<u>86 026 161</u>

PASSIVO

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Capital próprio:		
Capital	14 305 794	14 300 000
Prémios de emissão de acções (quotas)	12 604 206	12 610 000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	—	85 128
Reservas de reavaliação	811 632	811 632
Diferenças de consolidação	— 5 354 121	— 5 268 993
Reservas:		
Reservas legais	1 027 062	931 668
Outras reservas	7 200 679	4 749 898
Resultados transitados	—	—
Subtotal	30 595 252	28 049 077
Resultado líquido do exercício	3 468 060	3 513 832
Total do capital próprio	30 063 312	31 562 909
Diferenças de conversão cambial	207 238	— 74 607
Total do capital próprio com conversão cambial	34 270 550	31 488 302
Interesses minoritários	1 234 121	459 616
Passivo:		
Provisões para impostos	17 167	67 934
Outras provisões para riscos e encargos	928 609	959 762
	945 776	1 027 696
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis	14 291 136	11 000 000
Dívidas a instituições de crédito	8 601 811	5 842 421
Outros accionistas (sócios)	—	10 359
Outros empréstimos obtidos	304 549	571 643
Outros credores	270 252	107 588
	23 467 748	17 532 011
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	24 780 142	17 894 508
Fornecedores, c/c	6 936 704	7 246 043
Fornecedores — facturas em recepção e conferência	122 104	155 737
Fornecedores — títulos a pagar	513 831	47 642
Empresas do Grupo	—	—
Outros accionistas (sócios)	—	6 264
Adiantamentos de clientes	—	3 785
Outros empréstimos obtidos	56 767	87 671
Fornecedores de imobilizado, c/c	585 606	288 996
Estado e outros entes públicos	1 357 035	1 607 985
Outros credores	1 801 827	5 118 823
	36 154 016	32 457 434
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	2 235 439	1 989 044
Proveitos diferidos	941 086	614 692
Ajustes diferidos — contratos futuros	389 088	56 615
Impostos diferidos	428 936	376 548
Diferenças de consolidação negativas	24 204	24 203
	4 018 753	3 061 102
Total do passivo	64 586 293	54 978 243
Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo	100 090 964	86 026 161

A Administração: Américo Ferreira de Amorim, presidente — José Américo Amorim Coelho, vice-presidente — António Rios de Amorim, vice-presidente — Joaquim Ferreira de Amorim, vogal — Rui Miguel Duarte Alegre, vogal — Jorge Manuel Ferreira dos Santos, vogal — Jorge Alberto Guedes Peixoto, vogal.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999**ACTIVO**

(Em milhares de euros)

	1999			1998
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	1 184	1 075	109	141
Despesas de investigação e desenvolvimento	5 754	4 883	871	725
Propriedade industrial e outros direitos	1 277	592	686	665
Trespases	1 750	321	1 429	1 114
Imobilizações em curso	399	—	399	695
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	3	—	3	—
Diferenças de consolidação	54 197	17 019	37 178	35 430
	<u>64 565</u>	<u>23 890</u>	<u>40 675</u>	<u>38 770</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e outros recursos naturais	26 143	—	26 143	24 332
Edifícios e outras construções	123 823	78 823	45 000	45 375
Equipamento básico	159 826	115 489	44 337	38 735
Equipamento de transporte	12 776	8 871	3 906	4 049
Ferramentas e utensílios	2 151	1 650	502	372
Equipamento administrativo	17 298	12 287	5 012	2 844
Taras e vasilhame	578	263	315	281
Outras imobilizações corpóreas	2 931	2 103	829	779
Imobilizações em curso	23 753	—	23 753	11 535
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1 004	—	1 004	1 121
	<u>370 284</u>	<u>219 484</u>	<u>150 799</u>	<u>129 422</u>
Investimentos financeiros:				
Partes de capital em empresas do grupo	2 571	108	2 464	—
Empréstimos a empresas do grupo	217	—	217	—
Partes de capital em empresas associadas	599	175	425	1 632
Empréstimos a empresas associadas	2 293	—	2 293	1 150
Partes de capital em empresas participadas	669	51	618	—
Empréstimos a empresas participadas	3 531	1 019	2 512	2 424
Títulos e outras aplicações financeiras	—	—	—	252
Imobilizações em curso	3	—	3	325
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	25	—	25	25
	<u>9 908</u>	<u>1 244</u>	<u>8 557</u>	<u>5 809</u>
Circulante:				
Existências:				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	64 067	282	63 785	58 068
Produtos e trabalhos em curso	10 083	—	10 083	8 981
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	319	40	280	48
Produtos acabados e intermédios	71 409	1 277	70 132	53 230
Mercadorias	24 460	800	23 659	19 501
	<u>170 338</u>	<u>2 398</u>	<u>167 940</u>	<u>139 828</u>
Dívidas de terceiros — curto prazo:				
Clientes, c/c	84 702	2 960	81 743	83 439
Clientes — títulos a receber	8 425	—	8 425	422
Clientes de cobrança duvidosa	5 482	4 417	1 065	16
Empresas do grupo	720	249	471	—
Empresas associadas	556	81	474	887
Adiantamentos a fornecedores	728	—	728	771
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	6	—	6	7
Estado e outros entes públicos	16 777	—	16 777	11 340
Outros devedores	11 482	719	10 763	7 490
	<u>128 879</u>	<u>8 426</u>	<u>120 453</u>	<u>104 372</u>
Títulos negociáveis:				
Outras aplicações de tesouraria	15	—	15	142

(Em milhares de euros)

	1999		1998
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido
Depósitos bancários e caixa:			
Depósitos bancários	1 372		5 159
Caixa	175		223
	<u>1 547</u>		<u>5 382</u>
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de proveitos	469		664
Custos diferidos	6 123		2 357
Ajustes diferidos — contratos futuros	—		8
Impostos diferidos	2 675		2 342
	<u>9 266</u>		<u>5 371</u>
<i>Total de amortizações</i>		<u>243 374</u>	
<i>Total de provisões</i>		<u>12 068</u>	
<i>Total do activo</i>	<u>754 801</u>	<u>255 442</u>	<u>429 097</u>

PASSIVO

	1999	1998
Capital próprio:		
Capital	71 357	71 328
Prémios de emissão de acções (quotas)	62 870	62 898
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	—	425
Reservas de reavaliação	4 048	4 048
Diferenças de consolidação	— 26 706	— 26 282
Reservas:		
Reservas legais	5 123	4 647
Outras reservas	35 917	23 692
Resultados transitados	—	—
<i>Subtotal</i>	<u>152 608</u>	<u>139 908</u>
Resultado líquido do exercício	<u>17 299</u>	<u>17 527</u>
<i>Total do capital próprio</i>	<u>169 907</u>	<u>157 435</u>
Diferenças de conversão cambial	<u>1 034</u>	<u>— 372</u>
<i>Total do capital próprio com conversão cambial</i>	<u>170 941</u>	<u>157 063</u>
Interesses minoritários	<u>6 156</u>	<u>2 293</u>
Passivo:		
Provisões para impostos	86	339
Outras provisões para riscos e encargos	4 632	4 787
	<u>4 718</u>	<u>5 126</u>
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:		
Empréstimos por obrigações:		
Não convertíveis	71 284	54 868
Dívidas a instituições de crédito	42 906	29 142
Outros accionistas (sócios)	—	52
Outros empréstimos obtidos	1 519	2 851
Outros credores	1 348	537
	<u>117 057</u>	<u>87 449</u>

(Em milhares de euros)

	1999	1998
Dívidas a terceiros — curto prazo:		
Dívidas a instituições de crédito	123 603	89 257
Fornecedores, c/c	34 600	36 143
Fornecedores — facturas em recepção e conferência	609	777
Fornecedores — títulos a pagar	2 563	238
Empresas do Grupo	—	—
Outros accionistas (sócios)	—	31
Adiantamentos de clientes	—	19
Outros empréstimos obtidos	283	437
Fornecedores de imobilizado, c/c	2 921	1 442
Estado e outros entes públicos	6 769	8 020
Outros credores	8 987	25 533
	<u>180 335</u>	<u>161 897</u>
Acréscimos e diferimentos:		
Acréscimos de custos	11 150	9 921
Proveitos diferidos	4 694	3 066
Ajustes diferidos — contratos futuros	1 941	282
Impostos diferidos	2 140	1 878
Diferenças de consolidação negativas	121	121
	<u>20 045</u>	<u>15 269</u>
<i>Total do passivo</i>	<u>322 155</u>	<u>269 741</u>
<i>Total do capital próprio, interesses minoritários e passivo</i>	<u>499 252</u>	<u>429 097</u>

A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Demonstração dos resultados por natureza em 31 de Dezembro de 1999

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	41 915 360	39 730 153
Fornecimentos e serviços externos	12 455 525	12 358 727
Custos com o pessoal:		
Remunerações	11 769 984	10 440 915
Encargos sociais:		
Pensões	33 446	179 625
Outros	<u>3 038 108</u>	<u>2 760 150</u>
	14 841 538	13 380 690
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	4 720 049	4 962 926
Provisões	<u>325 051</u>	<u>410 053</u>
	5 045 100	5 372 979
Impostos	230 847	132 131
Outros custos e perdas operacionais	<u>160 838</u>	<u>201 149</u>
	391 685	333 280
(A)	74 649 208	71 175 829
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	20 106	21 580
Juros e custos similares:		
Outros	<u>4 248 078</u>	<u>3 582 728</u>
	4 268 184	3 604 308
(C)	78 917 392	74 780 137
Perdas relativas a empresas associadas	2 419	3 900
Custos e perdas extraordinários	<u>534 876</u>	<u>721 980</u>
(E)	79 454 687	75 506 017
Impostos sobre o rendimento do exercício	386 517	773 977
Impostos diferidos	<u>— 25 275</u>	<u>— 385 878</u>
(G)	79 815 929	75 894 116
Resultados dos interesses minoritários	19 462	12 968
Resultado líquido do período	<u>3 468 060</u>	<u>3 513 832</u>
	<u>83 303 451</u>	<u>79 420 916</u>

PROVEITOS E GANHOS

(Em milhares de escudos)

	1999	1998
Vendas de mercadorias e produtos	75 721 912	71 941 686
Prestações de serviços	341 778	343 565
Variação da produção	2 670 809	2 995 280
Trabalhos para a própria empresa	101 998	67 213
Proveitos suplementares	938 874	806 921
Subsídios à exploração	371 865	78 409
Outros proveitos e ganhos operacionais	148 983	180 526
(B)	80 296 219	76 413 600
Ganhos de participações de capital:		
Relativos a empresas associadas	1 373	1 773
Relativos a outras empresas	15	10
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplic. financeiras:		
Outros	14 800	17 280
Outros juros e proveitos similares:		
Outros	2 005 222	1 970 650
(D)	82 317 629	78 403 313
Proveitos e ganhos extraordinários	985 822	1 017 603
(F)	83 303 451	79 420 916
Resumo:		
Resultados operacionais (B)–(A) =	5 647 011	5 237 771
Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =	– 2 246 774	– 1 614 595
Resultados correntes (D)–(C) =	3 400 237	3 623 176
Resultados antes de impostos (F)–(E) =	3 848 784	3 914 889
Resultado consol. com interesses minorit. do exercício (F)–(G) =	3 487 522	3 526 800

A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Demonstração dos resultados por natureza em 31 de Dezembro de 1999

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de euros)

	1999	1998
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	209 073	198 173
Fornecimentos e serviços externos	62 128	61 645
Custos com o pessoal:		
Remunerações	58 708	52 079
Encargos sociais:		
Pensões	167	896
Outros	15 154	13 768
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	23 544	24 755
Provisões	1 621	2 045
Impostos	1 151	659
Outros custos e perdas operacionais	802	1 003
(A)	372 349	355 024
Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros	100	108
Juros e custos similares:		
Outros	21 189	17 871
(C)	393 638	373 002
Perdas relativas a empresas associadas	12	19
Custos e perdas extraordinários	2 688	3 601

(Em milhares de euros)

	1999	1998
(E)	396 318	376 622
Impostos sobre o rendimento do exercício	1 928	3 861
Impostos diferidos	— 126	— 1 925
(G)	398 120	378 558
Resultados dos interesses minoritários	97	65
Resultado líquido do período	17 299	17 527
	415 516	396 150

PROVEITOS E GANHOS

	1999	1998
Vendas de mercadorias e produtos	377 699	358 844
Prestações de serviços	1 705	1 714
	379 404	360 557
Variação da produção	13 322	14 940
Trabalhos para a própria empresa	509	335
Proveitos suplementares	4 683	4 025
Subsídios à exploração	1 855	391
Outros proveitos e ganhos operacionais	743	900
	7 281	5 316
(B)	400 516	381 149
Ganhos de participações de capital:		
Relativos a empresas associadas	7	9
Relativos a outras empresas	—	—
Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplic. financeiras:		
Outros	74	86
Outros juros e proveitos similares:		
Outros	10 002	9 830
	10 076	9 925
(D)	410 592	391 074
Proveitos e ganhos extraordinários	4 917	5 076
(F)	415 509	396 150
Resumo:		
Resultados operacionais (B)—(A) =	28 167	26 126
Resultados financeiros (D)—(C)—(A) =	— 11 207	— 8 054
Resultados correntes (D)—(C) =	16 960	18 072
Resultados antes de impostos (F)—(E) =	19 198	19 527
Resultado consol. com interesses minorit. do exercício (F)—(G) =	17 396	17 592

A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Demonstração dos resultados por funções em 31 de Dezembro de 1999

	Milhares de escudos		Milhares de euros	
	1999	1998	1999	1998
Vendas e prestações de serviços	76 063 690	72 285 251	379 404	360 557
Custo das vendas e prestações de serviços	54 629 873	52 359 753	272 493	261 169
Resultados brutos	21 433 817	19 925 498	106 911	99 388
Outros proveitos e ganhos operacionais	2 745 236	2 251 911	13 693	11 232
Custos de distribuição	10 052 064	9 232 560	50 139	46 052
Custos administrativos	5 018 449	4 368 307	25 032	21 789
Outros custos e perdas operacionais	2 630 382	1 994 468	13 120	9 948
Resultados operacionais	6 478 158	6 582 074	32 313	32 831

	Milhares de escudos		Milhares de euros	
	1999	1998	1999	1998
Custo líquido de financiamento	1 642 309	1 295 848	8 192	6 464
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	— 1 034 154	1 434 805	— 5 158	— 7 157
Ganhos (perdas) em outros investimentos	17 193	2 175	86	11
Resultados não usuais ou não frequentes	29 875	61 302	149	306
Resultados correntes	3 848 763	3 914 898	19 198	19 527
Imposto sobre os resultados correntes	361 242	388 099	1 802	1 936
Resultados correntes após impostos	3 487 522	3 526 799	17 396	17 592
Resultados de operações em descontinuação	—	—	—	—
Resultados extraordinários	—	—	—	—
Imposto sobre os resultados extraordinários	—	—	—	—
Resultados de alterações políticas contabilísticas	—	—	—	—
Interesses minoritários	— 19 462	— 12 968	— 97	— 65
Resultados líquidos	3 468 060	3 513 831	17 299	17 527
Resultados por acção	0,243	0,246	0,0012	0,0012

A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1999

	Milhares de escudos		Milhares de euros	
Actividades operacionais:				
Recebimentos de clientes	80 471 665		401 391	
Pagamentos a fornecedores	64 204 718		320 252	
Pagamentos ao pessoal	14 682 104		73 234	
Fluxo gerado pelas operações		1 584 843		7 905
Pagam./recebim. do imposto sobre o rendimento	— 445 913		— 2 224	
Outros recebim./pagam. relat.à activ. operacional	671 650		3 350	
Fluxos gerados antes das rubr. extraordinárias		1 810 580		9 031
Recebim. relacion. com rubr. extraordinárias	302 257		1 508	
Pagam. relacion. com rubr. extraordinárias	— 268 434	33 823	— 1 339	169
<i>Fluxos das activ. operacionais (1)</i>		<u>1 844 403</u>		<u>9 200</u>
Actividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	53 495		267	
Imobilizações corpóreas	323 952		1 616	
Imobilizações incorpóreas	—		—	
Subsídios de investimento	479 678		2 393	
Juros e proveitos similares	63 523		317	
Dividendos	28	920 676	—	4 592
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	205 000		1 023	
Imobilizações corpóreas	7 689 939		38 357	
Imobilizações Incorpóreas	283 185		1 413	
Aquisições de filiais	5 143 000	13 321 124	25 653	
<i>Fluxos das activ. de investimento (2)</i>		<u>— 12 400 448</u>		<u>66 445</u>
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	12 168 101		60 694	
Aumentos de capital, prest. suplementares e prémios de emissão	—		—	
Subsídios e doações	—		—	
Vendas de acções (quotas) próprias	—		—	
Cobertura de prejuízos	—		—	
Outros	—	12 168 101	—	60 694

	Milhares de escudos	Milhares de euros
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	—	—
Amortiz. de contratos de locação financeira	—	—
Juros e custos similares	1 548 414	7 723
Dividendos	858 000	4 280
Reduções de capital e prest. suplementares	—	—
Aquisição de acções (quotas) próprias	—	—
Outros	—	—
	<u>2 406 414</u>	<u>12 003</u>
<i>Fluxos das activ. de financiam. (3)</i>	<u>9 761 687</u>	<u>48 691</u>
Variação de caixa e seus equiv. (4) = (1)+(2)+(3)	<u>— 794 358</u>	<u>— 3 962</u>
Efeito das diferenças de câmbio	—	—
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 107 514	5 524
Caixa e seus equivalentes no fim do período	313 156	1 562

A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Anexo à demonstração consolidada dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 1999

(Valores expressos em milhares de escudos)

1 — Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:

Alíneas a), b) e c):

Rubrica	Preço total	Valor pago/recebido	Caixa e eq. de caixa existentes
Aquisições	2 177 930	5 143 000	47 577
Alienações	—	—	—

d) Quantias de outros activos e passivos adquiridos (alienados):

Rubrica	Aquisições	Alienações
Trespasse	—	—
Imobilizações	283 724	—
Existências	1 366 020	—
Dívidas a receber	1 318 769	—
Dívidas a pagar	1 770 945	—

2 — Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

Rubrica	1999	1998
Numerário	35 105	44 688
Depósitos bancários imediatam. disponíveis	274 996	1 034 285
Equivalentes a caixa	3 055	28 541
Caixa e seus equivalentes	313 156	1 107 514
Outras disponibilidades	—	—
Disponibilidades constantes do balanço ...	313 156	1 107 514

5 — Outras informações necessárias à compreensão da demonstração dos fluxos de caixa:

Aquisições de associadas e aumentos de participação em filiais e associadas efectuados durante o exercício:

Descrição	Valor total	Valor pago
Aquisição de particip. não consideradas como filiais	189 000	189 000
Aumentos de particip. em filiais e assoc.	128 926	128 926

A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 1999

Nota introdutória:

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., resultou da transformação da Corticeira Amorim, S. A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objecto é a gestão das participações do Grupo Amorim no sector da cortiça.

As empresas participadas directa e indirectamente pela Corticeira Amorim — SGPS, S. A., têm como actividade principal a fabricação, comercialização e distribuição de todos os produtos de cortiça.

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., é consolidada na Amorim Investimentos e Participações — SGPS, S. A., com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira) a qual detinha 52,42% do seu capital social em 31 de Dezembro de 1999 (idêntica percentagem a 31 de Dezembro de 1998).

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., é consolidada na Amorim Investimentos e Participações — SGPS, S. A., com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira) a qual detinha 52,42% do seu capital social em 31 de Dezembro de 1999 (idêntica percentagem a 31 de Dezembro de 1998).

As demonstrações financeiras consolidadas da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., foram elaboradas de acordo com:

- i) Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, que define os princípios contabilísticos e as normas de consolidação de contas em Portugal;
- ii) Directrizes contabilísticas emitidas pela Comissão de Normalização Contabilística;
- iii) Regulamentos publicados pela CMVM no exercício dos poderes de regulamentação definidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários;
- iv) Procedimentos de consolidação explicitados nas notas n.ºs 10 a 20 deste anexo.

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., elaborou as primeiras demonstrações financeiras consolidadas no exercício de 1991 pela aplicação das normas referidas na alínea i).

Por se tratar de um conjunto de empresas entre as quais já existia uma relação de Grupo antes da sua entrada em vigor, o cálculo da diferença de consolidação referente a essas empresas foi reportado a 1 de Janeiro de 1991 e relevado, conforme mencionado na nota n.º 10 deste anexo, no capital próprio, de acordo com as disposições no n.º 13.7 do referido diploma.

I — Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras:

1 — Empresas incluídas na consolidação:

As demonstrações financeiras consolidadas, considerando a Corticeira Amorim com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira), como empresa-mãe, incluem as empresas representadas na tabela a seguir, contabilizadas pelo método de consolidação integral e agrupadas, para apresentação, segundo o sector de actividade principal a que pertencem.

Sector de naturais:

Firma	Sede	Porcentagem de capital detido C.A. SGPS, S. A. (a)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1999 (b)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1998 (b)
Preparação, produção e comercialização:				
Amorim & Irmãos, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,0	24 342	21 576
Champcork — Rolhas de Champagne, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,0	2 757	2 414
Portocork Internacional, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,0	1 730	1 604
Vasconcelos & Lyncke, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,0	1 734	1 522
Raro — Indústria e Comercialização de Cortiça, S. A.	Vergada	100,0	1 654	1 639
Amorim Plus — Aglomerados de Cortiça, S. A.	Mozelos	100,0	1 832	1 634
Amorim & Irmãos II — Ind. e Comércio de Cortiça, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,0	1 626	1 496
Inter Champagne — Fáb. de Rolhas de Champagne, S. A.	Montijo	100,0	3 138	2 953
General Cork, S. A.	Montijo	100,0	1 122	1 147
Amorim & Irmãos — V, S. A. (iv)	Cadiz (Espanha)	100,0	1 134	120
Amorim & Irmãos — IV, S. A. (iv)	Alcântara (Espanha)	100,0	1 199	1 424
Manuel Pereira de Sousa & Filhos, L.da (i)	Paços de Brandão	100,0	2 029	—
Prataplás — Indústria de Plásticos, L.da (ii)	Lourosa	85,0	113	—
Distribuição:				
Cork Associates	Napa Valley (EUA)	100,0	1 594	1 033
Amorim France, S. A.	Bordéus (França)	100,0	1 716	981
Lusoliège, S. A. R. L.	Tours (França)	100,0	5	11
Korken Schiesser, GmbH	Viena (Áustria)	70,0	594	616
Amorim Cork Itália, Spa (iv)	S. P. di Seletto (Itália)	70,0	739	583
Vasconcelos & Lyncke Austrália Pty, Ltd.	Hindmarsh (Austrália)	100,0	879	594
Cork Producers, Suppliers & Co., Ltd.	Londres (Reino Unido)	100,0	38	90
Korken Graf, GmbH & Co. KG	Mainzer (Alemanha)	100,0	366	457
Portocork South África, Ltd.	Stellenbosch (África Sul)	100,0	263	278
Portocork América, Inc.	Napa Valley (EUA)	100,0	1 283	1 052
Hungarocork Amorim, RT	Budapeste (Hungria)	100,0	176	158
Fabrique Liège de Tabarka, S. A. (vi)	Tunis (Tunísia)	49,0	716	311
Cork International, S. A. R. L.	Tunis (Tunísia)	66,0	371	158
S. A. M. Clignet	Tinqueux (França)	100,0	172	159
S. A. Maison Pairot (iii)	Céret (França)	89,9	854	624
S. C. I. Friedland	Céret (França)	89,9	119	125
Amorim Argentina, S. A.	Gran Buenos Aires (Arg.)	100,0	1 995	1 138
Amorim Cork Austrália, Pty, Ltd. (iv)	Victoria (Austrália)	100,0	1 492	648
Indústria Corchera, S. A. (ii)	Santiago (Chile)	49,0	3 321	—
Carl Ed. Meyer Korken GmbH & Co. (v)	Delmenhorst (Alemanha)	100,0	214	—

(a) Directa e indirectamente.

(b) Exclui investimentos financeiros, expressos em milhares de contos, convertidos da moeda local para escudos à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.

(i) Empresa adquirida em 1999. Entrada para o perímetro de consolidação em 1 de Janeiro de 1999.

(ii) Empresa adquirida em 1999. Entrada para o perímetro de consolidação em 31 de Dezembro de 1999.

(iii) Empresas fusionadas. Entrada para o perímetro de consolidação em 31 de Dezembro de 1999:

A S. A. R. L. Pairot Inter Bouchons Champagne e a S. A. Peninsultège na S.A. Maison Pairot.

(iv) Alteração das designações sociais em 1999:

Corcho Sur Europa, SL para Amorim & Irmãos — V, S. A.
 Adrian Cano y Cia., S. A. para Amorim & Irmãos — IV, S. A.
 Intersuglien, Spa para Amorim Cork Itália, Spa.
 Cork & Seals, Pty Ltd. para Amorim Cork Austrália Pty Ltd.

(v) Empresa constituída em 1999.

(vi) Consolidada pelo método integral ao abrigo da alínea e) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91.

Sector de revestimentos:

Firma	Sede	Porcentagem de capital detido C. A. SGPS, S. A. (a)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1999 (b)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1998 (b)
Produção e comercialização:				
Amorim Revestimentos, S. A.	São Paio de Oleiros	100,0	14 797	14 218
Distribuição:				
Amorim (UK), Ltd.	Crawley (Inglaterra)	100,0	542	666
Amorim Flooring Denmark A/S (i)	Malov (Dinamarca)	100,0	346	264
Amorim Flooring (Switzerland) AG (i)	Zug (Suíça)	100,0	394	286
Amorim Sverige AB (i)	Helsingborg (Suécia)	100,0	166	134

Firma	Sede	Porcen- tagem de capital detido C. A. SGPS, S. A. (a)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1999 (b)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1998 (b)
Amorim Flooring Áustria GesmbH (i)	Viena (Áustria)	100,0	318	277
Amorim Benelux BV (i)	Tholen (Holanda)	52,0	1 130	991
Carl Ed. Meyer, GmbH & Co. (iii)	Delmenhorst (Alemanha)	100,0	2 346	2 346
Proli, S. A. R. L.	Lyon (França)	100,0	241	256
Amorim Ibérica Decoração, S. A.	Mozelos (Portugal)	100,0	1 565	1 395
Wicanders, S. A.	Barcelona (Espanha)	100,0	312	214
Infocork — Comércio e Serviços, L. ^{da}	Mozelos	100,0	218	186
Infocork USA, Inc (ii)	Trevor (EUA)	100,0	111	—
Amorim Revestimientos, S. A. (i) (ii) (iv)	Barcelona (Espanha)	100,0	628	—
Amorim Wood Suplies, GmbH (ii)	Delmenhorst (Alemanha)	100,0	14	—

(a) Directa e indirectamente.

(b) Exclui investimentos financeiros, expressos em milhares de contos, convertidos da moeda local para escudos à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.

(i) Alteração das designações sociais em 1999:

Wicanders Expanco para Amorim Flooring Denmark A/S.

Wicanders AG para Amorim Flooring (Svitzerland) AG.

Wicanders Svenska AB para Amorim Sverige AB.

Korkpartner Schiesser, GmbH para Amorim Flooring Áustria GesmbH que, por sua vez, integrou por fusão a Pelau Wien.

Kies Kurk, BV, para Amorim Benelux BV.

Corcheras Catalanas, S. A., para Amorim Revestimientos, S. A.

(ii) Incluídas pela primeira vez na consolidação a 1 de Janeiro de 1999.

(iii) Inclui as suas filiais a 100% — Worz e Wicanders, GmbH — estando esta última inactiva desde 1 de Janeiro de 1993.

(iv) No exercício anterior consolidou pelo método de equivalência patrimonial.

As empresas no exterior também distribuem, subsidiariamente, outros produtos de cortiça.

Sector de aglomerados:

Firma	Sede	Porcen- tagem de capital detido C. A. SGPS, S. A. (a)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1999 (b)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1998 (b)
Corticeira Amorim Indústria, S. A. (i)	Mozelos	100,0	7 511	6 550
Itexcork — Ind. de Transf. e Exportação de Cortiça, L. ^{da}	Vendas Novas	80,0	768	619
Corticeira Amorim Algarve, L. ^{da}	Silves	80,0	600	534
Amorim Industrial Solutions — Ind. C. e Bor. I, S. A. (iii)	Seixal	100,0	2 450	1 508
Amorim Industrial Solutions — Ind. C. e Bor. II, S. A. (iii)	Santa Marta de Corroios	100,0	2 093	1 763
CDM, NV Composite Damping Material	Overije (Bélgica)	50,0	269	190
Amorim Industrial Solutions, Inc	Trevor, Wisconsin (EUA)	100,0	3 149	2 616
Drauvil Europea, SL	Barcelona (Espanha)	100,0	499	—
Salco Industrial Corchera, S. L.	Badajós (Espanha)	100,0	—	—

Distribuição:

Amorim Isolamentos, S. A.	Mozelos	80,0	1 797	589
--------------------------------	---------------	------	-------	-----

(a) Directa e indirectamente.

(b) Exclui investimentos financeiros, expressos em milhares de contos, convertidos da moeda local para escudos à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro de 1999.

(i) Fabrica e comercializa também).

(ii) Empresa adquirida em 1999.

(iii) Alteração das designações sociais em 1999:

A Sociedade Corticeira Concorco, S. A., para Amorim Industrial Solutions — Indústria de Cortiça e Borracha I, S. A.

A Rubecork — Indústria de Cortiça e Borracha, S. A., para Amorim Industrial Solutions — Indústria de Cortiça e Borracha II, S. A. Posteriormente esta empresa foi fusionada na Corkbor — Investimentos e Participações, S. A., a qual alterou a sua designação social para Amorim Industrial Solutions — Indústria de Cortiça e Borracha II, S. A., embora em consolidação se tenha mantido a diferenciação entre as duas empresas.

A Badger Cork & Mfg Co. (GTS) para Amorim Industrial Solutions, Inc.

Prestação de serviços e detentoras de participações sociais:

Firma	Sede	Porcen- tagem de capital detido C. A. SGPS, S. A. (a)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1999 (b)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1998 (b)
Amorim Cork Internacional, S. A.	Funchal	100,0	5 160	5 161
Comatral — C. Marocaine de Transf. du Liège, S. A.	Skhirat (Marrocos)	99,2	1 245	1 493
Ginpar, S. A.	Skhirat (Marrocos)	99,8	9	8
Alcorex — Sociedade Técnica de Cortiças, L. ^{da}	Santa Maria de Lamas	100,0	220	387

Firma	Sede	Porcentagem de capital detido C. A., SGPS, S. A. (a)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1999 (b)	Activo líquido em 31 de Dezembro de 1998 (b)
OSI — Organização e Sistemas Informáticos, L. ^{da}	Mozelos	100,0	68	210
Ofequipa — Manutenção e Equip. Industriais, L. ^{da}	Santa Maria de Lamas	100,0	21	21
Irmorim Imobiliária, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,0	9	2
Amorona — Sociedade de Investimentos, S. A.	Funchal	100,0	8	270
Aplifin — Aplicações Financeiras, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,0	6	1
Amorim Cork, GmbH	Delmenhorst (Alemanha)	100,0	7	35
KHB Kork Handels Beteiligung GmbH	Delmenhorst (Alemanha)	100,0	2	2
Amorim Cork Distribution Netherlands, BV	Tholen (Holanda)	100,0	223	14
Labcork — Laboratório Central do Grupo Amorim, S. A.	Mozelos	100,0	90	88
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,0	651	12 782
Amorim & Irmãos Serviços, S. A.	Santa Maria de Lamas	100,0	217	19
Moraga — Comércio e Serviços, S. A.	Funchal	100,0	3	902
F. P. Cork	Nappa Valley (EUA)	100,0	25	—
Amorim Industrial Solutions— SGPS, S. A.	Mozelos	100,0	2	589
Amorim & Irmãos (Madeira) Inv. e Part. Fin., S. A. (i)	Madeira	100,0	2	—
Corkbor — Investimentos e Participações	Santa Maria de Corroios	100,0	3	1

(a) Directa e indirectamente.

(b) Exclui investimentos financeiros, expressos em milhares de contos, convertidos da moeda local para escudos à taxa de câmbio vigente em 31 de Dezembro.

(i) Empresa constituída em 1999.

Em relação a todas as empresas acima referidas, a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., detém direitos de voto pelo menos proporcionais à participação social indicada pelo que, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, está sujeita à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas.

2 — Empresas excluídas da consolidação:

Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, foram excluídas da consolidação as seguintes empresas nas quais a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., detém indirectamente a maioria dos direitos de voto ou preenche qualquer das outras condições mencionadas no n.º 1, do artigo 1.º, do referido diploma, mas de cuja omissão não resultam efeitos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas:

Firma	Sede	Porcentagem de capital detido C. A., SGPS, S. A. (a)	Custo de aquisição (contos)
Rarkork, S. A. (i) (ii)	S. F. de Guixoles (Espanha)	98,0	6 207
Amorim International Trading and Inv. (i) (ii)	Moscovo (Rússia)	100,0	2 500
VinAmor, Ltd. (i) (ii)	Sofia (Bulgária)	51,0	21 986
Moldamorim, S. A. (i) (ii)	Chisinau (Rep. Moldova)	55,0	924
I. M. M. — Ind. de Máquinas e Moldes, L. ^{da} (i) (ii)	Vergada, Mozelos	100,0	2 250
Amorim Belgium Natural Coverings, S. A. (i) (ii)	Asse-Mollem (Bélgica)	60,0	13 100
Soc. Agro-florest. Várzea da Cruz, L. ^{da} (i) (ii)	Mozelos	100,0	400
Amorim Florestal — Com. e Expl., S. A. (i) (ii)	Mozelos	100,0	5 000
Dom Korkowy, Ltd. (i) (ii)	Krakow Polska (Polónia)	50,0	25 380
Amorim Brasil — Ind. C. I. E. A. C.. Ltda (i) (ii) (iv)	São Paulo (Brasil)	100,0	8 215
Claracork Cortiça, S. A. (i) (ii)	Montijo	100,0	5 000
SC Amorim Impex, SRL (i) (ii)	Focsani (Roménia)	50,0	1 184
Amorim Cork Bulgária EOOD (i) (ii)	Parterre (Bulgária)	100,0	18 142
Amorim Florestal Espanha, S. A. (i) (ii) (iii)	Cádiz (Espanha)	100,0	60 200
Oy Wicanders AB (i) (ii) (v)	Helsínquia (Finlândia)	100,0	4 000
Wicanders AS (i) (ii) (v)	Oslo (Noruega)	100,0	3 000
Dello AB (i) (ii) (v)	Helsingborg (Suécia)	100,0	3 000
Praemium Cork Holdings, GmbH (i) (ii) (iii)	Viena (Áustria)	100,0	7 017
Auscork Holding, GmbH (i) (ii) (iii)	Viena (Áustria)	100,0	7 017
Amorim Japan Corporation (i) (ii) (iii)	Tóquio (Japão)	100,0	16 262
Plaver — Soc. Ind. Plásticos, L. ^{da} (i) (ii)	Mozelos	100,0	9 900

(a) Indirectamente.

(i) Não se encontram ainda disponíveis as demonstrações financeiras de 1999.

(ii) Empresa inactiva ou imaterial.

(iii) Empresa constituída em 1999.

(iv) Em 1998, a designação social era GTS — Indústria, Comércio e Exportação de Artefactos de Cortiça, Ltda.

(v) Em 1998 consolidaram pelo método integral.

Com excepção da Oy Wicanders AB, Wicanders AS, Wicanders, GmbH e Dello AB e das constituídas durante o exercício, as empresas acima referidas tinham sido excluídas da consolidação de 1998 por idênticos motivos (n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 238/91).

Os investimentos financeiros nas filiais excluídas da consolidação e acima referidas encontram-se relevados pelo custo de aquisição e são mostrados no activo consolidado na rubrica de partes de capital em empresas do grupo, contrariamente ao ocorrido em 1998, ano em que estavam apresentadas na rubrica de partes de capital em empresas associadas.

3 — Empresas associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

Foram incluídas as seguintes empresas associadas, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial de acordo com os princípios mencionados na nota n.º 18:

Firma	Sede	Porcentagem de capital detido C.A., SGPS, S. A. (a)	Custo de aquisição (contos)
Sopac — Sociedade Portuguesa de Cortiça, L. da	Montijo	50	125 212

(a) Indirectamente.

4 — Empresas associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:

Relativamente às empresas associadas consideradas materialmente irrelevantes no âmbito da Corticeira Amorim — SGPS, S. A. e por isso excluídas da consolidação, foram as seguintes:

Firma	Sede	Porcentagem de capital detido C.A., SGPS, S. A. (a)	Custo de aquisição (contos)
Victor Y Amorim, S. R. L. (i)	Logroño (Espanha)	20	947
Samorim, FI (i)	Kinel (Rússia)	50	160 873
Acousystem, S. A. R. L. (i) (ii)	St. Quentin-en-Yvelines (França)	50	84 845
CDM Itália, SRL (i) (ii)	Lissone (Itália)	35	11 020
Porotrack, NV (i) (ii)	(Bélgica)	33	40 176

(a) Indirectamente.

(i) Não se encontram disponíveis as contas relativas a 1999.

(ii) Percentagem ponderada pela participação de 50% na CDM, NV Composite Damping Material.

As empresas acima referidas tinham sido excluídas da consolidação de 1998 por idêntico motivo. A Samorim, FI foi também excluída da consolidação pelo facto de o respectivo sistema de informação não estar suficientemente desenvolvido e adaptado às necessidades da consolidação da Corticeira Amorim — SGPS, S. A.

5 — Empresas contabilizadas pelo método de consolidação proporcional:

Não foram contabilizadas empresas pelo método de consolidação proporcional em 1998 e 1999.

6 — Empresas participadas:

Em 31 de Dezembro de 1999 e 31 de Dezembro de 1998 não existiam empresas materialmente relevantes nas quais a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., detivesse uma participação igual ou superior a 10%, directa ou indirectamente.

7 — Número de trabalhadores:

O número médio de trabalhadores durante o ano de 1999 foi de 3925 (em 1998 foi de 3862).

II — Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada:

8 — Aplicação das normas de consolidação:

As normas de consolidação definidas no Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, foram aplicadas na íntegra na consolidação da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., com excepção do disposto na alínea g1) do n.º 13.4.1 (período de amortização das diferenças de consolidação positivas originadas por aquisições de empresas posteriores a 1 de Janeiro de 1991) e n.º 13.4.3 (impostos diferidos) do referido diploma.

É nossa convicção que as normas e procedimentos utilizados são suficientes e adequados para dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

9 — Razões e efeitos da não aplicação das normas de consolidação:

Conforme mencionado na nota anterior, foi derogado o critério que define o período de amortização das diferenças de consolidação positivas originadas por aquisições de empresas posteriores a 1 de Janeiro de 1991.

No período de 1991 a 1998, foi entendimento da administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., que a recuperação total do investimento efectuado na aquisição de empresas seria atingida ao fim de 10 anos, pelo que a amortização das diferenças de consolidação que provinham de aquisições posteriores a 1 de Janeiro de 1991, foi calculada segundo o método das quotas constantes, iniciando-se a amortização no semestre seguinte ao da aquisição da empresa.

Face à alteração radical que as taxas de juro sofreram nos últimos anos, com uma progressiva mas significativa redução, a administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., decidiu que, a partir de 1999, a amortização de todos os valores registados em diferenças de consolidação passassem a ser amortizados em 15 anos, período condizente com as taxas de juro de 5%-7% usadas nos modelos de avaliação interna.

Se tivesse sido utilizado o período definido na alínea g1) do n.º 13.4.1 das normas de consolidação (cinco anos), o resultado consolidado líquido e o activo líquido consolidado viriam diminuídos em 1 325 000 contos e 3 806 000 contos, respectivamente (1998: 1 077 000 contos e 2 756 000 contos, respectivamente).

Em relação ao cálculo dos impostos diferidos considerou-se, de forma consistente com os anos anteriores, que o balanço consolidado e a demonstração consolidada dos resultados deveriam incluir a diferença que aparecer, quando da consolidação, entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte, para uma empresa consolidada, um encargo efectivo ou um proveito recuperável num futuro possível, neste caso apenas quando a administração entende haver um elevado grau de possibilidade de realização desse proveito.

Se tivesse sido utilizado o princípio definido no n.º 13.4.3 das normas de consolidação (não consideração do proveito recuperável), o activo líquido consolidado veria diminuído o seu valor em 536 271 contos.

III — Informações relativas aos procedimentos de consolidação:

10 — Diferenças de consolidação e interesses minoritários:

Diferenças de consolidação:

A diferença de consolidação, resultante da aquisição de participações em empresas filiais e associadas, é definida como a diferença entre o custo de aquisição da participação e a proporção detida nos capitais próprios contabilísticos da empresa adquirida.

Em relação às empresas filiais e na data de aquisição da participação (1 de Janeiro de 1991 para as empresas já anteriormente integradas na Corticeira Amorim — SGPS, S. A.), o desvio de aquisição referido no parágrafo anterior é compensado pela diferença entre os valores contabilísticos dos terrenos e edifícios e os correspondentes valores de mercado, obtidos por avaliação independente.

As diferenças para os valores contabilísticos originais e os efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas motivados por esta avaliação independente, são as seguintes:

(Em milhares de contos)		
Descrição	1999	1998
Terrenos	2 961	2 929
Edifícios (a)	1 812	1 950
Investimentos em imóveis (a)	107	110
Capital próprio (c)	4 880	4 989
Amortizações do exercício (b)	288	368

(a) Líquido de amortizações acumuladas.

(b) Provenientes da amortização, a uma taxa de 4%-4,5%, da diferença entre o valor bruto avaliado e o valor bruto contabilístico dos edifícios.

(c) Se a diferença referida fosse contabilizada nos capitais próprios.

Qualquer remanescente que ainda subsista após aquela compensação é inscrito no balanço consolidado na rubrica de diferenças de consolidação no activo se for positivo e na rubrica de diferenças de consolidação no capital próprio se for negativo, excepto para as diferenças de consolidação positivas referentes a empresas existentes antes de 1 de Janeiro de 1991 que foram registadas na rubrica de diferenças de consolidação no capital próprio e para as diferenças de consolidação negativas referentes a empresas adquiridas após 1 de Janeiro de 1991 que foram registadas na rubrica de acréscimos e diferimentos — diferenças de consolidação negativas, no passivo, apenas nos casos em que, à data de aquisição, se entende que os valores considerados correspondem a expectativas de prejuízos futuros.

Em relação às empresas associadas existentes antes de 1 de Janeiro de 1991, a diferença de consolidação resultante foi registada no balanço consolidado na rubrica de ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas, sendo que para as adquiridas depois daquela data o tratamento dado à diferença de consolidação foi idêntico ao das empresas filiais.

O valor de 85 128 contos apresentado nesta rubrica de balanço consolidado, em 1998, referente à filial Hungarocork Amorim RT, foi transferido para a rubrica de diferenças de consolidação, igualmente incluída no capital próprio, em virtude de a empresa ser actualmente detida a 100% (passagem de empresa associada para filial).

A rubrica de diferenças de consolidação é analisada como segue:

Diferenças de consolidação referentes a empresas filiais:

(Em milhares de contos)		
	Activo	Capital próprio
Existentes antes de 1 de Janeiro de 1991	—	5 354
Relativas ao ano de 1991	235	—
Relativas ao ano de 1992	506	—
Relativas ao ano de 1993	91	—
Relativas ao ano de 1994	2 978	—
Relativas ao ano de 1995	145	—
Relativas ao ano de 1996	1 292	—
Relativas ao ano de 1997	1 150	—
Relativas ao ano de 1998	3 349	—
Relativas ao ano de 1999	1 068	—
	10 866	5 354

Conforme referido na nota n.º 9, as diferenças de consolidação inscritas no activo consolidado foram amortizadas, até 1998, em 10 anos e, a partir de 1999, em 15 anos, segundo o método das quotas constantes, com início no semestre seguinte ao da aquisição da empresa, pelo que por esse motivo no exercício de 1999 foi contabilizado na rubrica de amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo da demonstração consolidada dos resultados o montante de 730 000 contos (1998: 1 077 000 contos).

As diferenças de consolidação a amortizar nos exercícios seguintes apresentam-se no balanço consolidado (líquidas de amortizações acumuladas de 3 412 000 contos, 1998: 2 938 000 contos) pelo valor de 7 454 000 contos (1998: 7 103 000 contos).

Interesses minoritários:

Os valores atribuíveis às partes dos capitais próprios contabilísticos (corrigidos quando aplicável pela avaliação dos referidos activos descrita anteriormente) nas empresas filiais integradas na consolidação e detidas por terceiros que não sejam as empresas nela incluídas, foram inscritos no balanço consolidado na rubrica de interesses minoritários.

Relativamente aos resultados (corrigidos sempre que necessários por ajustamentos de homogeneização de critérios valorimétricos) atribuíveis às partes detidas por terceiros, que não sejam as empresas compreendidas na consolidação, nos capitais próprios das empresas filiais, foram apresentados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de resultados dos interesses minoritários, a deduzir ao resultado do Grupo.

A rubrica de interesses minoritários, incluída no balanço consolidado é analisada como segue (em milhares de contos):

Situação inicial	460
Aumentos	833
Diminuições	59
Situação final	1 234

O aumento dos interesses minoritários, deve-se à parte proporcional atribuível a terceiros dos resultados do exercício das empresas em que o Grupo não detém a totalidade do capital (19 000 contos) e à parte proporcional atribuída a terceiros nas subsidiárias adquiridas ou constituídas durante o exercício (814 000 contos).

A diminuição refere-se à aquisição do remanescente do capital numa subsidiária.

11 — Aplicação consistente dos métodos e procedimentos utilizados na consolidação:

Os métodos e procedimentos utilizados na consolidação do presente exercício foram aplicados de forma consistente com os exercícios anteriores.

12 — Eliminação de saldos, transacções e resultados entre empresas incluídas na consolidação:

Foram eliminados todos os saldos, transacções e resultados materialmente relevantes provenientes de operações efectuadas entre as empresas compreendidas na consolidação, de forma a que os activos, os passivos, os capitais próprios, os custos e perdas e os proveitos e ganhos sejam apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas como se se tratasse de uma única empresa.

13 — Data de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos e os passivos, os custos e perdas e os proveitos e ganhos da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., e das empresas filiais mencionadas na nota n.º 1, bem como a participação proporcional no resultado da empresa associada referida na nota n.º 3, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999, data das demonstrações financeiras da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., e de todas as suas filiais e associadas incluídas na consolidação.

14 — Efeito provocado pelas alterações em 1999 na composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação:

A variação no perímetro de consolidação teve os seguintes efeitos nas contas consolidadas (em milhares de contos):

Imobilizado bruto	1 626
Amortizações acumuladas	627
Existências	1 658
Clientes	1 192
Endividamento bancário	517
Fornecedores	342
Vendas	—
Fornecimentos e serviços externos	—
Diferença de consolidação (activo)	902

15 — Uniformidade e consistência nos critérios de valorimetria utilizados nas empresas filiais:

Para todos os elementos do activo, do passivo e dos capitais próprios das empresas filiais incluídas na consolidação, foram utilizados os mesmos critérios de valorimetria fixados para a consolidação, os

quais se encontram mencionados na nota n.º 23 aplicados de forma consistente com os exercícios anteriores. Sempre que algum dos critérios adiante mencionados não tenha sido seguido pelas empresas filiais, os elementos do activo ou do passivo afectados foram ajustados de acordo com os critérios da consolidação, excepto nos casos em que os efeitos sejam materialmente irrelevantes.

16 — Ajustamentos excepcionais ao valor dos activos:

Não foram efectuados ajustamentos excepcionais ao valor dos activos exclusivamente para fins fiscais e de atribuição de subsídios por entidades governamentais que não tenham sido eliminados da consolidação.

17 — Motivos para amortização das diferenças de consolidação por um período superior a cinco anos:

Conforme mencionado na nota n.º 9, as diferenças de consolidação positivas resultantes de aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1991, foram amortizadas em 10 anos até 1998, passando a usar-se o período de 15 anos a partir de 1999. Os efeitos: no activo líquido e no resultado líquido consolidado do exercício, decorrentes desta alteração, ascendem a 365 000 contos.

Nas diversas aquisições efectuadas, o Grupo Amorim tem actualizado os *cash-flows* esperados a taxas de capitalização entre 5% e 7%, índices que pensa reflectirem de forma adequada as expectativas do Grupo na recuperação destes investimentos.

18 — Contabilização das participações em associadas:

O investimento financeiro representado por partes de capital na empresa associada mencionada na nota n.º 3, foi registado na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, tendo a participação financeira sido inscrita no balanço consolidado pelo montante correspondente à proporção detida indirectamente pela Corticeira Amorim — SGPS, S. A., nos capitais próprios da empresa associada à data de aquisição (sendo a diferença para o custo de aquisição registada na rubrica de diferenças de consolidação do activo) e ajustada

pela proporção da variação nos capitais próprios e no resultado do exercício daquela empresa.

Os investimentos financeiros relativos a partes de capital em empresas associadas referidas na nota n.º 4, estão contabilizados pelo custo de aquisição. Conforme se constata nas notas n.ºs 4 e 19, o efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da não inclusão destas empresas pelo método da equivalência patrimonial é imaterial.

19 — Efeito da não aplicação do método da equivalência patrimonial:

Em relação às empresas associadas consideradas materialmente irrelevantes no âmbito da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., e por isso excluídas da consolidação conforme indicado na nota n.º 4, as diferenças entre o custo de aquisição e o montante correspondente à proporção dos capitais próprios representados por essa participação não se encontram apuradas devido a não estarem disponíveis as contas daquelas empresas relativas ao exercício de 1999.

20 — Uniformidade nos critérios de valorimetria utilizados nas empresas associadas:

Todos os elementos do activo ou do passivo das empresas associadas foram valorizados segundo critérios idênticos aos utilizados na consolidação, os quais se encontram mencionados na nota n.º 23.

IV — Informações relativas a compromissos:

21 — Compromissos financeiros não evidenciados no balanço consolidado:

Não existem compromissos financeiros que não estejam evidenciados no balanço consolidado.

22 — Responsabilidades por garantias prestadas:

As responsabilidades por garantias prestadas existentes em 31 de Dezembro de 1999 das empresas incluídas na consolidação eram as seguintes:

(Em contos)

Beneficiário	Valor	Motivo
IAPMEI/DGI/ICEP/IPQ	744 817	Projectos de investimento.
DGCI/fazenda pública	979 318	Processos judiciais relativos a impostos.
Terceiros diversos	20 890 762	Garantias prestadas por CA, SGPS, S. A., a favor de subsidiárias.
Diversos	747 734	Garantias diversas.

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., em relação às empresas que domina totalmente, assume, relativamente a essas sociedades, as responsabilidades previstas no código das sociedades comerciais. As garantias prestadas pela própria Corticeira Amorim — SGPS, S. A., às empresas filiais encontram-se descritas na nota n.º 32 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados sociais.

Em exercícios anteriores, algumas empresas industriais contabilizaram cerca de 450 000 contos relativos a subsídios para acções de formação profissional realizadas em, 1986-1987. Existe um processo judicial, movido pelo Estado, contra essas empresas no qual se questiona a adequação das acções realizadas aos pressupostos que lhes estavam subjacentes. Não foi constituída qualquer provisão com este fim, por se considerar que o desfecho desta situação não implicará custos significativos para as empresas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., e das filiais com sede em Portugal, estão sujeitas a revisão e possibilidades de correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 1994 a 1999 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

A administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., e das empresas filiais entende que as correcções resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 1999.

V — Informações relativas a políticas contabilísticas:

23 — Políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas seguidas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) *Custo histórico*. — As contas consolidadas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico com excepção das imobi-

lizações corpóreas que incluem as sucessivas reavaliações legais até 31 de Dezembro de 1990, conforme mencionado na nota n.º 41, e dos terrenos e edifícios avaliados a preços de mercado conforme referido na nota n.º 10.

b) *Transacções e saldos em moeda estrangeira*. — Nas filiais cuja moeda funcional é o escudo, as transacções em moeda estrangeira são convertidas para escudos aos câmbios oficiais vigentes à data da operação. Em duas das filiais, a conversão é feita ao câmbio do primeiro dia útil do mês, não se considerando que desta prática resultem variações materiais ao critério estabelecido.

As diferenças de câmbio realizadas no exercício, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor no final do exercício anterior ou na data das transacções e aquelas em vigor na data dos recebimentos ou pagamentos, bem como as potenciais apuradas pela actualização para escudos de todos os valores activos e passivos expressos em moeda estrangeira existentes à data do balanço por referência às paridades vigentes nessa data e indicadas na nota n.º 24, integram os resultados correntes do exercício, sendo mostradas nas rubricas de diferenças de câmbio nos resultados financeiros (nota n.º 44), excepto as que se relacionam com o financiamento de imobilizações corpóreas enquanto em curso, as quais são diferidas, quando entendido como pertinente, para posterior amortização ao longo da vida útil estimada dos bens adquiridos.

Nos casos em que os saldos no fim do exercício estão abrangidos por contratos de compra a prazo de moeda estrangeira, a taxa de câmbio definida nesses contratos é utilizada para converter as suas componentes em escudos.

c) *Reconhecimento de custos e proveitos*. — Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os subsídios obtidos para aquisição de imobilizado corpóreo são contabilizados apenas no momento do seu recebimento e diferidos no balanço na rubrica de acréscimos e diferimentos — proveitos diferidos, no passivo, sendo posteriormente reconhecidos como proveitos extraordinários ao longo da vida útil dos bens adquiridos de forma proporcional às amortizações registadas.

Os subsídios destinados à exploração são contabilizados com proveito aquando da respectiva autorização pela entidade competente.

d) Imobilizado corpóreo. — Os bens do activo imobilizado corpóreo são originalmente registados ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção, incluindo, quando pertinente, os encargos financeiros que lhes tenham sido atribuídos durante o respectivo período de construção ou instalação e que são capitalizados até ao momento de entrada em funcionamento do respectivo bem, sendo estes valores e as respectivas amortizações acumuladas, reavaliados pela aplicação dos coeficientes técnicos definidos pela legislação fiscal portuguesa, conforme referido na nota n.º 41.

Relativamente aos terrenos e edifícios das empresas filiais foi efectuada, com referência a 1 de Janeiro de 1991, para as empresas já anteriormente integradas na Corticeira Amorim — SGPS, S. A., e na data de aquisição para as adquiridas posteriormente, uma avaliação a preços de mercado, por técnicos independentes. A diferença, nessa data, entre os valores contabilísticos reavaliados pela aplicação das normas fiscais portuguesas e os correspondentes valores de mercado, encontra-se a deduzir à diferença de consolidação, conforme referido e quantificado na nota n.º 10.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas permitidas pela legislação fiscal e definidas na portaria n.º 737/81, de 29 de Agosto, e no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, consoante os bens tenham sido adquiridos até 31 de Dezembro de 1988 ou posteriormente, aplicadas sobre os valores reavaliados ou, no caso dos edifícios, sobre os valores resultantes da avaliação independente, de acordo com os seguintes períodos, que reflectem satisfatoriamente a respectiva vida útil esperada:

	Número de anos
Edifícios	20 a 50
Equipamento básico	6 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	4 a 8

O processo de depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento.

e) Existências. — As existências encontram-se valorizadas pelo menor dos valores de aquisição ou produção e de mercado. O custo de aquisição engloba o respectivo preço de compra adicionado dos gastos suportados directa e indirectamente para colocar o bem no seu estado actual e no local de armazenagem. Sempre que o preço de mercado é inferior ao custo de aquisição ou de produção, essa diferença é expressa pela provisão para depreciação de existências, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram.

As quantidades existentes no final, do ano foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

As saídas e existências de matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao custo médio de aquisição e as de produtos acabados e em curso ao custo médio de produção que inclui os custos directos e indirectos de fabrico, incorridos nas próprias produções.

f) Provisões para cobranças duvidosas e outros riscos e encargos. — São calculadas de acordo com os valores considerados efectivamente necessários, em função dos riscos potenciais de cobrança identificados no final do exercício ou para fazer face a perdas estimadas ou a situações a que estejam associados riscos ou incerteza.

Sempre que os riscos de incobrabilidade ou as perdas estimadas estejam relacionados com actividades, operações ou situações que, embora reconhecidos no exercício, são devidos a factos não directamente ligados à exploração corrente, as provisões constituídas são relevadas na rubrica de aumentos de amortizações e provisões, incluída nos resultados extraordinários (nota n.º 45).

g) Imposto sobre o rendimento e impostos diferidos. — O imposto sobre o rendimento apresentado na demonstração consolidada dos resultados no montante de 387 000 contos (1998: 774 000 contos), é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando para efeitos fiscais cada uma das filiais isoladamente ou os grupos de consolidação fiscal quando existentes, apenas no caso das empresas Amorim Isolamentos, S. A., Itexcork, L.^{da}, e Corticeira Amorim Algarve, L.^{da}.

Reconhece-se, ao nível do balanço consolidado e da demonstração dos resultados consolidados, a diferença que aparecer resultante da consolidação, entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar para o conjunto das empresas referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte, para uma empresa consolidada, um encargo efectivo ou um proveito recuperável num futuro previsível, conforme mencionado na nota n.º 38.

24 — Cotações utilizadas para conversão em escudos das demonstrações financeiras originariamente expressas em moeda estrangeira:

Os valores activos e passivos existentes nas filiais estrangeiras em 31 de Dezembro foram convertidos para escudos com base nas taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 1999.

As rubricas do capital próprio das filiais e associadas estrangeiras existentes antes de 1 de Janeiro de 1991 foram convertidas para escudos com base nas taxas de câmbio à data de 31 de Dezembro de 1990, tendo sido utilizado para as adquiridas posteriormente a taxa de câmbio na data de aquisição.

Os valores constantes da demonstração dos resultados das filiais e a proporção nos resultados das empresas associadas estrangeiras foram convertidos em escudos pela aplicação das taxas médias de câmbio do ano de 1999.

A diferença encontrada pela aplicação aos diferentes valores das demonstrações financeiras das filiais estrangeiras, das diversas taxas de câmbio acima enunciadas foi levada à conta de diferença de conversão cambial apresentada no capital próprio.

As cotações utilizadas para conversão em escudos dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas originalmente expressos em moeda estrangeira foram (valores em escudos por divisa):

Divisa	Taxa de câmbio no fim do ano		Taxa de câmbio média	
	1999	1998	1999	1998
ATS	14,5696	14,5697	14,5696	14,56
USD	199,564	171,83	188,050	180,26
FRF	30,5633	30,5633	30,5633	30,55
DEM	102,505	102,505	102,505	102,43
GBP	322,474	284,19	304,309	298,57
DKK	26,9346	26,92	26,9624	26,89
CHF	124,903	124,69	125,260	124,32
FIM	33,7187	33,7187	33,7187	33,71
NOK	24,8229	22,60	24,1203	23,87
SEK	23,4140	21,13	22,7593	22,68
MAD	19,8921	18,55736	19,2154	18,80529
BEF	4,96982	4,96982	4,96982	4,9652
ITL	0,10354	0,103540	0,10354	0,10377
NLG	90,9748	90,9748	90,9748	90,87
ESP	1,20492	1,20492	1,20492	1,2064
JPY	1,95154	1,5097	1,65116	1,3808

Divisa	Taxa de câmbio no fim do ano		Taxa de câmbio média	
	1999	1998	1999	1998
CAD	137,241	111,00	126,517	121,83
ZAR	32,4195	29,27	30,7531	32,87
AUD	129,997	105,56	121,280	113,55
IEP	254,560	254,560	254,560	265,55
TND	158,560	157,4977	158,786	158,7634
GRD	0,60697	0,6081	0,61546	0,6103
HUF	0,79023	0,796099	0,79262	0,840647
ARS	199,598	171,6668	188,095	180,2113
PLN	48,2079	—	47,4428	—
BRL	111,646	—	103,662	—
LUF	4,96982	—	4,96982	—

VI — Informações relativas a determinadas rubricas:

25 — Despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento:

As despesas de instalação referem-se essencialmente a custos com constituição e de transformação das sociedades e a aumentos de capital que foram capitalizados e amortizados em três anos pelo método das quotas constantes.

O movimento nesta rubrica, durante o ano de 1999, foi o seguinte:

(Em contos)					
Descrição	Saldo inicial (liq. de amort. acumuladas)	Aumentos de valor bruto	Reduções por amortizações do exercício	Abates e outros ajustam.	Saldo final (liq. de amort. acumuladas)
Despesas de investigação e desenvolvimento	145 317	135 418	122 984	16 881	174 632

26 — Amortização de trespases para além de cinco anos:

A amortização de trespase é feita por um período entre cinco anos e 15 anos e corresponde ao período reconhecido como necessário para recuperar o valor investido na aquisição do aviamento por parte de subsidiárias alemãs, francesas e dos Estados Unidos. O valor acumulado da amortização atingiu o valor de 64 000 contos.

27 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado:

O movimento ocorrido durante 1999 nas imobilizações incorpóreas, corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões foi o seguinte:

Activo bruto:

(Em contos)						
Rubricas	Saldo inicial	Reaval./ ajustam.	Aumentos	Alienações	Transf. e abates/ regulariz.	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	284 848	—	10 491	—	— 57 990	237 348
Despesas de investig. e desenvolvimento	1 471 953	—	135 418	—	— 453 762	1 153 609
Propriedade industrial e outros direitos	242 812	—	25 160	—	— 11 867	256 105
Trespases	256 567	—	97 648	—	— 3 344	350 872
Imobilizações em curso	139 264	—	16 019	—	— 75 309	79 974
Adiantam. por conta de imobiliz. incorpóreas	—	—	550	—	—	550
Diferenças de consolidação	10 041 581	—	1 067 619	—	— 243 632	10 865 568
	<u>12 437 025</u>	<u>—</u>	<u>1 352 905</u>	<u>—</u>	<u>— 107 921</u>	<u>12 944 026</u>
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e outros recursos naturais	4 878 064	—	347 910	—	15 274	5 241 247
Edifícios e outras construções	23 586 783	—	1 222 021	101 301	116 751	24 824 255
Equipamento básico	28 586 871	—	2 366 194	199 764	1 288 847	32 042 148
Equipamento de transporte	2 498 994	—	386 940	323 943	— 589	2 561 403
Ferramentas e utensílios	362 132	—	66 167	106	— 3 135	431 328
Equipamento administrativo	2 637 560	—	717 415	35 485	148 513	3 468 002
Taras e vasilhame	89 822	—	14 022	—	11 977	115 821
Outras imobilizações corpóreas	490 773	—	92 695	16 359	20 561	587 669
Imobilizações em curso	2 321 541	—	3 709 328	11 674	— 1 248 122	4 762 073
Adiantam. por conta de imobiliz. corpóreas	224 770	—	334 761	11 574	— 346 702	201 254
	<u>65 668 310</u>	<u>—</u>	<u>9 257 452</u>	<u>700 206</u>	<u>9 644</u>	<u>74 235 200</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	—	—	134 296	—	381 194	515 490
Empréstimos a empresas do grupo	—	—	—	—	43 465	43 465
Partes de capital em empresas associadas	443 698	—	10 359	—	— 199 824	120 173

(Em contos)

	Saldo inicial	Reaval./ajustam.	Aumentos	Alienações	Transf. e abates/regulariz.	Saldo final
Empréstimos a empresas associadas	230 494	—	459 695	—	—	230 494
Títulos e outras aplicações financeiras	696 337	—	57 882	60 495	14 266	707 990
Outros empréstimos concedidos	50 587	—	—	—	—	50 587
Imobilizações em curso	65 200	—	—	—	—	64 685
Adiantam. por conta de investim. financeiro	5 076	—	—	—	—	5 076
	1 491 392	—	662 232	60 495	—	1 066 665
						1 986 464

A coluna de aumentos reflecte também os valores provenientes das empresas adquiridas durante 1999.

A coluna de alienações reflecte igualmente os valores relativos a empresas alienadas durante o exercício.

A coluna de regularizações reflecte também os valores referentes a empresas em relação às quais se tenha alterado o método de consolidação, bem como o efeito da utilização de diferentes taxas de câmbio utilizadas durante este exercício e os anteriores na conversão para escudos dos elementos do activo imobilizado das empresas filiais externas.

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	256 504	20 735	— 61 801	215 438
Despesas de investigação e desenvolvimento	1 326 636	122 984	— 470 643	978 977
Propriedade industrial e outros direitos	109 473	18 779	— 9 625	118 634
Trespases	33 301	22 043	— 9 030	64 374
Diferenças de consolidação	2 938 497	734 369	— 260 856	3 412 009
	4 664 411	918 910	— 793 889	4 789 432
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e outros recursos naturais	—	—	—	—
Edifícios e outras construções	14 489 883	1 115 380	106 169	15 802 556
Equipamento básico	20 821 255	2 264 673	— 592 163	23 153 425
Equipamento de transporte	1 687 319	423 682	251 447	1 778 401
Ferramentas e utensílios	287 638	75 182	— 7 613	330 773
Equipamento administrativo	2 067 354	416 822	— 124 890	2 463 244
Taras e vasilhame	33 451	28 764	—	52 704
Outras imobilizações corpóreas	334 533	81 777	— 49 061	421 539
	39 721 433	4 406 281	— 919 005	44 002 642
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	210 379	8 576	— 14 641	204 314
Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
	210 379	8 576	— 14 641	204 314

A coluna de reforço reflecte também os valores provenientes das empresas adquiridas durante 1999.

A coluna de regularizações reflecte também os valores referentes à saída de empresas do perímetro de consolidação (alienações ou mudança de método de consolidação) e reflecte ainda os valores relativos, a empresas em relação às quais se tenha alterado o método de consolidação, bem como o efeito da utilização de diferentes taxas de câmbio utilizadas durante este exercício e os anteriores na conversão para escudos dos elementos do activo imobilizado das empresas filiais externas.

28 — Custos financeiros capitalizados no exercício:

Não foram capitalizados no exercício e no ano anterior quaisquer custos respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações.

O total de custos financeiros que foram capitalizados nas rubricas do imobilizado corpóreo no período de 1991 a 1999 ascendeu a 244 205 contos.

29 — Amortizações e provisões extraordinárias feitas exclusivamente para fins sociais.

30 — Diferenças entre os custos de elementos do activo circulante e os respectivos preços de mercado:

Não se considera existirem diferenças materialmente relevantes entre o valor contabilístico e o valor de mercado (substituição) dos elementos que integram o activo circulante.

31 — Atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado:

Não existem circunstâncias especiais que justifiquem a atribuição a elementos do activo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo ou do mercado.

32 — Provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante:

Durante 1999, não foram criadas provisões extraordinárias respeitantes a elementos do activo circulante.

33 — Dívidas a terceiros vencíveis a mais de cinco anos:

As dívidas a terceiros a mais de cinco anos montam a 3 000 000 de contos e referem-se a empréstimos obtidos.

34 — Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais:

Em 31 de Dezembro de 1999, havia dívidas a terceiros apresentadas no passivo consolidado e que se encontrassem cobertas por garantias reais no valor de 307 515 contos.

35 — Diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas:

Não existem diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

36 — Vendas líquidas consolidadas:

As vendas líquidas são as prestações de serviços consolidadas distribuíram-se da seguinte forma:

(Em contos)		
Descrição	1999	1998
Mercado interno	9 167 000	7 824 000
Mercado externo	66 896 690	64 461 251
	76 063 690	72 285 251

37 — Efeitos no resultado consolidado de critérios valorimétricos utilizados com vista a obter vantagens fiscais:

Não foram utilizados critérios de valorimetria não previstos no Plano Oficial de Contabilidade e não foram constituídas amortizações ou provisões extraordinárias com vista a obter vantagens fiscais.

38 — Impostos diferidos:

A diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios está reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de impostos diferidos, de acordo com os princípios definidos na nota n.º 9 e alínea g) da nota n.º 23, e ascende a — 25 000 contos (1998: — 386 contos). O efeito no balanço consolidado provocado por esta diferença ascende no activo a 536 000 contos (1998: 469 000 contos) e no passivo a 429 000 contos (1998: 377 000 contos), conforme mostrado nas respectivas rubricas.

39 — Remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Corticeira Amorim — SGPS, S. A.:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., pelo desem-

penho das respectivas funções nesta e nas suas empresas filiais foram as seguintes:

(Em contos)		
Descrição	1999	1998
Conselho de administração	46 900	28 000
Fiscal único	47 000	44 600

Não existem compromissos surgidos ou contraídos em matéria de pensões de reforma referentes aos antigos membros daqueles órgãos.

40 — Adiantamentos e empréstimos concedidos aos membros dos órgãos sociais da Corticeira Amorim — SPGS, S. A.:

Não foram concedidos, durante o exercício, adiantamentos, ou empréstimos aos membros de cada um dos órgãos de administração ou de fiscalização da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., por esta ou por uma empresa filial nem foram assumidos compromissos por conta daqueles por meio de garantia de qualquer espécie.

41 — Diplomas legais em que se baseou a reavaliação do imobilizado corpóreo:

O imobilizado corpóreo adquirido até 31 de Dezembro de 1989 pelas empresas filiais incluídas na consolidação com sede em Portugal foi reavaliado, conforme aplicável, em 1978 (Decreto-Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro), 1982 (Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho), 1984 (Decreto-Lei n.º 399-G/84), 1986 (Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio), 1988 (Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril) e 1990 (Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro).

O imobilizado corpóreo adquirido posteriormente a 1 de Janeiro de 1990 não foi objecto de qualquer reavaliação para efeito das demonstrações financeiras consolidadas. Conforme referido na alínea d) da nota n.º 23, os terrenos e edifícios das empresas filiais existentes ou adquiridas após 1 de Janeiro de 1991 foram avaliados por técnicos independentes.

O efeito encontra-se referido e quantificado na nota n.º 10.

Não foi efectuada qualquer reavaliação dos investimentos financeiros adquiridos posteriormente a 31 de Dezembro de 1989.

42 — Efeito das reavaliações legais e avaliações independentes:

As reavaliações relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas da forma mencionada na nota 41 e as avaliações independentes referidas na alínea d) da nota n.º 23, têm o seguinte efeito no imobilizado corpóreo e financeiro à data de 31 de Dezembro de 1999:

(Em contos)				
Rubricas	Custos históricos (a)	Reavaliações (a) (b)	Avaliações (a)	Valores contabilíst. reaval. (a)
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e outros recursos naturais	1 743 635	536 743	2 960 869	5 241 247
Edifícios e outras construções	6 222 328	987 040	1 812 329	9 021 697
Equipamento básico	8 388 776	499 947	—	8 888 723
Equipamento de transporte	783 002	—	—	783 002
Ferramentas e utensílios	100 555	—	—	100 555
Equipamento administrativo	1 004 758	—	—	1 004 758
Taras e vasilhames	63 117	—	—	63 117
Outras imobilizações corpóreas	166 130	—	—	166 130
	18 472 301	2 023 730	4 773 198	25 269 130
Investimentos financeiros:				
Investimentos em imóveis	165 690	—	103 233	272 306

(a) Líquidos de amortizações.

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

43 — Comparabilidade do conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados:

Dever-se-á atender ao exposto no n.º 14 deste anexo, para se poder comparar o conteúdo das contas do balanço e da demonstração dos resultados consolidados entre o presente exercício e o exercício anterior.

44 — Demonstração consolidada dos resultados financeiros:

Os resultados financeiros consolidados em 1999 e 1998 têm a seguinte decomposição:

CUSTOS E PERDAS			(Em contos)
	1999	1998	
Juros suportados	1 708 557	1 538 713	
Remunerações a títulos de participação	—	—	
Amortizações de investimentos em imóveis	8 290	8 485	
Provisões para aplicações financeiras	11 816	13 095	
Diferenças de câmbio desfavoráveis	2 002 915	1 360 805	
Descontos de pronto pagamento concedidos	367 838	380 836	
Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	—	—	
Outros custos e perdas financeiros	168 768	302 374	
Perdas relativas a empresas associadas	2 419	3 900	
Resultados financeiros	— 2 249 193	— 1 618 495	
	2 021 410	1 989 713	

PROVEITOS E GANHOS			
	1999	1998	
Juros obtidos	99 802	123 638	
Rendimentos de títulos de participação	28	—	
Rendimentos de imóveis	14 772	17 280	
Ganhos de participações de capital relativos a empresas associadas	1 373	1 773	
Ganhos de participações de capital relativos a outras empresas	15	10	
Diferenças de câmbio favoráveis	1 523 814	1 379 900	
Descontos de pronto pagamento obtidos	344 284	445 211	
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	1 864	1	
Outros proveitos e ganhos financeiros	35 457	21 900	
	2 021 410	1 989 713	

45 — Demonstração consolidada dos resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários consolidados em 1999 e 1998 têm a seguinte decomposição:

CUSTOS E PERDAS			(Em contos)
	1999	1998	
Donativos	24 548	49 220	
Dívidas incobráveis	85 102	98 334	
Perdas em existências	4 913	16 750	
Perdas em imobilizações	181 306	54 163	
Multas e penalidades	40 827	46 240	
Aumentos de amortizações e de provisões	34	311 000	
Correcções relativas a exercícios anteriores	99 865	51 594	
Outros custos e perdas extraordinárias	98 280	94 679	
Resultados extraordinários	450 946	295 623	
	985 822	1 017 603	

PROVEITOS E GANHOS			
	1999	1998	
Restituição de impostos	6 181	6	
Recuperação de dívidas	12 456	40 344	
Ganhos em existências	29 132	7 808	
Ganhos em imobilizações	147 423	151 915	
Benefícios de penalidades contratuais	21 327	2 497	
Reduções de amortizações e de provisões	303 310	287 915	
Correcções relativas a exercícios anteriores	66 956	57 936	
Outros proveitos e ganhos extraordinários	399 037	469 182	
	985 822	1 017 603	

46 — Desdobramento das contas de provisões e movimentos ocorridos no exercício:

O quadro seguinte desdobra as contas de provisões acumuladas e explicita os movimentos ocorridos no exercício:

(Em contos)				
Contas	Saldo inicial	Aumento	Redução regulariz.	Saldo final
Provisões para aplicações de tesouraria	—	—	—	—
Provisões para cobranças duvidosas	1 626 735	413 566	351 034	1 689 267
Provisões para riscos e encargos	1 027 697	44 006	125 927	945 776
Provisões para depreciação de existências	407 461	134 175	60 874	480 762
Provisões para investimentos financeiros	326 836	14 934	— 70 767	271 003

A coluna de aumento inclui também os valores provenientes das empresas adquiridas em 1999.

A coluna de redução/regularização inclui também os valores referentes a empresas alienadas durante o exercício, bem como os relativos a empresas em relação às quais se tenha alterado o método de consolidação; inclui ainda o efeito da utilização de diferentes taxas de câmbio utilizadas durante este exercício e os anteriores na conversão para escudos dos elementos do activo imobilizado das empresas filiais externas.

47 — Bens utilizados em regime de locação financeira e respectivos valores contabilísticos:

Não são considerados materialmente relevantes os bens utilizados em regime de locação financeira.

48 — Dívidas tituladas não evidenciadas no balanço consolidado:

Não existem dívidas que se encontrem tituladas por rubricas do balanço consolidado e que não estejam nele evidenciadas.

VII — Informações diversas:

49 — Outras informações exigidas por diplomas legais:

Não existem outras informações referentes a contas consolidadas que sejam exigidas por outros diplomas legais.

Relativamente a todas as empresas filiais com sede em Portugal e de acordo com a exigência do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 411/91, informa-se de que não existe dívida vencida à segurança social, sendo que o saldo à data do balanço se refere às retenções efectuadas sobre as remunerações de Dezembro de 1999, bem como aos respectivos encargos patronais.

50 — Outras informações consideradas relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados consolidados:

a) Decomposição do capital social:

Sob a égide do estipulado no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 343/98, de 6 de Novembro, e nos termos da deliberação tomada em assembleia geral de accionistas de 1 de Abril de 1999, a sociedade procedeu, em 12 de Agosto de 1999, à redenominação das acções representativas do seu capital social e à alteração da denominação do capital social para euros, mediante o aumento do capital social por incorporação de reservas, fixando-se o capital social em 71 357 000 euros.

O aumento do capital social por incorporação de reservas (prémios de emissão de acções) decorreu da alteração da denominação do capital social para euros e da redenominação das acções mediante a aplicação da taxa de conversão (200\$482), com arredondamento ao centimo, fixando-se o valor nominal de cada acção em 4,99 euros e o capital social em 71 357 000 euros, representado em 14 300 000 acções ordinárias que conferem direito a dividendos.

Em 1999, o montante dos dividendos colocados à disposição, dos accionistas foi de 858 000 contos, conforme deliberação da assembleia geral de 1 de Abril de 1999.

b) Empréstimos por obrigações:

Incluído na rubrica do passivo a médio e longo prazos está o montante de 14 291 136 contos, relativo a dois empréstimos obrigacionistas emitidos pela Corticeira Amorim — SGPS, S. A.

O primeiro empréstimo teve início em Novembro de 1998, tendo sido emitidas 5 500 000 obrigações não convertíveis, com o valor

nominal de 1000\$ cada, por subscrição particular com uma maturidade máxima de cinco anos.

Os juros contar-se-ão e vencer-se-ão semestralmente e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 10 de Maio e 10 de Novembro de cada ano.

O cálculo dos juros será feito numa base de 360 dias, correspondentes a 12 meses de 30 dias cada (ou seja, na convenção 30/360).

A amortização será efectuada ao par, de uma só vez no final do prazo da emissão, ou seja, a 10 de Novembro de 2003, salvo se se verificar o reembolso antecipado que poderá ser total ou parcial.

O reembolso antecipado poderá ser efectuado, sem qualquer penalização, a partir do 4.º cupão (inclusive), por redução ao valor nominal.

O segundo empréstimo, teve início em: Abril de 1999, tendo sido emitidas 8 770 000 obrigações não convertíveis, com o valor nominal de cinco euros cada, por subscrição particular e com uma maturidade máxima de cinco anos.

Os juros contar-se-ão diariamente e vencer-se-ão semestralmente e postecipadamente a partir da data de subscrição, em 30 de Abril e 30 de Outubro de cada ano.

O cálculo dos juros é feito na base actual.

A amortização será efectuada ao par, de uma só vez no final do prazo da emissão, ou seja, a 30 de de 2004, salvo se se verificar o reembolso antecipado que poderá ser total ou parcial, neste último caso por redução ao valor nominal.

O reembolso antecipado poderá ser efectuado, sem qualquer penalização, em qualquer data de pagamento dos juros a partir do 4.º cupão, inclusive.

c) Dívidas a instituições de crédito a médio e longo prazos e empréstimos obrigacionistas:

O montante de 22 892 946 contos apresentado no passivo consolidado sob esta rubrica tem os seguintes prazos de reembolso: 2001: 777 008 contos; 2002: 487 801 contos; 2003: 5 821 461 contos; 2004: 12 806 676 contos; e 2005 e além: 3 000 000 de contos.

d) Câmbios contratados com instituições de crédito:

Em 31 de Dezembro de 1999, existiam contratos de *forwards* relativos a divisas usadas nas transacções da Corticeira Amorim, no montante de 7 125 711 contos. O montante relativo a contratos de opções eleva-se a 1 057 828 contos.

51 — Recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas:

Conforme preconizado pelas recomendações da CMVM sobre o governo das sociedades cotadas, dá-se, nesta nota, conta do grau de adopção e respectiva fundamentação dessas recomendações.

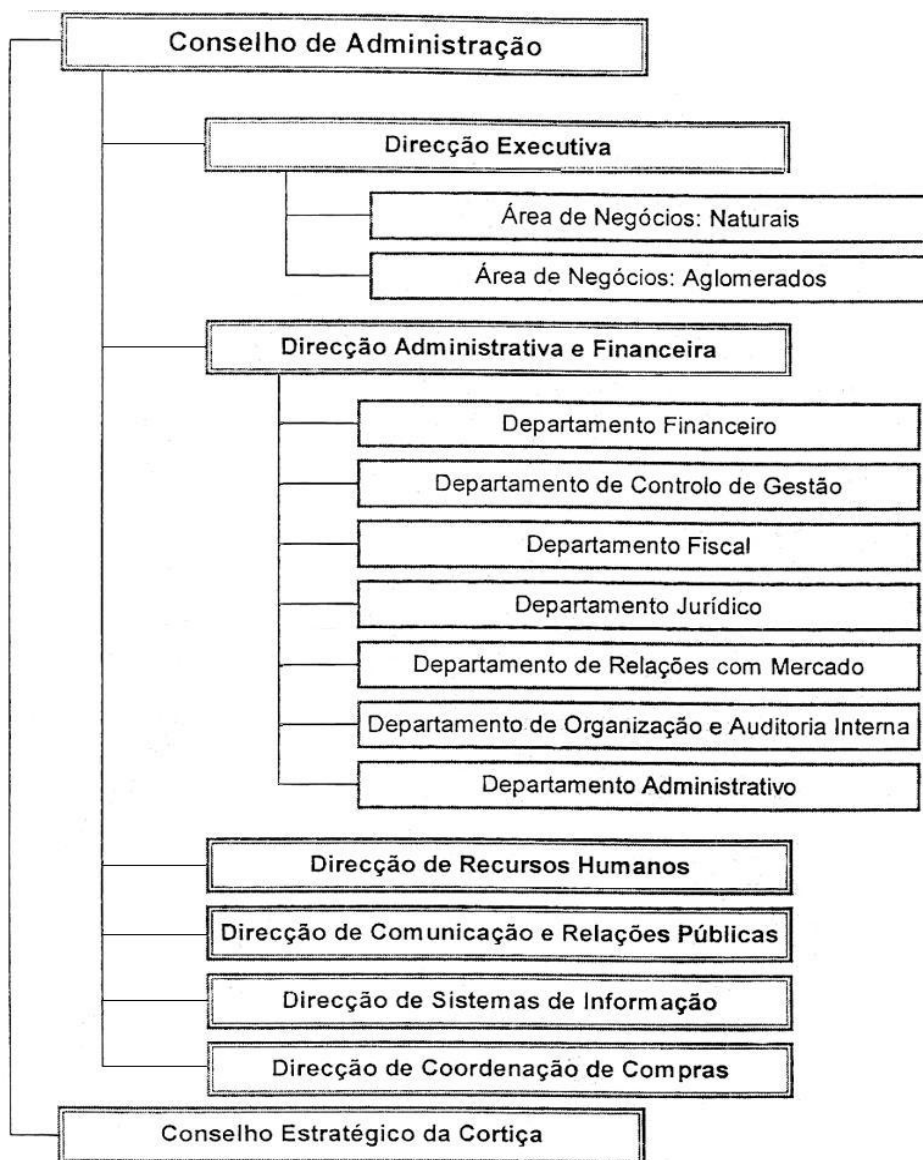
I — Divulgação de informação:

1 — Informação relativa à repartição de competências entre os vários órgãos e departamentos ou divisões da sociedade:

Cabe ao conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., o controlo efectivo na orientação da actividade da sociedade, sendo o órgão competente para a tomada de decisões em todas as matérias consideradas relevantes, nomeadamente as de natureza estratégica.

Na dependência do conselho de administração encontram-se várias direcções com competências específicas, conforme se pode observar no mapa funcional (sintético) que se apresenta na página seguinte.

Mapa funcional (sintético)



2 — Informação sobre as funções efectivamente desempenhadas por cada um dos membros do órgão de administração e directores da sociedade e sobre cargos que os mesmos desempenham em outras sociedades:

a) Funções efectivamente desempenhadas:

Não aplicável. O modelo adoptado é o do exercício conjunto da administração da sociedade.

b) Cargos desempenhados em outras sociedades:

Os membros do conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., exercem os seguintes cargos em outras sociedades (mencionam-se apenas as empresas mais importantes e ou relevantes):

Empresa	Cargo
Américo Ferreira de Amorim (presidente):	
Amorim Investimentos e Participações — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Revestimentos, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Industrial Solutions — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Corticeira Amorim Indústria, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Isolamentos, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Imobiliária — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Turismo — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Sociedade Figueira Praia, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Hotéis e Serviços — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Desenvolvimento — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Têxtil — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.
Amorim Broking — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração.

Empresa	Cargo
José Américo Amorim Coelho (vice-presidente):	
Amorim Investimentos e Participações — SGPS, S. A.	Vice-presidente do conselho de administração.
Amorim Revestimentos, S. A.	Vice-presidente do conselho de administração.
Corticeira Amorim — Indústria, S. A.	Vice-presidente do conselho de administração.
Amorim Industrial Solutions — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim — Participações Mobiliárias — SGPS, S. A.	Presidente do conselho de administração
Amorim Isolamentos, S. A.	Vogal do conselho de administração.
António Rios de Amorim (vice-presidente):	
Amorim Investimentos e Participações — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Corticeira Amorim Indústria, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Imobiliária — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Sociedade Figueira Praia, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Hotéis e Serviços — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Têxtil — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Desenvolvimento — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Joaquim Ferreira de Amorim (vogal):	
Amorim Investimentos e Participações — SGPS, S. A.	1.º vice-presidente do conselho de administração.
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	Vice-presidente do conselho de administração.
Amorim & Irmãos, S. A.	Vice-presidente do conselho de administração.
Champcork — Rolhas de Champanhe, S. A.	Vice-presidente do conselho de administração.
Amorim — Participações Mobiliárias, SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Rui Miguel Duarte Alegre (vogal):	
Sociedade Figueira Praia, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Imobiliária — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Broking — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Amorim Desenvolvimento — SGPS, S. A.	1.º vice-presidente do conselho de administração.
Amorim Têxtil — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Jorge Manuel Ferreira dos Santos (vogal):	
Amorim Revestimentos, S. A.	Vogal do conselho de administração.
Jorge Alberto Guedes Peixoto (vogal):	
Amorim & Irmãos — SGPS, S. A.	Vogal do conselho de administração.

3 — Descrição do comportamento bolsista das acções:

Conforme descrito no ponto III, alínea b), do relatório de gestão.

4 — Informação sobre a política de distribuição de dividendos correntemente adoptada pela sociedade:

Em cada exercício económico, a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., pondera, face à envolvente da sua actividade, a proposta de aplicação de resultados do exercício a submeter à aprovação da assembleia geral.

Nos últimos exercícios, a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., tem atribuído um dividendo ilíquido de 60\$/acção, o que corresponde, à cotação de 31 de Dezembro de 1999, a uma taxa ilíquida de remuneração de 3,1%.

5 — Informação sobre acordos parassociais relativos ao exercício de direitos, sociais ou relativos a transmissibilidade de acções:

Não aplicável.

6 — Utilização das novas tecnologias de informação para a divulgação de informação:

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., tem vindo a utilizar as tecnologias de informação de que dispõe para divulgação periódica de informação económico-financeira, nomeadamente dos relatórios de análise da evolução da actividade e dos resultados obtidos, bem como na resposta a questões levantadas pelos investidores.

Com o lançamento de site próprio na Internet prevê-se a disponibilização *on-line*, quer dessas informações, quer dos documentos preparatórios das reuniões das assembleias gerais, com a necessária gestão dos *timings* dessa disponibilização, de forma a cumprir os prazos estabelecidos legalmente por um lado, e a não criar situações de instabilidade nos mercados de valores mobiliários por outro.

Neste momento, é disponibilizado, a título experimental, o relatório e contas de 1998 no site www.amorim-group.pt.

7 — Relações com o mercado e apoio ao investidor:

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., procura assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade de accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

Assim, o departamento de relações com o mercado, supervisionado pelo representante de relações com o mercado da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., exerce, designadamente, as seguintes funções:

Divulgação periódica de análise da evolução da actividade da sociedade e dos resultados obtidos, incluindo a coordenação e preparação da sua apresentação pública semestral realizado na sede da sociedade;

Divulgação de factos relevantes;

Recepção e centralização todas as questões formuladas pelos investidores e esclarecimentos conferidos.

II — Exercício do direito de voto e representação de accionistas:

8 — Exercício activo pelos accionistas do direito de voto nas assembleias gerais:

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., incentiva o exercício do direito de voto dos accionistas nas assembleias gerais da sociedade, seja por voto directo, por correspondência ou por representação, nomeadamente esclarecendo a tramitação legal necessária ao seu exercício.

9 — Apresentação de pedido de representação para votar em assembleia geral e disponibilização da informação necessária à estipulação do sentido de voto:

A Corticeira Amorim — SGPS, S. A., estimula a participação dos accionistas nas assembleias gerais da sociedade, nomeadamente dispo-

nibilizando, conforme estipulado no código das sociedades comerciais, a informação legalmente prevista para consulta prévia à realização da assembleia geral, visando permitir que o accionista disponha da informação necessária à sua tomada de decisão nas matérias agendadas para cada assembleia geral, quer seja essa decisão expressa por si próprio, por correspondência ou por seu representante.

Relativamente ao processo de representação, a mesa da assembleia geral confere a validade e a conformidade dos documentos de representação apresentados, face ao estipulado na lei e nos estatutos da sociedade.

III — Investidores institucionais:

10 — Responsabilidades dos investidores institucionais:

Não aplicável.

11 — Informação a prestar pelos investidores institucionais relativamente ao exercício do direito de voto por representação:

Não aplicável.

IV — Regras societárias:

12 — Existência, ao nível da organização interna, de regras específicas vocacionadas para regularem situações de conflito de interesses entre os membros do órgão de administração e a sociedade:

Embora não existam códigos de conduta e regulamentos internos formais no sentido desta nota, considera a Corticeira Amorim — SGPS, S. A., que os princípios de boa prática empresarial fazem parte dos valores empresariais salvaguardados tanto pelos membros dos órgãos societários como pelos restantes colaboradores.

13 — Medidas adoptadas para impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição:

Não existem disposições que visem impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

V — Estrutura e funcionamento do órgão de administração:

14 — Composição e exercício de funções pelo órgão de administração da sociedade:

Cabe ao conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., o controlo efectivo na orientação da actividade da sociedade, sendo o órgão competente para a tomada de decisões em todas as matérias consideradas relevantes.

Este órgão reúne-se com uma periodicidade mínima mensal, geralmente com a presença da totalidade dos seus membros, sendo a ordem de trabalhos e documentação de apoio aos pontos nela agendados facultada com antecedência, de forma a possibilitar uma tomada de decisão clara e fundamentada.

15 — Existência de membros independentes em relação aos accionistas dominantes no órgão de administração da sociedade:

conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., é composto pelo presidente, dois vice-presidentes e quatro vogais, sendo o cargo de dois vogais ocupado por membros independentes, que exercem uma influência significativa na tomada de decisões colegiais e contribuem para desenvolvimento da estratégia da sociedade, em prol da prossecução dos interesses da sociedade.

16 — Composição da comissão executiva e relações entre esta e o órgão de administração da sociedade:

Não aplicável.

17 — Existência de comissões de controlo internas com atribuição de competências em matérias em que existam potenciais situações de conflito de interesses:

Até à data de apresentação deste relatório, o conselho de administração não, procedeu à criação de comissões de controlo interno com atribuições nos termos desta nota.

Todas as informações consideradas relevantes para a compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação foram evidenciadas neste anexo.

A Administração: *Américo Ferreira de Amorim*, presidente — *José Américo Amorim Coelho*, vice-presidente — *António Rios de Amorim*, vice-presidente — *Joaquim Ferreira de Amorim*, vogal — *Rui Miguel Duarte Alegre*, vogal — *Jorge Manuel Ferreira dos Santos*, vogal — *Jorge Alberto Guedes Peixoto*, vogal.

Certificação legal das contas e relatório do auditor externo

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 1999 (que evidencia um total de 100 090 964 contos, um total de interesses minoritários de 1 234 121 contos e um total de capital próprio de 34 270 550 contos, incluindo um resultado líquido de 3 468 060 contos), as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração da empresa a preparação do relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas consolidadas acima referidos, designadamente no que respeita aos princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade, exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito.* — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e as Directrizes Técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes. Para tanto, a referida auditoria incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação, terem sido apropriadamente auditadas e para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizados na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, de uniformidade da sua aplicação e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda o relatório consolidado de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada, bem como a verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, a informação financeira consolidada constante dos mencionados documentos apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., em 31 de Dezembro de 1999, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

8 — *Ênfase.* — Sem afectar o parecer expresso no ponto anterior, chamamos a atenção para o facto de, conforme referido na nota n.º 9 do anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados, ter sido alterado o período de amortização das diferenças de consolidação de 10 para 15 anos.

Porto, 29 de Fevereiro de 2000. — Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Heleno Sismeiro*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único

1 — Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o relatório consolidado de gestão e as demonstrações financeiras consolidadas apresentados pelo conselho de administração de Corticeira Amorim — SGPS, S. A., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1999.

2 — No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa e das suas filiais e associadas mais significativas. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 — Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos a respectiva certificação legal das contas, em anexo, bem como o relatório sobre a fiscalização endereçado ao conselho de administração nos termos do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

4 — No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) O balanço consolidado, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) O relatório consolidado de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade e do conjunto das filiais incluídas na consolidação evidenciando os aspectos mais significativos.

5 — Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do conselho de administração e serviços e as conclusões constantes da certificação legal das contas, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o relatório consolidado de gestão;
- ii) Sejam aprovadas as demonstrações financeiras consolidadas.

Porto, 29 de Fevereiro de 2000. — O Fiscal Único: Bernardes, Sismeiro & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Manuel Heleno Sismeiro*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 22 da assembleia geral

Aos 31 dias do mês de Março de 2000, pelas 12 horas e 30 minutos, na sede social, no lugar de Meladas, freguesia de Mozelos, concelho de Santa Maria da Feira, reuniu a assembleia geral da sociedade comercial anónima denominada Corticeira Amorim — SGPS, S. A., pessoa colectiva n.º 500077797, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Santa Maria da Feira, sob o n.º 554, com o capital social de 71 357 000 euros, conforme convocatória publicada no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 48, a p. 4666, no jornal *O Primeiro de Janeiro* e no jornal *Terras da Feira*, respectivamente, dos dias 26, o primeiro, e 23, os restantes, de Fevereiro de 2000, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 1999;
- 2.º Deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 1999;
- 3.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 4.º Deliberar para os fins do preceituado no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 5.º Deliberar sobre a eleição dos membros da comissão de remunerações.
- 6.º Deliberar sobre a aquisição de acções próprias;
- 7.º Deliberar sobre a alienação de acções próprias.

Constituíram a mesa, o respectivo presidente, Dr. Jorge Manuel Bonito Pratas e Sousa, bem como o secretário, Dr. Pedro Jorge Ferreira de Magalhães.

O presidente da mesa verificou, pela lista de presenças elaborada nos termos do disposto no artigo 382.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais, estarem presentes e representados 11 accionistas, detentores de 9 583 231 acções, com o valor nominal de 4,99 euros cada, representativas de 67,02% do capital social conferindo direito a 95 829 votos.

Encontravam-se presentes os membros em exercício da administração e da fiscalização.

O presidente da mesa declarou aberta a reunião.

Na sequência, o presidente da mesa leu em voz alta a ordem de trabalhos constante da convocatória, imediatamente submetendo à discussão, no âmbito do ponto 1.º da ordem de trabalhos, o relatório de gestão e as contas do exercício social de 1999.

O presidente do conselho de administração, Américo Ferreira de Amorim, produziu algumas considerações sobre o relatório e as contas do exercício, demonstrativos da evolução dos negócios e da situação da sociedade no ano de 1999, destacando os aspectos mais relevantes desses documentos e os factos deles constantes relativos ao exercício a que se reportam, findo o que se disponibilizou para prestar quaisquer esclarecimentos.

Como não houvesse quem pretendesse usar, mais, da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa pôs à votação o relatório de gestão e as contas do exercício de 1999, os quais foram aprovados por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 2.º da ordem de trabalhos, com vista a deliberar sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício social de 1999.

O presidente do conselho de administração, Américo Ferreira de Amorim, retomando a palavra, teceu alguns considerandos sobre o relatório consolidado e as contas consolidadas do exercício, que visam descrever e reflectir a actividade desenvolvida pelas empresas do sector da cortiça do Grupo Amorim, no ano de 1999, salientando os aspectos mais importantes desses documentos e os factos deles constantes relativos ao exercício a que se reportam, tendo-se ainda disponibilizado para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais.

O presidente da mesa depois de verificar que não havia quem pretendesse usar, mais, da palavra ou formular qualquer outra proposta, pôs à votação o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de 1999, os quais foram aprovados por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 3.º da ordem de trabalhos, com vista a deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados, tendo sido, pelo conselho de administração, apresentada a seguinte proposta:

Tendo em conta que o resultado líquido, apurado segundo as contas sociais no final do exercício de 1999, é positivo no valor de 3 000 036 005\$50, propõe que os accionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de 3 000 036 005\$, tenha a seguinte aplicação:

Para reserva legal: 150 001 800\$;
Para reservas livres: 1 992 034 205\$50;
Para dividendos: 858 000 000\$.

Não havendo quem pretendesse usar da palavra ou formular qualquer proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual foi aprovada por unanimidade.

Terminado este ponto da ordem de trabalhos, passou-se ao ponto 4.º, no âmbito do qual, pela accionista Amorim Capital — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., foi apresentada a seguinte proposta:

Considerando, a actuação criteriosa e ordenada do conselho de administração, no interesse da sociedade, a forma como o relatório está elaborado, esclarecendo os aspectos mais relevantes da sociedade e a acção desenvolvida pelo fiscal único, no decurso do exercício, propõe, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais, que os accionistas expressem um voto de confiança àqueles órgãos sociais e a cada um dos seus membros.

No seguimento da apresentação da proposta anteriormente referida, e não havendo quem pretendesse intervir, o presidente da mesa, após ter declarado que a mesa da assembleia geral também se associava àquele voto de confiança, declarou submeter a citada proposta à votação, a qual foi aprovada por maioria: tendo votado contra, com 738 votos, o accionista Chase Manhattan Bank London, tendo-se absterido, com 178 votos, o accionista The Chase Manhattan Bank — Clients of the Chase Manhattan Bank, e votado a favor os restantes accionistas.

O presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 5.º da ordem de trabalhos, tendo sido apresentada, pela accionista Amorim Capital — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., uma proposta do teor seguinte:

Considerando que a remuneração dos membros dos órgãos sociais compete a uma comissão de remunerações, não estando eleitos os

respectivos membros, propõe, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 19.º, n.º 4, do pacto social, que os accionistas deliberem eleger os seguintes membros para a comissão de remunerações:

Presidente: Cristina Rios de Amorim Baptista.
Vogais:

José Manuel Ferreira Rios.
Luísa Alexandra Ramos Amorim.

Não havendo ninguém que pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual foi aprovada por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao ponto 6.º da ordem de trabalhos, tendo sido apresentada, pelo conselho de administração, uma proposta do teor seguinte:

O conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., propõe que a assembleia geral delibere a aquisição pela sociedade de acções próprias, nos termos seguintes:

- a) Número máximo de acções a adquirir: até ao limite correspondente a 10% do capital social;
 - b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efectuada: 18 meses a contar da presente deliberação;
 - c) Formas de aquisição: aquisição na Bolsa ou fora da Bolsa;
- Contrapartidas mínima e máxima das aquisições: o preço de aquisição das acções deverá conter-se entre o valor mínimo de 5 euros e máximo de 25 euros.

Não havendo ninguém que pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual foi aprovada por unanimidade.

O presidente da mesa declarou passar-se ao sétimo ponto da ordem de trabalhos, tendo sido apresentada, pelo conselho de administração, uma proposta do teor seguinte:

O conselho de administração da Corticeira Amorim — SGPS, S. A., propõe que a assembleia geral delibere a alienação pela sociedade de acções próprias, nos termos seguintes:

- a) Número de acções a alienar: até ao limite correspondente a 10% do capital social;
 - b) Prazo durante o qual a alienação pode ser efectuada: 18 meses a contar da presente deliberação;
 - c) Formas de alienação: alienação na Bolsa ou fora da Bolsa;
- Contrapartida das alienações: o preço mínimo de alienação será de 10 euros por acção.

Não havendo, ninguém que pretendesse usar da palavra ou formular qualquer outra proposta, o presidente da mesa declarou passar-se à votação da proposta do conselho de administração, a qual foi apro-

vada por maioria: tendo votado contra, com 738 votos, o accionista Chase Manhattan Bank London, tendo-se absterido, com 178 votos, o accionista The Chase Manhattan Bank — Clients of the Chase Manhattan Bank, e votado a favor os restantes accionistas.

Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa expressou aos accionistas o seu agradecimento pela participação e colaboração de todos, declarando, pelas 12 horas e 45 minutos, encerrada a reunião.

E para constar lavrou-se a presente acta que, depois de lida pelos membros da mesa, foi considerada conforme e aprovada, em razão do que, para que faça prova, vai por eles ser assinada.

A Mesa da Assembleia Geral: *Jorge Manuel Bonito Pratas e Sousa*, presidente — *Pedro Jorge Ferreira de Magalhães*, secretário.

3000210782

LISBOA

LISBOA — 1.ª SECÇÃO

ESAF — ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS, SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 3660; identificação de pessoa colectiva n.º 502933380; data da apresentação: 1 de Julho de 2005.

Maria Helena Fernandes, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, do ano de 2004.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), 23 de Setembro de 2005. — A Escriturária Superior, *Maria Helena Fernandes*.

Relatório e contas de 2004

Estrutura empresarial

1 — Informação institucional

A ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A. (ESAF), com um capital social de 11 750 000 euros, é a *holding* do Grupo Banco Espírito Santo que enquadra a actividade de gestão de activos financeiros. No final do ano de 2004, o volume global de activos sob gestão atingiu mais de 13,9 mil milhões de euros, posicionando-se assim como um dos principais investidores institucionais no mercado de capitais em Portugal.

Volume global de activos sob gestão

(Em milhares de euros)

	2002	2003	2004	Variação (porcen- tagem) 2004- -2003
Fundos de investimento mobiliário	2 834 531	3 574 538	4 432 930	24
Fundos de investimento imobiliário	1 404 810	1 505 016	1 406 237	— 7
Fundos de pensões	1 461 577	1 763 518	1 988 138	13
Gestão discricionária	3 280 030	5 785 744	6 137 062	6
Fundos de capital de desenvolvimento	7 795	6 759	7 429	11
<i>Total</i>	8 988 743	12 635 575	13 971 796	11

2 — Estrutura accionista e participadas

Em 31 de Dezembro de 2004, a estrutura accionista da ESAF era constituída pelo Banco Espírito Santo, S. A. (65%), Banco Espírito Santo de Investimento, S. A. (15%), Crédit Agricole, S. A. (10%), Companhia de Seguros Tranquilidade-Vida, S. A. (5%), e pelo Banco Internacional de Crédito, S. A. (5%).

No âmbito da actividade de gestão de activos e da prestação de serviços de investimento, integram a ESAF — Espírito Santo Activos Financeiros, SGPS, S. A., um conjunto de empresas nacionais e internacionais.

As participadas da ESAF funcionam de um modo integrado, potenciando assim o nível de serviço com grande racionalidade operativa, salvaguardando, no entanto, a identidade e a separação patrimonial, financeira e jurídica de cada uma.